



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**ABRIGOS DA OPERAÇÃO ACOLHIDA EM RORAIMA: A GESTÃO
HUMANITÁRIA E A DICOTOMIA PERMANÊNCIA-PROVISORIEDADE**

BEATRIZ DE MELO SILVA

SÃO CARLOS/SP

2023

BEATRIZ DE MELO SILVA

**ABRIGOS DA OPERAÇÃO ACOLHIDA EM RORAIMA: A GESTÃO
HUMANITÁRIA E A DICOTOMIA PERMANÊNCIA-PROVISORIEDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de mestre em sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Oswaldo Mário Serra Truzzi

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Svetlana Ruseishvili

São Carlos

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Beatriz de Melo Silva, realizada em 31/05/2023.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Oswaldo Mario Serra Truzzi (UFSCar)

Profa. Dra. Fernanda Di Flora Garcia (UTFPR)

Prof. Dr. Sandro Mezzadra (UNIBO)

Profa. Dra. Svetlana Ruseishvili (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Beatriz de Melo Silva, realizada em 31 de maio de 2023.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Oswaldo Mario Serra Truzzi (UFSCar)

Prof^ª. Dr^ª. Svetlana Ruseishvili (UFSCar)

Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Di Flora Garcia (UTFPR)

Prof. Dr. Sandro Mezzadra (UNIBO)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES/PROEX) e Processo n°2021/03953-5 e Processo n°2022/04979-0 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

AGRADECIMENTOS

Sempre soube que escrever os agradecimentos deste trabalho seria difícil. Não pela escolha das palavras, mas pelo curto espaço para usá-las. Também, o medo de esquecer um nome importante, ou citar somente uns e não outros, e parecer ingrata por isso. Tenho tantas pessoas para agradecer, que espero que elas estejam todas contempladas por aqui. Caso não, espero que saibam que, junto com aquelas que cito, estão presentes em um lugar que vai além das linhas deste texto.

Gostaria de expressar minha enorme gratidão pelos meus pais, que sempre me apoiaram em todas as etapas da minha vida acadêmica e pessoal. Sempre com muito amor, palavras de incentivo e suporte, mesmo sem entenderem ao certo as direções que eu estava tomando, eu pude estar aqui onde estou. Obrigado por sempre me encorajarem a seguir meus sonhos e me apoiarem em todas as minhas decisões. Agradeço por todo o sacrifício que fizeram para que eu pudesse chegar até aqui, por todo o suporte financeiro e emocional que me ofereceram, e por vibrarem com cada uma das minhas vitórias. Amo vocês e espero retribuir o quanto antes tudo que fizeram e fazem por mim.

Também gostaria de agradecer ao restante da minha família: avós, primos e tios, que sempre estiveram presentes em minha vida e me apoiaram de alguma forma, mesmo à distância. Em especial, agradeço ao meu avô Pomba, que não está mais aqui para mandar um áudio dizendo coisas tão bonitas para a sua netinha.

Agradeço também às minhas amigas, que me acompanharam nessa jornada com palavras de incentivo e carinho. Eu poderia ficar páginas e mais páginas falando delas. Obrigada por compartilharem grande parte dos meus melhores momentos, mesmo com a distância forçada nos tempos de pandemia. Obrigada por estarem sempre ao meu lado, me ajudarem, e por serem uma fonte de inspiração. Agradeço por me ouvirem, por me oferecerem um ombro amigo e por entenderem quando precisei me ausentar para me dedicar ao mestrado.

Em especial, agradeço Lau e Ana, por lerem tantas vezes os meus textos, e me incentivarem nos momentos de desânimo. Vocês sabem o quanto eu amo vocês. Obrigada Lau, por me lembrar que a vida acadêmica pode e deve ser compartilhada, mesmo quando parece tão solitária. Também agradeço Jaque, Pam e Nat por compartilharem os momentos da pós-graduação, e me ajudarem a ver que eu não estava passando por coisas sozinha. Obrigada João,

por me incentivar com o tema de pesquisa, quando eu ainda estava completamente perdida sobre o que fazer.

Agradeço às minhas amigas de muitos anos - para evitar usar o nome do nosso grupo do *whatsapp* rs - que sempre vibraram comigo pelas minhas vitórias. Em especial, agradeço a Bia, que me ouve diariamente em áudios gigantescos, muitos deles preenchidos com alegrias e tristezas da vida de mestranda. Também agradeço a Ana, Lets, Mil e Gabi por estarem muito próximas de mim, compartilhando ideias do futuro enquanto bebemos uma cervejinha. Amo vocês.

Agradeço também ao meu namorado, Big, por todo o amor, apoio e incentivo que me deu durante este processo. Obrigada por sempre estar ao meu lado nos momentos difíceis, e por acreditar em mim e no meu trabalho.

Agradeço também à minha orientadora de graduação, professora Fernanda Di Flora Garcia, que me apresentou a minha primeira experiência de pesquisa, e me guiou em minhas primeiras investigações. Fer, você foi essencial para meu desenvolvimento acadêmico e me inspirou a continuar trilhando o caminho da pesquisa. Obrigada pelos momentos dentro e fora da vida acadêmica.

Agradeço também aos meus orientadores do mestrado, professor Oswaldo Mario Serra Truzzi e professora Svetlana Ruseishvili, por todo o apoio, orientação e ensinamentos ao longo deste processo. Agradeço pela paciência, dedicação e comprometimento com a minha formação acadêmica, e mais que isso, por terem acreditado no meu potencial. Sem a ajuda de vocês, este trabalho não teria sido possível.

Gostaria ainda de agradecer ao professor Sandro Mezzadra, por aceitar a supervisão para a realização da Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior. Em uma experiência única e inesquecível, sua disponibilidade foi fundamental para o desenvolvimento do projeto. Agradeço também aos amigos/as que fiz durante a viagem, que permitiram trocas que vou levar para sempre.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão às pessoas que foram extremamente importantes para a execução da minha pesquisa de campo. Em especial, gostaria de agradecer a Ir. Terezinha, Pe. Paolo, Ir. Ana, Prof. João Carlos, Ronaldo, Luanna, Luciana, e outros/as que não quiseram se identificar, mas que me receberam de braços abertos em suas comunidades e foram extremamente solícitos e colaborativos durante todo o período da pesquisa. Aos

venezuelanos/as que puderam compartilhar comigo as suas histórias de vida, meu muito obrigada.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela concessão da bolsa de estudos, que foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço especialmente à FAPESP, pela possibilidade de realizar, além da Bolsa no País, a Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior em Bologna - IT, trazendo novas perspectivas para o campo de pesquisa.

De coração, a todos, muito obrigada!

“- O que a palavra Lar significa pra você?”

- Lar? Algum lugar seguro. Algum lugar em que você sabe que pode ficar, e você não precisa seguir em frente. Não é um lugar temporário.

Filme Flee - Nenhum lugar para chamar de Lar

SILVA, Beatriz de Melo. Abrigos da Operação Acolhida em Roraima: a gestão humanitária e a dicotomia permanência-provisoriedade. 2023. Dissertação de Mestrado em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, 2023. 135 p.

RESUMO

O presente trabalho tem como questão de pesquisa compreender que maneira a concepção dos abrigos em Roraima como espaços provisórios de abrigamento para os migrantes venezuelanos reflete nas práticas de gestão dos indivíduos pelos trabalhadores humanitários e na arquitetura dos espaços. Neste sentido, busca perceber o modo de administração dos abrigos da Operação Acolhida, como resposta sem precedentes do Governo Brasileiro ao aumento do fluxo dos venezuelanos, e a aparente dicotomia entre a permanência e a provisoriedade presente nos abrigos e nas iniciativas das instituições humanitárias, militares, e da sociedade civil. Metodologicamente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os funcionários que atuam diretamente com os refugiados no cotidiano dos abrigos, aplicando as normas estabelecidas pelas agências humanitárias, bem como os refugiados venezuelanos que passaram pela última etapa da Operação, a interiorização. Além disso, a análise documental, levando em conta a legislação vigente no Brasil e os ordenamentos das agências humanitárias envolvidas no gerenciamento dos espaços, e a análise bibliográfica, foram utilizadas para fins de reforçar o argumento apresentado. A pesquisa se faz relevante na medida que busca compreender as estratégias adotadas pela Operação Acolhida na gestão dos refugiados venezuelanos em seu processo mais duradouro: o abrigamento, além da aplicação das normativas de cunho humanitário, e a inserção dos mesmos em meio ao contexto migratório contemporâneo. Assim, será possível realizar aproximações e distanciamentos dos abrigos da Operação Acolhida aos campos de refugiados a nível internacional, problematizar a dicotomia entre a permanência e a provisoriedade nos espaços, e identificá-los, não somente como espaços emergenciais, mas sim, como instituições sociais com estratégias pré-estabelecidas e demandas provenientes de uma gestão humanitária aliada a questões logísticas e a securitização.

Palavras-chave: Abrigos para refugiados. Gestão Humanitária. Operação Acolhida. Permanência e Provisoriedade. Venezuelanos.

ABSTRACT

The present work has as a research question to understand how the conception of shelters in Roraima as temporary spaces of shelter for Venezuelan migrants reflects on the management practices of individuals by humanitarian agents and on the architecture of spaces. In this sense, it seeks to understand the mode of administration of the shelters of the Operation Acolhida, as an unprecedented response of the Brazilian Government to the increase in the flow of Venezuelans, and the apparent dichotomy between permanence and provisionality present in the shelters and in the initiatives of humanitarian, military institutions, and civil society. Methodologically, semi-structured interviews will be carried out with employees who work directly with refugees in the daily life of the shelters, applying the norms established by humanitarian agencies, as well as with Venezuelan refugees who went through the last stage of the Operation, the interiorization. In addition, document analysis, taking into account current legislation in Brazil and the regulations of humanitarian agencies involved in managing spaces, and bibliographic analysis, will be used to reinforce the presented argument. The research becomes relevant as it seeks to understand the strategies adopted by Operation Acolhida in the management of Venezuelan refugees in their most lasting process: the shelters, in addition to the application of humanitarian regulations, and their insertion in the midst of the contemporary migratory context. Thus, it will be possible to make approaches and distances from the shelters of the Operation Acolhida to the refugee camps at an international level, problematize the dichotomy between permanence and provisionality in spaces, and identify them, not only as emergency spaces, but as social institutions, with pre-established strategies and demands arising from humanitarian management combined with logistical issues and securitization.

Keywords: Refugee shelters. Humanitarian Management. Operation Acolhida. Permanence and Provisionality. Venezuelans.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cartaz em painel na entrada do abrigo Rondon 4 - “Esta é a sua casa, cuide dela”

Figura 2 - Estrutura de Governança da Operação Acolhida

Figura 3- Totens representando a fronteira do Brasil com a Venezuela

Figura 4- Marco da fronteira do Brasil com a Venezuela

Figura 5- Fila de espera para atendimento no PItrig

Figura 6- Centros de detenção ativos na Itália

Figura 7- Complexo da Operação Acolhida: placa indicativa do local dos abrigos

Figura 8- *Refugee Housing Unit* (RHU)

Figura 9- Guia de segurança em caso de incêndio na porta das carpas do abrigo Rondon 4

Figura 10- Carpas do abrigo Rondon 4: madeira (lado esquerdo) e plástico (lado direito)

Figura 11 - *Carpa* de madeira no abrigo Rondon 4

Figura 12 - Carpas duplas do abrigo *Waraotuma a Tuaranoko*

Figura 13 - Parte interna de uma carpa dupla do abrigo *Waraotuma a Tuaranoko*

Figura 14 - Pulseira de identificação para interiorização

Figura 15 - Fluxograma de entrada e saída dos abrigos da Operação Acolhida

LISTA DE SIGLAS

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

ADRA - Agência Humanitária da Igreja Adventista do Sétimo Dia

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ARCI - *Associazione Ricreativa e Culturale Italiana*

ASGI - *Associazione per gli Studi Giuridici sull'Immigrazione*

AVSI - Associação Voluntários para o Serviço Internacional

BEPE - Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior

BOPE - Batalhão de Operações Policiais Especiais

CAS - *Centri di Accoglienza Straordinaria*

CCI - Centro de Coordenação de Interiorização

CICV - Comitê Internacional da Cruz Vermelha

CONARE - Conselho Nacional para Refugiados

CPR - Centros de Detenção pré-remoção

CPSA - Centros de Primeiros Socorros e Acolhimento

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FAB - Força Aérea Brasileira

FFT - *Fit-For-Travel Assessment*

FSF - Fraternidade Sem Fronteiras

FT Log Hum - Força Tarefa Logística Humanitária

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti

MPP - *Migrant Protection Protocols*

OA - Operação Acolhida

OIM - Organização Internacional para as Migrações

ONGs - Organizações não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PADF - Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento

PCDs - Pessoas com Deficiência

PItrig - Posto de Interiorização e Triagem

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRA - Posto de Recepção e Apoio

PRI - Posto de Recepção e Identificação

RHU - *Refugee Housing Unit*

SAI - *System of Accommodation and Integration*

SUS - Sistema Único de Saúde

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TSU - *Transition Shelter Unite*

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas

UFRR - Universidade Federal de Roraima

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

VES - Vaga de Emprego Sinalizado

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	
LISTA DE TABELAS	
LISTA DE SIGLAS	
INTRODUÇÃO	15
Apresentação do tema	15
Trajetória do objeto de pesquisa	18
Objetivos gerais e específicos	21
O trabalho de campo e os interlocutores	22
Método	24
Estrutura da dissertação	27
1 CAPÍTULO 1: A RESPOSTA BRASILEIRA AO FLUXO DOS VENEZUELANOS: OPERAÇÃO ACOLHIDA	29
1.1 Breve contextualização da Operação Acolhida	29
1.1.1 Base Legal e Estrutura da Operação Acolhida	31
1.1.2 A fronteira entre Brasil e Venezuela: <i>la línea</i>	36
1.1.3 Sobre abrigamento e interiorização	45
2 CAPÍTULO 2: OS ABRIGOS DA OPERAÇÃO ACOLHIDA	53
2.1 Os abrigos: localização e estrutura	55
2.1.1 As carpas como estrutura de habitação	61
2.1.1.1 O novo abrigo indígena: <i>Waraotuma a Tuaranoko</i>	68
2.1.2 O processo de entrada e saída dos abrigos	71
3 CAPÍTULO 3: DIALÉTICA PERMANÊNCIA-PROVISORIEDADE NA GESTÃO DOS ABRIGOS	76
3.1 O debate sobre permanência-provisoriedade	76
3.1.1 A gestão humanitária	78
3.1.2 A lógica humanitária	83

3.2	Gestão dos abrigos como espaços de provisoriedade	86
3.2.1	A visão dos trabalhadores humanitários	88
3.2.2	A visão dos migrantes venezuelanos	91
3.2.2.1	O tempo e a ansiedade	94
4	CAPÍTULO 4 - OS ABRIGOS COMO INSTITUIÇÕES DISCIPLINARES E DE CONTROLE SOCIAL	100
4.1	O comportamento dos migrantes em meio as regras de convivência	100
4.1.1	Segurança e vigilância: as cercas no abrigo Pricumã	100
4.1.2	As regras falsas	102
4.1.3	Arbitrariedade e micropoder	104
4.1.4	“Venezuelanos bons” e “venezuelanos malos”	107
4.1.5	Incorporação das regras	109
4.1.6	A produção dos sujeitos nos abrigos	111
4.2	Comitês de autogestão e confinamento participativo	112
4.2.1	Estratégia para negociar o tempo	116
4.2.2	As demandas dos migrantes venezuelanos	117
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
	REFERÊNCIAS	124

INTRODUÇÃO

Apresentação do tema

É possível realizar uma análise dos campos de refugiados ao redor do mundo, como espaços de manutenção dos sujeitos migrantes, por meio dos discursos do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), responsável pelo gerenciamento de grande parte dos campos ativos. Segundo a agência da Organização das Nações Unidas (ONU), os espaços são planejados para fornecer serviços básicos àqueles que os habitam, como acomodação, alimentação, educação e saúde. Estes, considerados serviços a curto prazo, visam estabelecer mecanismos de comunicação com o governo do país de chegada, manter a infraestrutura, e assegurar a transmissão de informação interna e externa dos campos (UNHCR, 2017).

Como soluções de longo prazo, o ACNUR propõe duas ações principais. De acordo com os documentos oficiais da agência, a primeira delas leva em conta o reassentamento de refugiados em outros países que não o de origem, o que demanda uma série de acordos entre as agências que coordenam os campos e o governo em que este se estabelece, para que os grupos possam obter residência provisória ou permanente. A outra ação é referente ao retorno voluntário e assistido do migrante para o país de origem, visto que não perderam o seu status de cidadão ao sair do país (UNHCR¹). Estas ações levam em conta preceitos da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e o princípio internacional da não devolução (*non-refoulement*) que determina a impossibilidade de extradição, como meio para impedir que essas pessoas sejam devolvidas para países onde suas vidas ou liberdade estejam sendo ameaçadas.

A realidade de expansão dos campos de refugiados, ainda que de forma não planejada, atinge outros territórios que envolvem o fluxo dos mesmos, como acampamentos informais construídos de forma espontânea e emergencial pelas próprias pessoas em situação de refúgio ou governos locais, locais de trânsito, centros de evacuação e recepção, e abrigos temporários, por exemplo. Estas outras formas de abrigo e recepção abrangem, além dos solicitantes de refúgio, os migrantes que aguardam uma resposta para a entrada no país.

¹<https://www.acnur.org/portugues/solucoes-duradouras/>

A Operação Acolhida (OA) surge em 2018 como resposta oficial do Governo Brasileiro ao aumento do fluxo dos migrantes venezuelanos em Roraima, com algumas aproximações e distanciamentos com o modelo aplicado internacionalmente. Vale destacar que houve debates anteriores à criação da OA quanto à implementação ou não de campos de refugiados. Jair Bolsonaro, por exemplo, manifestou ser favorável a esse modelo, conforme aponta Maia, 2020.

Neste sentido, a OA é composta por três pilares, com diferentes objetivos: ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização. Em resumo, o primeiro objetivo recorre à segurança da fronteira, com o primeiro contato com os venezuelanos após chegada via terrestre. O segundo, tem como foco o deslocamento dos venezuelanos para um local pré-determinado - os abrigos - para fins de regularização migratória, e preparação para a última etapa, a interiorização. Esta refere-se à retirada dos venezuelanos dos espaços de abrigamento para outras cidades do Brasil, como alternativa a longo prazo e principal objetivo atual da Operação.

O principal objetivo da presente pesquisa é compreender o processo de abrigamento, ou seja, a construção dos abrigos temporários para os migrantes e refugiados venezuelanos. Instalados em Boa Vista e Pacaraima - RR, na fronteira entre Brasil e Venezuela, correspondem à alternativa oficial do Governo Brasileiro para a manutenção dos sujeitos em situação de vulnerabilidade.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) descreveu em seu Relatório do Desenvolvimento Humano (2014) uma relação estrutural entre as mais diversas formas de ser vulnerável, que persiste ao longo do tempo: “é preciso reconhecer que pessoas com capacidades iguais podem, no entanto, enfrentar barreiras diferentes atendendo a quem são, onde vivem ou o que fazem” (PNUD, 2014). Em suma, a realidade vivenciada pelos migrantes e refugiados pode ser exemplificada por uma diminuição em suas escolhas e capacidades, sejam elas do âmbito político, econômico, ambiental. Significa, então, estar exposto a diversos riscos, sujeito à exclusão social, à discriminação, e à dependência de políticas públicas a fim de minimizar tais desigualdades.

Durante a visita ao abrigo Rondon 4, em Boa Vista - RR, destinado aos venezuelanos que estão no processo de interiorização - saída dos abrigos por meio de uma das estratégias da Operação Acolhida -, uma imagem presente em um dos painéis de recados logo na entrada do espaço me chamou a atenção (Figura 1). Havia na imagem uma contradição. De um lado, os funcionários humanitários e o ACNUR alegam que os abrigos são espaços de moradia

provisórios. Do outro, a permanência prolongada dos venezuelanos nesses espaços evocava a imagem do “lar”.

Figura 1 - Cartaz em painel na entrada do abrigo Rondon 4 - “Esta é a sua casa, cuide dela”²



Fonte: A própria autora

Fazendo um paralelo com a epígrafe que inicia este trabalho, o significado de lar é um lugar seguro, em que você sabe que pode ficar, sem precisar seguir em frente: um lugar permanente. Considerando o espaço casa como algo fixo, o modelo adotado pela Operação Acolhida se distancia desta ideia. Sendo a estrutura da OA criada para ser de passagem, ou seja, temporária, a moradia destinada aos venezuelanos - as *carpas* - não podem ser, de fato, uma casa.

Dessa forma, a imagem apresentada retrata bem o objetivo dessa pesquisa: *compreender de que maneira a concepção dos abrigos em Roraima como espaços provisórios de abrigo para os migrantes venezuelanos reflete nas práticas de gestão dos indivíduos pelos trabalhadores humanitários e na arquitetura dos espaços*. Ao mesmo tempo que os

²Tradução da frase do cartaz da Figura 1.

trabalhadores humanitários - da Associação de Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI), no caso do abrigo retratado na foto, - dizem para o migrante que o espaço dos abrigos é provisório, eles reproduzem o discurso de que a *carpa* é a sua casa. Neste contexto, transferem parte da responsabilidade de manutenção dos espaços para os próprios migrantes, com a obrigação de cuidado e zelo pelos mesmos. Esta contradição é importante na medida que observa as práticas de gestão dos trabalhadores humanitários e as consequências para os migrantes, em uma dicotomia entre as práticas e os discursos de permanência e provisoriedade.

A gestão humanitária e as diversas formas de abrigamento de pessoas em situação de deslocamento forçado têm sido objetos de diferentes análises nas ciências sociais. Vale mencionar, entre outras, a análise sobre os campos de refugiados no âmbito internacional, a partir da perspectiva de Agamben (2002; 2015), que os define como espaço de exceção vinculado ao status permanente destes espaços, bem como a discussão de Agier (2006; 2008) e Fassin (2012; 2014) sobre a gestão humanitária dos abrigos, são importantes para o debate sobre a suposta dualidade entre a permanência e a provisoriedade nos abrigos.

As discussões de Hirst (2017) e Vianelli (2022) são importantes na medida que inserem a discussão sobre a logística humanitária, no sentido de aproximar o humanitário com a securitização, principalmente. As teorias de Foucault (2014), Goffman (1987) e Tazzioli (2021) são utilizadas para o entendimento desses espaços capazes de produzir um sujeito ao mesmo tempo obediente e grato, para que seja possível a continuidade da gestão humanitária em um espaço cada vez mais permanente.

Trajetória do objeto de pesquisa

A escolha das referências utilizadas no trabalho ocorreu na intenção de dar continuidade aos trabalhos realizados durante a pesquisa na graduação em Ciências Sociais, na Universidade Estadual de Londrina, sob a orientação da professora Fernanda Di Flora Garcia. A partir do meu encontro com a docente, pesquisadora da área das migrações, os caminhos para a pesquisa começaram a ser traçados, a partir de referências trazidas por ela, e incorporadas por mim, no tema de pesquisa. O resultado deste encontro, entre outras trocas ao longo da trajetória acadêmica, foi o meu trabalho de conclusão de curso (TCC), apresentado em 2019, cujo título é "O duplo papel das agências humanitárias na gestão dos campos de refugiados: entre a lógica da emergência e da proteção".

O trabalho teve como objetivo analisar o papel das agências humanitárias, em especial da Organização das Nações Unidas, como órgão internacional responsável pela criação e\ou gestão de diversos campos de refugiados em escala mundial, que surgem como consequência de guerras, calamidades ambientais, conflitos internos, entre outros fatores, bem como a ação de suas agências, como o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), responsável pelo gerenciamento destes campos.

Dessa forma, buscou analisar o discurso sobre a necessidade de prover ajuda humanitária aos refugiados, em acordo com as políticas dos países de fronteira, e sua ambivalência frente às condições de provisoriidade e precariedade nas quais este acolhimento se efetiva. A análise foi feita através de uma revisão bibliográfica de autores que articulam a temática, de etnografias sobre os campos de refugiados, e de documentos oficiais, a fim de entender quais os papéis representados pelos organismos internacionais nos campos de refugiados.

Apesar de saber das limitações da graduação principalmente em relação ao tempo, verba disponível, e conhecimento necessário para realizar um trabalho ainda mais denso, a ânsia por discorrer sobre um tema sob a minha própria perspectiva me motivou a continuar com a pesquisa acadêmica.

Assim, decidi continuar o meu percurso de pesquisa no mestrado, a fim de dar seguimento às discussões realizadas no TCC. Dessa forma, elaborei uma proposta baseada no contexto local, no caso, o fluxo dos venezuelanos para o Brasil. Isso para que eu pudesse entender de que forma os aspectos teóricos discutidos anteriormente poderiam ser encontrados em outros contextos. A discussão dos venezuelanos, muito presente na mídia, se viu como a oportunidade de realizar este trabalho. Mesmo completamente distante da realidade local - não somente física, mas do conhecimento sobre a relação entre Brasil e Venezuela - o meu interesse em entender essas dinâmicas se fez presente no projeto de pesquisa inicial.

Porém, como citado, o meu afastamento da temática resultou em muitas lacunas que precisavam ser preenchidas, e que assim foram no decorrer dos eventos. O primeiro momento de mudança do objeto foi durante a elaboração do projeto de pesquisa submetido para a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). Diferentemente do projeto de pesquisa inicial, os comentários do meu orientador, professor Oswaldo Mario Serra Truzzi e da professora Svetlana Ruseishvili, pesquisadora da temática migratória, foram essenciais para que o projeto fosse apresentado de uma outra maneira. Posteriormente, as disciplinas de

Pesquisa Social e Seminário de Dissertação e Tese ministradas pelo professor Gabriel Feltran, o exame de qualificação, a oportunidade da Bolsa de Estágio e Pesquisa no Exterior (BEPE), foram muito importantes para a elaboração do objeto de pesquisa atual.

A BEPE foi realizada em Bologna - Itália, sob a supervisão do Prof. Sandro Mezzadra, na Universidade de Bologna, no período de 21 de agosto a 21 de setembro de 2022. Durante este tempo, foram realizadas modificações no projeto original proposto, a fim de trazer exequibilidade para a pesquisa, no período de 1 mês, bem como a permanência do uso dos dados coletados durante a pesquisa de campo no Brasil, realizada no início do mesmo ano. Dessa forma, no intuito de trazer uma visão do contexto migratório italiano, a fim de ampliar as perspectivas encontradas no Brasil, algumas alternativas foram encontradas.

Assim, realizei reuniões com trabalhadores humanitários que trabalham diretamente com os migrantes e refugiados na Itália, de diversas instituições, como *Amnesty* e ARCI (*Associazione Ricreativa e Culturale Italiana*), além de encontros - virtuais e presenciais - com acadêmicos - mestrados e doutorandos - que trabalham com a temática migratória no contexto italiano.

Com as conversas de cunho informal, além das informações captadas através de documentos oficiais e bibliografia específica sobre o contexto italiano e o caso dos refugiados ucranianos, viu-se a impossibilidade de realizar um trabalho de comparação entre ambos os modelos, pelas tamanhas diferenciações entre o contexto brasileiro e o contexto italiano. Dessa forma, foi necessário focar na imersão e aprofundamento nos estudos migratórios que poderiam ser acessados durante o período da BEPE.

Com as novas leituras e diálogos com os interlocutores foi possível compreender a importância de um trabalho comparativo, mas, que deve ser realizado em um momento oportuno na posteridade, para que haja, principalmente, mais tempo para a realização da pesquisa, e seja possível obter dados de diferentes fontes, além de uma análise mais minuciosa do contexto local. Sendo as bibliotecas na cidade de Bologna de extrema importância e magnitude, foi possível adentrar aos estudos migratórios com o acesso aos livros em seu idioma original, e trabalhar na nova problemática de pesquisa que se deu com todos os pontos citados anteriormente.

Através da supervisão do professor Sandro Mezzadra e o acesso a novas bibliografias utilizadas no campo dos estudos migratórios, foi possível reorganizar o problema de pesquisa,

de forma que possibilitasse utilizar toda a bagagem teórica, metodológica e empírica que já estava sendo utilizada e trabalhada no projeto de pesquisa no Brasil.

A modificação do objeto de estudo ao longo dos eventos citados: reelaboração do projeto de pesquisa para o envio para a FAPESP, o exame de qualificação, e a realização da BEPE, foram extremamente importantes para o amadurecimento da pesquisa, e a possibilidade de realizar um trabalho relevante da perspectiva sociológica. Neste sentido, o trabalho apresentado se torna relevante na medida que apresenta aspectos ainda não explorados sobre o debate da permanência e da provisoriedade nos abrigos da Operação Acolhida, com o foco em suas instalações, formato de gestão, e visão dos trabalhadores humanitários e dos venezuelanos, bem como a apresentação destes espaços como instituições disciplinares.

Objetivos gerais e específicos

O presente trabalho tem como problema de pesquisa identificar de que maneira a concepção de abrigos em Roraima como espaços provisórios de abrigo para migrantes reflete nas práticas da gestão dos venezuelanos pelos trabalhadores humanitários e na própria arquitetura/estrutura física dos abrigos. O termo “trabalhadores humanitários” será adotado ao longo do trabalho para identificar as pessoas que trabalham diretamente com as organizações humanitárias na Operação Acolhida. Também serão identificados como funcionários das instituições humanitárias.

Ainda que com um trabalho de campo curto, com percalços e limitações ao longo do caminho, as entrevistas com os interlocutores e as observações do trabalho de campo foram cruciais para o entendimento do funcionamento do objeto empírico da pesquisa: os abrigos para venezuelanos na Operação Acolhida em Boa Vista.

Como objetivo geral, o trabalho busca identificar os modos de gestão dos abrigos para venezuelanos da Operação Acolhida em sua suposta dicotomia entre permanência e provisoriedade. Como objetivos específicos, o trabalho busca:

- Definir quais são as estruturas e os agentes envolvidos na gestão dos abrigos oficiais da Operação Acolhida em Roraima;
- Interpretar qual a visão dos trabalhadores humanitários e dos venezuelanos abrigados frente à continuidade da Operação e do fluxo migratório dos venezuelanos;

- Analisar qual a interação entre as estratégias de permanência e provisoriedade dos abrigos de acordo com a gestão humanitária;
- Analisar quais as técnicas aplicadas na gestão dos venezuelanos dentro dos abrigos da Operação Acolhida;

Outro ponto importante para o início da leitura é o entendimento sobre o uso das terminologias para descrever os mais diversos atores da gestão humanitária. Ainda que muitas vezes tenha optado por utilizar as mesmas terminologias que os trabalhadores humanitários, cada uma delas será contextualizada, e problematizada ao longo do texto, além de serem apresentadas “entre aspas”. Ficou evidente que o “vocabulário humanitário” faz parte das ações da Operação Acolhida, não somente para fins de identificação dos indivíduos, mas também para posicioná-los em uma relação frente à lógica humanitária, refletindo as relações de poder. Dessa forma, a definição dos conceitos utilizados ao longo do trabalho faz com que os discursos institucionais não sejam normalizados e sim, inseridos em uma discussão sociológica capaz de problematizar a escolha dos mesmos e os seus impactos nas relações entre instituições e indivíduos.

O trabalho de campo e os interlocutores

Ao considerar as dificuldades que enfrentei ao entrar nos abrigos em Boa Vista, levei em conta algumas questões para a escolha do campo e dos interlocutores. Reconheci que apenas a entrada nos abrigos não era uma opção viável, uma vez que vários outros atores no processo migratório se mostraram extremamente importantes, com entendimentos distintos sobre o processo de abrigamento e atuando em diferentes contextos: os militares, os trabalhadores humanitários e os migrantes venezuelanos.

Um ponto importante para o andamento da pesquisa foi a realização do mestrado inteiramente durante a pandemia da Covid-19. Ainda que as disciplinas permaneceram sendo ministradas no formato remoto, a ausência da vivência acadêmica e a incerteza sobre a possibilidade de realizar um trabalho de campo foram obstáculos a serem ultrapassados. Com a flexibilização do isolamento social, iniciou-se uma nova etapa da pesquisa: o planejamento para a realização do trabalho de campo. Sendo a minha primeira experiência com este tipo de

trabalho, com entrevistas e diário de campo, os episódios durante o trabalho foram essenciais para a evolução da pesquisa, e de minhas experiências como pesquisadora.

Foi a partir desses pensamentos que cheguei à conclusão que existiam três fontes cruciais para a pesquisa de campo: 1) As entrevistas com os refugiados venezuelanos interiorizados³ em São Paulo; 2) As entrevistas com os indivíduos que trabalham, direta ou indiretamente, com os abrigos da Operação Acolhida em Boa Vista e Pacaraima; e 3) A visita guiada aos abrigos da Operação Acolhida. Esse processo foi essencial para entender a visão de diferentes interlocutores, e, também, para a realização do cruzamento de informações, pois apesar de estarem interligados pelo processo migratório, atuam com objetivos específicos.

Durante o campo foi possível realizar diversas entrevistas de modo presencial, o que modificou, visivelmente, o contato com o interlocutor, deixando a conversa ainda mais rica em detalhes. Por questão de tempo, outras entrevistas foram realizadas no formato remoto. A interação prévia com os entrevistados, com a apresentação do objetivo da pesquisa foi essencial para a coleta dos dados. Todas as entrevistas realizadas presencialmente foram previamente agendadas com os interlocutores, e fizeram parte do cronograma de pesquisa. Para recrutar os interlocutores, foi usada a técnica de “bola de neve”, sendo possível interagir com atores de uma mesma rede. Importante ressaltar que a disponibilidade dos interlocutores e o interesse na pesquisa fez com que as conversas pudessem render muitas trocas de informações.

O trabalho de campo foi realizado entre os dias 7 e 9 de fevereiro de 2022 na cidade de São Paulo - SP e entre os dias 14 e 21 de fevereiro de 2022 nas cidades de Boa Vista e Pacaraima - RR. Sendo assim, o presente se fundamenta nas observações e informações coletadas durante este período. Os procedimentos emergenciais prolongados, como é o caso das ações da Operação Acolhida, fazem com que as dinâmicas sejam alteradas constantemente: o surgimento de novas demandas, a criação de projetos, a reorganização dos espaços. Dessa forma, as análises são baseadas no trabalho de campo e no formato de organização da OA neste período específico.

A cidade de São Paulo, é uma das cidades que atuam no processo de interiorização dos refugiados, a fim de deslocar os indivíduos de Boa Vista. De acordo com dados do Ministério da Cidadania, em outubro de 2022, 4.393 venezuelanos foram deslocados para a cidade (BRASIL. Ministério da Cidadania, 2022). O Centro de Acolhida para Imigrantes II, no bairro Pari, sob coordenação da Missão Scalabriniana, e a Casa do Migrante, no bairro Liberdade, sob

³Venezuelanos que saem dos abrigos em Boa Vista e Pacaraima para outras cidades do Brasil, com o direcionamento da Operação Acolhida.

coordenação da Missão Paz, foram os locais escolhidos para a realização da primeira etapa da pesquisa. Locais gerenciados por instituições que não fazem parte da Operação Acolhida, recebem os refugiados venezuelanos pela modalidade de interiorização abrigo-abrigo. Os formatos de interiorização e o papel das instituições serão discutidos em momento oportuno.

A estratégia de dialogar com os refugiados venezuelanos que não estavam mais nos abrigos da Operação Acolhida também impactou, certamente, o conteúdo da entrevista. Ainda que estivessem em situação de vulnerabilidade, mesmo depois do processo de interiorização, o rompimento da ligação com os abrigos em Boa Vista, ou seja, com a impossibilidade de sofrerem possíveis sanções pelas suas falas, poderia sugerir uma maior liberdade em seus discursos. Ainda que meu objetivo não fosse apontar “erros” da resposta humanitária brasileira, algumas situações desagradáveis poderiam aparecer durante as conversas - o que de fato aconteceu - algo que poderia ter sido diferente em caso de entrevistas dentro dos abrigos.

A fim de trazer discricionariedade para o processo, todos os nomes dos interlocutores foram substituídos por nomes fictícios. Os nomes de algumas instituições humanitárias estão presentes no trabalho, no intuito de situar o leitor, outras, serão ocultadas. Algumas palavras ao longo do texto foram destacadas em itálico, devido ao uso comum de palavras em inglês e espanhol, visto que as expressões fazem parte do cotidiano das organizações internacionais, e, no caso de Boa Vista e Pacaraima, no dia a dia dos falantes do espanhol.

É importante ressaltar que durante o trabalho no norte do país, o contexto local apresentava algumas características que considero que alteraram as dinâmicas naquele momento. Além do contexto de pandemia, a Operação Acolhida contava, na semana de minha visita, com a troca de militares do Exército Brasileiro, ou seja, a saída de um grupo de militares que permaneceram por um determinado período atuando diretamente com os migrantes venezuelanos, e a chegada de um novo grupo. Além disso, a presença da Comitativa do Governo Federal com o objetivo de conhecer as ações da Operação Acolhida também é um fato importante, visto que a presença de figuras importantes poderia modificar a dinâmica das instituições.

Método

Por meio da metodologia de pesquisa de campo, a partir da técnica de observação não participante, o trabalho busca fazer a relação entre a fundamentação teórica do objeto, no caso,

o formato implementado a nível internacional como alternativa para lidar com o fluxo de pessoas – os campos de refugiados - e o novo contexto que será explorado – os abrigos. (MINAYO, 2002).

O trabalho empírico consistiu em mapeamento dos abrigos da Operação Acolhida presentes nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, nos quais foi realizada a observação. Foram também realizadas 8 entrevistas, divididas entre funcionários das agências humanitárias e refugiados venezuelanos e visitas a 10 locais, divididos entre casas de acolhimento e abrigos e instalações oficiais da Operação Acolhida. Além disso, a análise bibliográfica e de documentos das agências humanitárias e do plano legislativo foram essenciais para construir o argumento.

Tabela 1: Relação de nomes fictícios e instituições dos interlocutores

Nome fictício	Instituição	Identificação
Maria	AVSI - Rondon 5	Trabalhador/a humanitário (TH)
Pedro, Lucas, João e Mário	Missão Paz - Refugiados Interiorizados em São Paulo (modalidade abrigo-abrigo)	Venezuelano/a (V)
Lúcia	Missão Paz - Refugiada Interiorizada em São Paulo (modalidade reunião social)	Venezuelano/a (V)
Jéssica	AVSI (Ex-funcionária)	Trabalhador/a humanitário (TH)
Jorge	OIM	Trabalhador/a humanitário (TH)
Paula	Engenheira do ACNUR	Trabalhador/a humanitário (TH)
Ir. Ana	Missão Scalabriniana	Trabalhador/a humanitário (TH)
Ester	Refugiada abrigada na Casa São José (Pacaraima)	Venezuelano/a (V)

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2: Locais de observação

Instituição	Cidade/Estado
Centro de Acolhida - Missão Scalabriniana	São Paulo/SP
Casa do Migrante - Missão Paz	São Paulo/SP
PItrig - Posto de Interiorização e Triagem	Boa Vista/RR
CCI - Centro de Coordenação de Interiorização	Boa Vista/RR
Sala Refúgio 343	Boa Vista/RR
Abrigo Pricumã	Boa Vista/RR
Centro de Sustentabilidade	Boa Vista/RR
Abrigo Rondon 2	Boa Vista/RR
Abrigo <i>Waraotuma a Tuaranoko</i> (antigo Rondon 3)	Boa Vista/RR
Abrigo São José	Pacaraima/RR

Fonte: Elaboração própria

O roteiro de entrevistas e de observação foram orientados por dois fatores principais: 1- A permanência e provisoriedade nos abrigos, visando identificar as estruturas bem como a condição dessas instalações, além das atividades que fazem parte do dia a dia dos migrantes; 2- As relações entre humanitarismo e securitização, a fim de identificar quais são os atores presentes nos locais dos abrigos, bem como a interação entre eles: número, condição de hierarquia e função dentro dos abrigos, além de observar de que forma a convivência entre os

diferentes grupos de indivíduos refletem no processo de gestão, manutenção dos espaços, e iniciativas a longo prazo para os venezuelanos.

A gravação das entrevistas e os registros fotográficos foram utilizados na medida que os interlocutores permitiam. As entrevistas e as observações não registradas por meio de gravações ou fotografias foram compiladas em registros no caderno de campo, logo após o primeiro contato. O registro em caderno de campo foi muito utilizado durante a pesquisa, tanto para as entrevistas não gravadas, quanto para as observações realizadas nos espaços de visita. Além das anotações por escrito, foram realizados registros orais, em que gravações de áudios realizadas por mim, logo após determinado evento, possibilitaram uma memória mais efetiva dos acontecimentos.

Estrutura da dissertação

No primeiro capítulo será apresentada a estrutura da Operação Acolhida, iniciando uma linha de tempo desde seu planejamento até a sua criação. Dessa forma, é destinado a demonstrar o contexto de implementação da Força Tarefa Logística Humanitária como resposta ao aumento do fluxo dos migrantes venezuelanos e os seus pilares: ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização.

No segundo capítulo será apresentada a discussão centrada no objeto empírico do trabalho: os abrigos para venezuelanos da Operação Acolhida em Roraima. Serão exploradas a localização e estrutura, os modelos de abrigos e os formatos de entrada e saída dos espaços. As análises são feitas por meio do trabalho de campo, com a visita aos espaços de abrigamento e às instituições que fazem parte da resposta humanitária, que vão se tornar o ponto de partida para a discussão do capítulo seguinte.

O terceiro capítulo apresenta uma discussão sobre os espaços de abrigamento para refugiados ao redor do mundo e, mais especificamente, no Brasil. Na primeira parte, demonstra os formatos de respostas emergenciais adotadas em diferentes contextos, a fim de identificar a presença de um padrão que faz parte da gestão humanitária centrada, ao mesmo tempo, em um discurso de exceção, e a aplicação de estratégias de manutenção de grupos em situação de vulnerabilidade. Na segunda parte, apresenta as informações coletadas durante as entrevistas com os trabalhadores humanitários e os refugiados venezuelanos interiorizados, a fim de captar as diferentes percepções sobre a permanência nos abrigos. As motivações dos migrantes e as

práticas de gestão dos funcionários das agências humanitárias são informações importantes para estabelecer uma relação muito mais íntima entre a emergência e a permanência dos espaços de abrigo.

Já o quarto capítulo é voltado para a discussão sobre uma outra característica presente na resposta humanitária no caso dos refugiados venezuelanos, inserindo o fator do controle como estratégia de manutenção dos espaços. Dessa forma, será apresentado de que forma os abrigos da Operação Acolhida podem ser identificados como instituições disciplinares e de controle social, na medida que manipulam as ações dos indivíduos de acordo com os requisitos predeterminados pelas instituições humanitárias. De acordo com as práticas de controle, os sujeitos migrantes passam a interagir entre si e com as dinâmicas dos abrigos de modo disciplinar, moldados pelas regras de convivência, e com o componente do medo para direcionar as suas ações. Entendidos como espaços provisórios, os abrigos da Operação Acolhida e, conseqüentemente, as suas estratégias de gestão humanitária indicam ações de cunho permanente.

1 CAPÍTULO 1: A RESPOSTA BRASILEIRA AO FLUXO DOS VENEZUELANOS: OPERAÇÃO ACOLHIDA

1.1 Breve contextualização da Operação Acolhida

Em um primeiro momento, antes de iniciar a discussão sobre a concepção dos abrigos em Boa Vista - RR como espaços provisórios de abrigo para migrantes e o seu impacto direto nas práticas da gestão dos moradores pelos trabalhadores humanitários, é necessário entender o contexto de construção de uma resposta humanitária organizada, como a realizada pelo Brasil. Neste ponto, será apresentada a estrutura da Operação Acolhida (OA), a força tarefa logística humanitária desenvolvida como resposta para a chegada dos venezuelanos no país.

No contexto de implementação de uma resposta para o crescente fluxo dos migrantes venezuelanos no país, o Exército Brasileiro se viu diante de um panorama inédito de abrigo de refugiados (KANAN, 2019). De acordo com dados do Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes (OIM, 2022), no período entre janeiro de 2017 e fevereiro de 2022, o Brasil recebeu um total de 702.222 venezuelanos. Deste número, os anos de 2018 e 2019 foram os anos de maior fluxo migratório, com a entrada de 227.437 e 236.410 respectivamente⁴.

A crescente chegada dos venezuelanos no país, principalmente pela fronteira entre o Brasil e Venezuela, na cidade de Pacaraima - RR, modificou o panorama local. Com o aumento no fluxo de venezuelanos, as redes de assistência social e de saúde, por exemplo, precisaram se adaptar à nova realidade (CAPDEVILLE, 2021). Segundo Cerávolo (2019), o fato do estado de Roraima não possuir histórico recente de acolhimento de migrantes, em um primeiro momento, apresentou despreparo nos serviços de atendimento aos venezuelanos, além de forte resistência por parte dos moradores locais.

Enquanto isso, do outro lado da fronteira, estão os venezuelanos, provenientes da fuga da crise política, econômica e social da Venezuela, sendo considerada a maior crise de sua história, agravada pelo governo de Nicolás Maduro, a partir de 2016 (CORAZZA; MESQUITA, 2019). Segundo a ONU, o fluxo de pessoas provenientes da região aponta o maior êxodo contemporâneo da América Latina, contabilizando 5 milhões de pessoas que já deixaram

⁴ Dados correspondentes ao número de pedidos de refúgio e solicitantes de residência.

o país até o momento, como solicitantes de refúgio e busca de residência temporária (ACNUR, 2020).

Levando em consideração a entrada de pessoas solicitantes de refúgio, principalmente pelo Estado de Roraima, e com a intenção de traçar estratégias para lidar com o novo contingente de pessoas provenientes da “crise venezuelana”, criou-se a Operação Acolhida. Segundo Kanaan (2019), a Operação Acolhida tem a missão de:

[...] cooperar com os governos federal, estadual e municipal com as medidas de assistência emergencial para acolhimento de imigrantes (residentes e refugiados) provenientes da Venezuela, em situação de vulnerabilidade (pessoas desassistidas), decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária (KANAAAN, 2019, p. 15).

Ainda que a presença ativa do Brasil nas missões (2004 - 2017) e a concessão de vistos humanitários (BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública) aos haitianos vítimas da catástrofe ambiental ocasionada pelo terremoto que assolou o país em 2010 e do furacão Matthew em 2016 estivessem presentes na memória, a crise da Venezuela e o seu impacto na população venezuelana, exigiu respostas distintas do Governo brasileiro. Segundo Vasconcelos e Santos (2022, p.254), “no Haiti, o foco era a defesa, a proteção de funcionários das agências internacionais – havia pouco espaço para interação com os haitianos. Em Boa Vista ficaram em contato direto com civis estrangeiros em condições de extrema vulnerabilidade.” Com a ação da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH) o Brasil liderou as ações de assistência humanitária, resgate e reconstrução das infraestruturas estratégicas daquele país (ARAÚJO; SPARTA, 2020), resultando em um importante conjunto de conhecimento em ações emergenciais.

Em evento ministrado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército⁵, no dia 04 de abril de 2022 - XXV Ciclo de Estudos Estratégicos: Operação Acolhida - perspectivas e desafios - o Assessor Especial da Casa Civil, Sr. Georges Feres Kanaan, reforçou que a experiência mais próxima do Brasil para o planejamento da Operação Acolhida foi a Base AmazonLog 2017⁶, um Exercício de Logística Multinacional Interagências considerado “o

⁵<http://www.eceme.eb.mil.br/xxv-ciclo-de-estudos-estrategicos-operacao-acolhida-perspectivas-e-desafios/programacao>

⁶“Começa em Tabatinga (AM) maior exercício de logística humanitária do Brasil”. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/amazonlog-comeca-em-tabatinga-am-maior-exercicio-de-ajuda-humanitaria-do-brasil>.

maior exercício de logística humanitária do Brasil (BRASIL. Ministério da Defesa)”. Segundo Kanaan (2019, p. 15), documentos (atas) prontos utilizados na Base AmazonLong possibilitaram “maior celeridade nos diversos processos licitatórios para o emprego dos recursos destinados à operação.”

Em 1997, o Projeto Esfera foi criado, em uma ação conjunta entre organizações humanitárias não governamentais e o Movimento da Cruz Vermelha, na intenção de estabelecer diretrizes gerais para lidar com situações humanitárias emergenciais (ESFERA, 2018). Trabalhando os direitos dos grupos em situação de vulnerabilidade e compromissos das instituições envolvidas com ações humanitárias, o Manual Esfera – documento elaborado as diretrizes do Projeto Esfera - traz informações importantes para o conhecimento de ações necessárias para aplicação em casos de emergência. O documento é utilizado como auxílio para as agências humanitárias que atuam diretamente na Operação Acolhida (FRATERNIDADE, 2020). Com capítulos voltados para os mais diversos grupos de pessoas (crianças, mulheres, comunidade LGBT, pessoas com deficiência), e também um panorama diferente para cada contexto (urbano, ambiental, crises duradouras), o manual pode ser utilizado como ponto de partida para o estabelecimento de respostas humanitárias (ESFERA, 2018).

1.1.1 Base Legal e Estrutura da Operação Acolhida

Em uma ação conjunta entre Agências Federais, Exército, e atores internacionais e da sociedade civil, como: Organização das Nações Unidas (ONU) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Organização Internacional para as Migrações (OIM), e Organizações não Governamentais (ONGs), além de diversas outras instituições envolvidas⁷, a Operação Acolhida (OA) atua desde março de 2018 como principal resposta para a chegada dos venezuelanos no país, sendo considerada:

⁷ Órgãos Governamentais (OG) Federais - Receita Federal; Ministério Público do Trabalho; Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); Advocacia Geral da União (AGU); Defensoria Pública da União (DPU); Ministério Público da União (MPU); Justiça Federal; Universidade Federal de Roraima (UFRR); Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); Eletrobrás Distribuição Roraima (ELETROBRAS). OG Estaduais - Secretaria de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES); Secretaria de Saúde; Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde, Epidemiológica e Sanitária; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Corpo de Bombeiros Militar; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Universidade Estadual de Roraima (UERR); Serviço Social do Comércio (SESC); Companhia de Água e Esgoto de Roraima (CAERR), Defensoria Pública Estadual (DPE), Ministério Público do Estado (MPE) e Justiça Estadual (Vara da Criança). OG Municipais - Prefeitura Municipal de Boa Vista; Secretaria Municipal de Obras; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Gestão Social; Secretaria Municipal de Serviços Público e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de

[...] uma iniciativa para operacionalizar a assistência emergencial para o acolhimento de refugiados, refugiadas e migrantes provenientes da Venezuela em situação de maior vulnerabilidade. As agências da ONU e organizações da sociedade civil desempenham papel fundamental junto às Forças Armadas e ao Poder Público para viabilizar a resposta humanitária no Brasil, que é dividida em três principais eixos: ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização (R4V, 2020).

Através da assinatura da Medida Provisória nº 820/2018, - convertida na Lei 13.684/2018 - o presidente Michel Temer (MDB) estabeleceu medidas de assistência emergencial aos migrantes e refugiados venezuelanos, criou o Comitê Federal de Assistência Emergencial, e reconheceu a crise humanitária emergencial (BRASIL, 2018). Segundo a Lei 13.684/2018, as medidas de assistência consideradas visam a ampliação de políticas de:

I – proteção social; II – atenção à saúde; III – oferta de atividades educacionais; IV – formação e qualificação profissional; V – garantia dos direitos humanos; VI – proteção dos direitos das mulheres, das crianças, dos adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiência, da população indígena, das comunidades tradicionais atingidas e de outros grupos sociais vulneráveis; VII – oferta de infraestrutura e saneamento; VIII – segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras; IX – logística e distribuição de insumos; e X – mobilidade, contemplados a distribuição e a interiorização no território nacional, o repatriamento e o reassentamento das pessoas mencionadas no caput deste artigo (BRASIL. Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018).

Agricultura e Assuntos Indígenas; Guarda Municipal; e Conselho Tutelar. Órgãos de Segurança - Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Força Nacional de Segurança Pública; Polícia Militar; e Polícia Civil. Agências da ONU - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR); Organização Internacional para as Migrações (OIM); Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); ONU Mulheres; e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Organismos Internacionais - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) / Office of U.S. Foreign Disaster Assistance (OFDA, na sigla em inglês); Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV); e REACH Initiative. Organismos Não Governamentais (ONG) - Fraternidade-Federação Humanitária Internacional (FFHI); Associação de Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI); Norwegian Refugee Council (NRC); Fraternidade sem Fronteiras (FSF); Télécóms Sans Frontières (TSF); Engenheiros sem Fronteiras (ESF); Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados (SJMR); Visão Mundial (WV); Associação de Bem com a Vida (ABV); Pirlampos; Associação Fala Mulher; Jovens com uma Missão (JOCUM); Mises Brasil; Palhaços sem Fronteira; Ação do Coração; Agência Adventista de Desenvolvimento de Recursos Assistenciais (ADRA); e Associação Missão Esperança (AME). Entidades Filantrópicas - Rotary Club; Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente (NECA); Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); Companhia Cultural Bola de Meia; Grande Loja Maçônica do Estado de Roraima; Fundação Fé e Alegria do Brasil (FFAB); Centro de Migração e Direitos Humanos (CMDH); Exército da Salvação; e Instituto de Migração e Direitos Humanos (IMDH). Entidades Religiosas - Igreja Católica (Paróquia Nossa Senhora da CONSOLATA); Igreja Metodista; Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons); Igreja Batista do Calvário; Cáritas Diocese de Roraima; Pastoral Universitária; Pastoral do Imigrante; e Pastoral da Criança. Empresas Privadas - Linhas Aéreas Azul; Gol Linhas Aéreas Inteligentes; LATAM Airlines Brasil; e M3 Comunicação e Marketing (KANNAN, 2019).

Chefiada pela Casa Civil, a Operação Acolhida conta com apoio interministerial, além das instituições citadas anteriormente. Para citar exemplos: o Ministério da Defesa é responsável pelo suporte logístico, em todas as etapas da Operação, com atuação transversal; O Ministério da Justiça e Segurança Pública atua em conjunto com o Conselho Nacional para Refugiados (CONARE), sendo responsável pelo controle e regularização migratória; e o Ministério da Cidadania é responsável, em conjunto com as organizações humanitárias, pela gestão dos abrigos para migrantes e refugiados venezuelanos, além de coordenar o processo de interiorização.

A entrada das Forças Armadas na Operação Acolhida também se deu através dos aspectos legais. Na função de presidência, a Casa Civil e os seus demais órgãos, publicou a Resolução nº 1, de 21 de fevereiro de 2018, documento responsável por indicar o General de Brigada do Exército Brasileiro Eduardo Pazuello como Coordenador Operacional no Estado de Roraima (DUARTE, 2019). Após a nomeação do General Eduardo Pazuello, o Ministério da Defesa realizou a Diretriz Ministerial de nº 3, de 28 de fevereiro de 2018, que determina, entre outros pontos:

2. Ao Comandante do Exército Brasileiro: 2.1 Apoiar, com pessoal, material e instalações, a montagem da estrutura e as atividades necessárias ao acolhimento humanitário dos imigrantes, de acordo com o Plano Operacional elaborado (BRASIL. Diretriz Ministerial de nº 3, de 28 de fevereiro de 2018).

Segundo Heaslip, Sharif e Althonayan (2012 *apud* Araújo, Sparta, 2020) conseguir o engajamento civil-militar, no contexto de uma emergência complexa, é um desafio muito mais difícil do que em respostas de desastres. Ainda de acordo com os autores, a inserção das ONGs na criação da FT Log Hum seria de extrema importância para equilibrar a visão sobre os requisitos inerentes à adesão a uma política de humanidade, independência e neutralidade, com a compreensão de que as Forças Armadas (FA) de um país são, fundamentalmente, um reflexo do seu governo e, por consequência, sua visão dos erros e acertos da complexidade em questão (ARAÚJO, SPARTA, 2020).

Além da presença do Exército Brasileiro e do ACNUR à frente da Operação Acolhida, outras instituições participantes são importantes implementadores das ações estratégicas dos militares e do Governo Brasileiro. Estas são intituladas pelo ACNUR por "parceiros implementadores" e atuam diretamente com os migrantes venezuelanos em todas as etapas do fluxo migratório. Segundo Machado e Vasconcelos (2021, p. 110) o gerenciamento do refúgio

no Brasil é, em geral, terceirizado para entidades não governamentais, com financiamentos do governo brasileiro ou entidades internacionais como o ACNUR”. Dessa forma, os chamados “parceiros implementadores” fazem parte de uma gestão humanitária que terceiriza a relação direta com os sujeitos em situação de vulnerabilidade. Na prática, são esses “parceiros” que atuam diretamente com os refugiados venezuelanos, e o ACNUR realiza o papel de financiador. De acordo com os mesmos autores (2019) a presença dos “parceiros implementadores”, responsáveis pelos serviços da OA, “significou, aparentemente, uma recusa ao modelo do campo de refugiados, em troca de um gerenciamento terceirizado”.

A Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI), a Fraternidade Sem Fronteiras (FSF), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento (PADF), bem como ONGs locais e serviços religiosos são alguns exemplos de instituições que atuam em conjunto com a Operação, com o objetivo de atender grupos e contextos específicos (ACNUR, 2021).

A AVSI é uma associação italiana que se instalou no Brasil em 1980, e que foi a base para a criação da AVSI Brasil, em 2007. Com o objetivo de “contribuir na melhoria das condições de vida de pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade ou emergência humanitária” (AVSI BRASIL), iniciou suas atividades em Roraima a partir de 2018, a convite do ACNUR. De acordo com uma das interlocutoras, o acordo com o ACNUR é realizado por meio de um convênio com duração de 1 ano, que corresponde ao período de planejamento de verba, quantidade de trabalhadores contratados, infraestrutura, e direcionamento para a realização de projetos nas etapas da Operação Acolhida.

Outra ONG parceira do ACNUR, também responsável pela gestão dos abrigos, é a FSF (Fraternidade Sem Fronteiras). Fundada em 2019, iniciou seus trabalhos nas ações humanitárias no Haiti e na África, e assim, expandiu sua experiência para o atendimento de refugiados e pessoas em situação de rua.⁸ A entrada da instituição como parceiro implementador se deu no mesmo formato ocorrido com a AVSI: com o contrato de um ano, e demandas e financiamento advindos diretamente do ACNUR.

Outras instituições atuam com atividades direcionadas a determinados grupos, no desenvolvimento do processo de acolhida. Um primeiro exemplo é a ONG Piriampós, instituição regional de Roraima, que atua em conjunto com a UNICEF com o foco nas crianças

⁸ <https://www.fraternidadesemfronteiras.org.br/fsf/>

e adolescentes do abrigo. Fundada em 2007, iniciou os seus trabalhos com voluntários em hospitais e casas de repouso, com a promoção de atividades lúdicas, utilizando o *clown* (palhaço) como ferramenta de atuação⁹. Com o fluxo migratório dos venezuelanos, atua desde 2019 diretamente nos abrigos da Operação Acolhida, promovendo ações de proteção e educação, além da continuidade das atividades lúdicas. Outro exemplo é a ADRA (Agência Humanitária da Igreja Adventista do Sétimo Dia), que atua no setor sanitário dos abrigos.

As instituições religiosas também atuam fortemente em conjunto com a Operação Acolhida, sendo a Cáritas, a Missão Scalabriniana e a Missão Paz alguns exemplos, principalmente na última etapa da OA. Outro exemplo marcante da ação das instituições religiosas é a participação da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias/Mórmons, que realiza a interiorização de venezuelanos em paralelo ao Governo Federal e de forma autônoma (MENDES; FERNANDES, 2019).

O Ministério da Cidadania e o ACNUR trabalham em regime de parceria, por meio do Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica (ACT), com o objetivo de traçar ações conjuntas em prol dos refugiados venezuelanos e da Operação Acolhida (ACNUR, 2022). O acordo, válido até dezembro de 2023, demonstra a continuidade da implementação dos pilares da Operação Acolhida, em meio à permanência do fluxo de entrada dos venezuelanos, e permanência dos mesmos no país.

⁹ <https://institutopirilampos.org.br/about-us/>

Figura 2 - Estrutura de Governança da Operação Acolhida



Fonte: BRASIL. Casa Civil. Base Legal. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/base-legal-1>. Acesso em: 12/01/2023.

1.1.2 A fronteira entre Brasil e Venezuela: *la línea*

Com instalações em Pacaraima e Boa Vista - Roraima, a OA conta com três principais pilares, com a finalidade de disponibilizar serviços voltados exclusivamente para os venezuelanos. São eles: ordenamento da fronteira (recepção, orientação, documentação e imunização), abrigo (abrigo, alimentação, proteção, segurança, saúde e atividades sociais e educativas) e interiorização (deslocamento para outras cidades do país).

Uma grande parcela dos venezuelanos chega pela cidade de Pacaraima - RR, fronteira com a cidade de Santa Elena de Uairen, na Venezuela. Segundo dados da OIM, em março de 2023, 17.471 migrantes venezuelanos entraram no país, considerando principalmente as entradas pela fronteira em Pacaraima (FOLHA WEB, 2023).

O processo de “ordenamento da fronteira” ocorre ainda na cidade de Pacaraima, uma cidade pequena, com 18.913 habitantes¹⁰, com as funções de “recepção, identificação,

¹⁰ Dados de 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr/pacaraima.htm>

fiscalização sanitária, imunização, regularização migratória” e triagem dos venezuelanos (BRASIL. Casa Civil).

Em uma zona indefinida, que divide um país e outro com apenas um marco entre as montanhas, na fronteira, é possível observar, além de muitos civis e militares nas ruas, o constante fluxo de pessoas. Durante a visita à fronteira, observei que a passagem dos grupos é controlada por um posto policial venezuelano, localizado no limiar das fronteiras, em que é necessário a apresentação da identificação, da mesma forma que é feito em casos de deslocamentos no sentido contrário, pelos policiais brasileiros. Uma grande tenda, com alguns profissionais e algumas mesas, parecia inspecionar os documentos dos venezuelanos, e, também, os objetos que carregavam.

Considerando a minha visita em Pacaraima a primeira experiência entre fronteiras, a expectativa do que seria encontrado estava muito bem estabelecida. Muito provavelmente por conta de filmes e novelas que retratam a temática migratória, esperava encontrar uma fronteira delimitada, com forte presença do Exército armado, com poderes ostensivos, e com o objetivo de deixar bem-marcado a hierarquia entre eles e os civis.

Ao iniciar uma conversa com um dos militares brasileiros, perguntei se aquele era o marco da fronteira, e ele disse que sim, enquanto apontava para alguns totens de cimento, gravados com a palavra “BRASIL” e outros com a palavra “VENEZUELA” que contornavam todo o espaço fronteiro entre as montanhas. Naquele momento eu percebi que se tratava de uma linha quase que imaginária - se não fosse pela presença dos totens. Caso algum desavisado estivesse andando por aquela região, poderia facilmente atravessar a fronteira, sem nem mesmo perceber.

Figura 3 - Totens representando a fronteira do Brasil com a Venezuela



Fonte: A própria autora

Durante a conversa com o militar, observei um garoto venezuelano que estava encostado em um totem brasileiro, talvez, por cansaço, ou intenções que não são possíveis de prever. Prontamente, o militar pediu para que ele se retirasse, dizendo que, caso quisesse sentar, poderia sentar no totem venezuelano, logo ao lado. A simpatia do militar, comigo, e com o venezuelano, foi em desconforto com o que eu havia imaginado, ainda que a grande arma que carregava trouxesse um sentimento de tensão da minha parte. A conversa com o militar foi breve, visto que o seu superior, também na fronteira, havia dito que entrevistas poderiam ser realizadas somente mediante autorização. Não era o meu objetivo.

Figura 4 - Marco da fronteira do Brasil com a Venezuela



Fonte: A própria autora

O episódio do militar na fronteira representa um retrato da dualidade entre o humanitarismo e a securitização. Durante a pesquisa de campo e o encontro com o militar, a fronteira entre Brasil e Venezuela estava fechada. Sendo o ano de 2020 um marco para a humanidade, devido à pandemia mundial causada pelo Novo Coronavírus, mudanças diárias nas relações entre as pessoas e entre os governos, além da discussão sobre a migração, se viu fortemente relacionada com a Covid-19. Sendo um vírus altamente transmissível, a interação e a proximidade entre as pessoas passaram a ser um fator de risco para a propagação da doença, e o isolamento social foi a maneira mais eficaz escolhida como tentativa de barrar uma maior proliferação do vírus.

Segundo Silva e Miranda (2020), os efeitos da pandemia do coronavírus foram ao encontro das políticas de contenção migratória. A obrigatoriedade do confinamento pelas questões sanitárias influenciou diretamente nos prolongados tempos de espera nos espaços de fronteira. O bloqueio ajustou-se facilmente à longa espera. A partir do contexto da fronteira entre México e EUA, os autores concluem que os mecanismos de espera e as medidas de fechamento típicas do contexto pandêmico podem significar, pelo menos no curto prazo, o preâmbulo da impossibilidade de acesso ao direito de asilo. Assim, “a experiência dos

requerentes de asilo significa apenas uma coisa: o atraso do seu objetivo (SILVA, MIRANDA, 2020, p. 3).”

Neste sentido, em março de 2020, o Brasil fechou as fronteiras com a Venezuela, justificada pela necessidade de enfrentamento ao vírus, além da mobilização para ampliar os abrigos temporários (CRUZ, 2020). A discussão sobre o fortalecimento das fronteiras entre os países se intensificou com o discurso de proteger os cidadãos locais contra possíveis contaminações, como uma medida de emergência. O controle das fronteiras, usualmente marcado pelo combate ao tráfico de bens ilícitos ou de seres humanos e na gestão de conflitos, se insere, também, nas políticas de governança migratória e de refúgio (FELDMAN-BIANCO, 2015).

Quase um ano após a tomada de decisão sobre o fechamento das fronteiras com a Venezuela, o país enfrentava um novo contexto, proveniente da descoberta da nova variante do vírus. Esse fato resultou, por determinação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), no fechamento de fronteiras com países que demonstravam maior risco de inserção da nova cepa da Covid-19 no Brasil, sendo eles: Reino Unido, Irlanda do Norte e África do Sul.

Como resposta, o Governo Federal, publicou a Portaria nº 652, de 25 de janeiro de 2021, que impôs restrições a viajantes de procedência, ou com histórico de passagem nos últimos quatorze dias pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, pela República da África do Sul e a estrangeiros provenientes da República Bolivariana da Venezuela (BRASIL. Casa Civil, 2021).

Segundo a ANVISA, a determinação do documento não continha a restrição para os refugiados venezuelanos, indicando que não haveria risco sanitário, referente à pandemia (CONNECTAS, 2021). Dessa forma, a decisão tomada pelo governo federal se caracteriza apenas pelo cunho discriminatório, reforçando as reações xenofóbicas, e o apoio às justificativas pandêmicas para romper com o fluxo fronteiriço entre os dois países.

Ainda que diversas notícias demonstrassem a relação entre o aumento do contágio e os deslocamentos por turismo, ou seja, de grupos de pessoas deslocadas legalmente, com documentação e visto, e, na maioria dos casos, por transporte aéreo, o discurso sobre a necessidade de fechamento das fronteiras terrestres foi mantido em nome da suposta segurança relacionada à possível contaminação (RUSEISHVILI, FERNANDES, 2022).

O governo, porém, no mesmo contexto, iniciou a flexibilização das restrições para permitir a entrada via aérea de turistas e estrangeiros com vistos de residência de investidor, por exemplo. A situação é exatamente oposta para migrantes em situação de vulnerabilidade: o acesso a pessoas que solicitaram refúgio no país continuava impedido, e, inclusive, foram submetidas restrições específicas e mais rígidas a pessoas que vêm da Venezuela (CONNECTAS, 2020).

Mobilizando o discurso do “bode expiatório”, segundo o qual os imigrantes são a causa de crises no país de chegada, os governos tomam medidas de controle com o aumento das barreiras entre as fronteiras:

Na época atual de “migrações globais”, as diferentes formas de expulsão (rejeições na fronteira, devoluções, remoções, retornos “assistidos” e “voluntários”) fazem parte das “soluções” reservadas para novos “indesejáveis” que, de acordo com o novo dogma internacional (“migration management”, “migration governance” etc), não ofereciam “benefícios” nem “vantagens” ou poderiam constituir algum tipo de “problema” ou “ameaça” (DOMENECH, 2015, p. 27).

Junto ao discurso econômico, que se baseia fortemente no conceito de segurança e soberania do Estado-nação para justificar o controle, promove-se a estigmatização dos migrantes e refugiados, que são apontados como criminosos, ou, no contexto da pandemia, uma representação de uma ameaça às ordens nacionais:

Assim, ao mesmo tempo em que predominam ideologias e retóricas ancoradas em “direitos humanos” e no humanitarismo, se produzem categorias sociais e políticas de governança tecnocrata de securitização, criminalização e desumanização da pobreza (FELDMAN-BIANCO, 2018, p. 12).

A clara diferenciação entre os migrantes “desejáveis” e “indesejáveis” resulta em um afastamento muito bem calculado pelos Estados, e faz com que o abismo entre a cidade e o espaço de fronteira se torne cada vez maior. Enquanto o primeiro espaço é destinado ao cuidado dos cidadãos e manutenção da ordem, o segundo é pautado pela suspensão dos direitos. Segundo Machado e Vasconcelos:

Esse imaginário de um Brasil receptivo funciona como holofote que lança luzes para um palco improvisado e ofusca a visão dos bastidores. Por um lado, o Estado brasileiro vem demonstrando maior abertura à regularização e permanência de venezuelanos/as no país, se comparado com outros países da América do Sul. Por outro lado, esta receptividade camufla, sob o manto do humanitarismo, a reprodução de uma tendência global de controlar a

mobilidade humana por meio do recrudescimento de medidas securitárias e restritivas (2021, p. 120).

Em um momento em que a entrada de solicitantes de refúgio e residência temporária estava interrompida, a noção de controle e segurança se intensificou. Segundo Bela Feldman-Bianco (2018), um dos fatores da tensão entre a securitização e o humanitarismo está no modo como os militares reconhecem os sujeitos vulneráveis. No caso brasileiro, as pessoas que chegam ao território nacional passam por intensos e extensos processos administrativos a fim de provar aos gestores que se diferenciam dos migrantes econômicos. De acordo com a autora, esses procedimentos têm o objetivo de convencer as autoridades que os migrantes preenchem a condição de vítima, “categorização *sine qua non* para a concessão do status de refugiado”.

Dessa forma, em um momento em que não é possível a distinção imediata da condição de “vítima” - sendo que a entrada de migrantes para fins de refúgio e residência estava formalmente impedida, o cenário de proteção era evidente. Assim, ao mesmo tempo que os militares usavam de certa cordialidade, deixavam marcada sua posição de agentes de segurança na fronteira.

No momento da chegada, considerando os grupos que chegam pela fronteira¹¹ - *la línea*, em espanhol - em Pacaraima, os venezuelanos são direcionados para o Posto de Recepção e Identificação (PRI). Inaugurado em 2018, o espaço conta com serviços de vacinação, retirada de documentação (CPF e carteira de trabalho), proteção às mulheres e a comunidade LGBTQIA+, restabelecimento de contato familiar, ofertado pela Organização da Cruz Vermelha¹², além de informações sobre o pedido de refúgio, ou, de residência provisória (COSTA, 2018). A criação de estruturas administrativas da OA ainda no momento da fronteira tem a função de dar agilidade de atendimento aos imigrantes (SIMÕES, FRANCHI, 2019).

¹¹Outro caminho de passagem da Venezuela para o Brasil é feito através das *trochas*. Em espaços alternativos e perigosos pelas montanhas, migrantes venezuelanos realizam a travessia com os seus pertences e familiares, entrando no país de forma ilegal, e, conseqüentemente, não passando pelos primeiros trâmites da Operação Acolhida. Durante o fechamento das fronteiras, na pandemia de Covid-19, a continuidade da entrada de venezuelanos se deu por meio destes caminhos alternativos (FIGUEIREDO, 2021).

¹²Esses serviços fazem parte de um dos eixos da Operação Acolhida, denominado “Proteção”. Neste eixo são disponibilizados, dentro e fora dos abrigos, ações de algumas instituições, como: “Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) – chamadas nacionais e internacionais, recarregamento de baterias de telefones e acesso à internet (reestabelecimento de vínculos familiares); Super Panas – espaço de proteção e educação informal; Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) – espaço seguro para informação, proteção e orientação na saúde sexual, reprodutiva e violência de gênero (VASCONCELOS; LIBRELOTTO, 2022, p. 172).” As ações da área de proteção dentro dos abrigos são realizadas pelas ONGs implementadoras.

No momento de chegada ao PRI, o migrante venezuelano é apresentado a duas possibilidades de entrada no país de forma regular. O atendimento realizado pelos profissionais tem o objetivo de esclarecer as opções de regularização migratória no Brasil (VASCONCELOS, 2021), assegurados por um dos dois diferentes *status*: refugiado ou residente temporário. De acordo com a Portaria Interministerial nº 9/2018, o migrante venezuelano tem a alternativa de obter residência provisória no país por até dois anos (BRASIL, 2018). Isso acontece para nacionais de países fronteiriços, como é o caso da Venezuela. Segundo o mesmo documento, o migrante que deseja permanecer no Brasil com o status de residente decide, de forma imediata, desistir da solicitação do status de refugiado (BRASIL, 2018).

Porém, a pesquisa mostrou que a tomada de decisão nem sempre se baseia na posse da informação plena¹³. Em uma conversa com um grupo de refugiados venezuelanos na cidade de São Paulo, na Casa do Migrante¹⁴, foi possível entender um pouco sobre o funcionamento deste momento de escolha. Eles me disseram que, antes da chegada até o Brasil, não tinham informações sobre a necessidade de escolher um status para permanecer legalmente no país. Segundo eles, a intenção era chegar para buscar melhores condições de vida, um emprego, e a chance de trazer os seus familiares. Ao chegarem nas instalações da Operação Acolhida, foram apresentados a essa obrigatoriedade, optando, então, pelo status de refugiado:

Quando llegué a Pacaraima vi una cola, y me pregunté: ¿para qué es esta cola? Así que le pregunté a nuestra gente y me dijeron que necesitaba un papel y que sin ese papel no podía buscar trabajo. Entonces llegué aquí con un propósito, y cuando entré, fue que me ayudaron a llegar aquí (São Paulo) (Lucas).

Ao definir a forma como gostariam de seguir os próximos passos e sua identificação de acordo com as leis brasileiras, os migrantes recebem um novo status: não mais venezuelanos ou migrantes, mas sim, refugiados ou residentes:

¹³A autora Martina Tazzioli (2021) aponta algumas contradições referentes ao termo “voluntário” em ações humanitárias. Segundo a autora, há uma indistinção entre consentimento, vontade, obrigação e medo, o que problematiza a própria ideia de atividades voluntárias em sistemas como os de gestão humanitária.

¹⁴A Casa do Migrante em São Paulo é um dos projetos da Missão Paz, que permite a permanência dos refugiados - bem como apátridas, solicitantes de refúgio e migrantes. Além do abrigo, a Casa oferece orientação jurídica, auxílio com a documentação, busca por vagas de emprego, além de aulas de português em diversos níveis. A Casa do Migrante foi uma das primeiras casas a acolher os refugiados do processo de interiorização da Operação Acolhida.

A autorização de residência tem resposta imediata e é um processo bastante simples - tem como principal vantagem a ampla liberdade de circulação do imigrante, que pode ausentar-se do Brasil sem necessidade de pedir autorização ao Estado, bem como conta com a possibilidade de retornar ao país de origem. Já o refugiado, pela condição mais restritiva, caso saia do país sem autorização do Governo Federal, terá decretada a perda de sua condição de refugiado e o retorno ao país de origem levará à cessação de sua condição de refugiado (BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública)

Outra diferenciação entre ambos os *status* tem relação com a documentação exigida. Enquanto a decisão sobre a residência temporária exige a identidade ou passaporte e certidão de nascimento ou de casamento, a solicitação de refúgio não exige documentação (CAPDEVILLE, 2021). Em um contexto em que os venezuelanos não têm conhecimento prévio sobre a necessidade da tomada de decisão, a presença ou não da documentação pode ser um fator significativo. Em sua pesquisa de campo em Boa Vista, Júlia Capdeville (2021) aponta que, durante entrevistas com os venezuelanos, ouviu relatos que os interlocutores levaram em consideração a documentação exigida para cada opção, e que entre uma mesma família era possível encontrar filhos com solicitação de refúgio e pais com residência temporária.

Em um outro momento da pesquisa, ouvi posições diferentes para a tomada de decisão sobre o status. O primeiro grupo, citado anteriormente, escolheu permanecer no país como refugiado, com o discurso de que essa modalidade poderia trazer maior proteção no país. Segundo Lucas (V), caso Maduro implementasse a obrigatoriedade de retorno dos venezuelanos ao seu país de origem, sendo refugiado, ele teria a segurança de permanência. Castro (2020, p. 11) em sua pesquisa etnográfica nos espaços da Operação Acolhida, fez a seguinte observação sobre este momento de “escolha:”

[...] na sala do ACNUR, os/as venezuelanos/as sentam-se em cadeiras de plástico de frente para uma televisão com tela pequena, na qual é reproduzido um “filme” sobre as circunstâncias que podem ser consideradas dignas de pedido de refúgio, de acordo com a lei brasileira. Os agentes do ACNUR estão dispostos apenas para orientá-los caso haja dúvidas. Nós comentamos muito entre uma certa parte do grupo sobre a impressão de que o processo se desenvolve a partir da documentação que a pessoa possui no momento. Isto é, parece que aqueles que chegam com algum tipo de documentação são orientados a pedir residência temporária, enquanto aqueles (que parecem ser a maioria) que chegam indocumentados são destinados ao pedido de refúgio.

Em contraponto a essa decisão, uma das interlocutoras, ainda em Pacaraima, optou por permanecer como residente. Segundo ela, havia recebido a informação de que, com esse status,

poderia retornar para a Venezuela quando quisesse, sem grandes preocupações, enquanto os refugiados deveriam passar por trâmites muito burocráticos caso tivessem a mesma intenção.

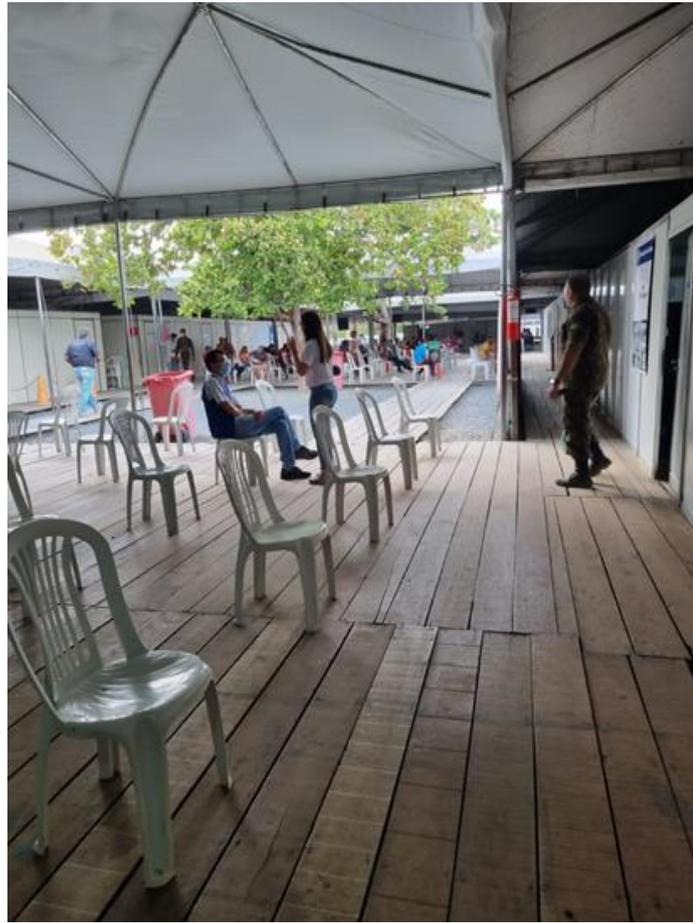
Em vista disso, as duas vias de regularização criadas pelo Estado não são idênticas, visto que possuem vantagens e desvantagens. Dessa forma, ambas possibilidades são apresentadas de acordo com a racionalidade do fluxo de atendimento das organizações, e o entendimento dos sujeitos sobre cada uma dessas vias é decisivo para a tomada de decisão. Isso é exemplificado pela fala dos interlocutores, que demonstra um desconhecimento sobre a necessidade de escolha durante a chegada do país. Depois, pelo fato de a decisão ser obrigatória para as etapas da OA, devendo ser tomada de imediato, levando em conta somente a explicação por parte dos funcionários das organizações, e a compreensão por parte dos venezuelanos.

1.1.3 Sobre abrigamento e interiorização

Após o atendimento no PRI, outra instalação da Operação Acolhida é responsável por dar seguimento aos processos. O Posto de Interiorização e Triagem (PItrig) está presente em Pacaraima, Boa Vista e Manaus, e possui uma estrutura completa para a realização de serviços burocráticos em larga escala: refeitório, banheiros, salas destinadas a cada uma das instituições atuantes, bancos de espera para o atendimento nos mais diversos serviços, local de retirada das senhas para a ordem das filas entre outros. É neste local que é apresentado o documento referente ao novo status do migrante (refugiado ou residente temporário), a fim de dar prosseguimento aos trâmites da Operação.

Segundo Jorge (TH), na teoria, a estrutura do PItrig foi pensada para um funcionamento por etapas, no modelo de “linha de produção”: o migrante chega, se apresenta, depois, passa pelo serviço de emissão de documentos, podendo passar, também, pelos serviços destinados a comunidades ainda mais vulneráveis, como mulheres e comunidade LGBTQIA+. Posteriormente, segue para a solicitação de abrigo; e por fim, segue para a solicitação voluntária de interiorização. De acordo com o mesmo interlocutor, o fluxo planejado nem sempre é seguido à risca, por inúmeros fatores, em que podemos citar a quantidade de pessoas, o fluxo de entrada e saída, e, também, possíveis emergências e imprevistos que podem ocorrer no dia a dia de trabalho.

Figura 5 - Fila de espera para atendimento no PItigr



Fonte: A própria autora

A partir do reconhecimento de seu status pelo governo brasileiro, adquirido através da solicitação formal e retirada da documentação, o refugiado ou residente pode entrar na fila de espera para o abrigo, o segundo pilar da Operação Acolhida. Para aqueles que aguardam a finalização de uma das etapas do processo de forma presencial, o PItigr conta com um espaço de cadeiras enfileiradas e um sistema de senhas, na intenção de organizar e agilizar o processo (Figura 5).

Hernández e Miranda (2020), em seu texto *“La espera como mecanismo de disuasión de la política de asilo de Estados Unidos”* fazem uma análise de como a gestão do tempo e os mecanismos de contenção da mobilidade afetaram grupos de migrantes provenientes da África e América Central na rota México e EUA, entre os anos de 2016 e 2021. A partir dessas análises, é possível transpor alguns pontos para o contexto brasileiro.

Durante o período analisado pelos autores, algumas medidas de contenção foram tomadas, em um acordo bilateral entre México e EUA a fim de conter o fluxo de migrantes. A primeira medida, em 2016, foi referente a criação de cotas diárias para as solicitações de asilo, claramente insuficientes para a demanda naquele contexto. Como consequência, o surgimento de listas de espera para a análise dos pedidos se apresentou como uma dificuldade para os migrantes.

No ano de 2022, o Brasil passou de líder em acolhimento de refugiados para uma das maiores filas de espera do mundo (SILVA e CASAGRANDE, 2022). Da mesma forma que o contexto americano, a causa do aumento de pessoas em situação de espera é a falta de eficiência nos processos de gestão, como por exemplo, no reconhecimento da situação legal do migrante no país. De acordo com Silva e Casagrande (2022), esse fato tem relação, não com a lei ou o instituto protetivo em si, mas sim, com a falta de estrutura para dar vazão aos pedidos.

Ainda na cidade de Pacaraima, existem dois espaços de abrigamento. O primeiro deles é o Alojamento de Trânsito BV-8, em que os venezuelanos são alocados de acordo com três motivos. O primeiro deles é o fato da não finalização dos procedimentos regulatórios, ou seja, a retirada da documentação e a definição do status de refugiado ou residente temporário. O segundo é a indisponibilidade de vagas nos abrigos em Boa Vista, restando a permanência nos abrigos de trânsito. O terceiro é a possibilidade de interiorização, voltada aos migrantes que já preenchem os requisitos (BRASIL. Casa Civil). O segundo espaço é o Abrigo Indígena *Janokoida*, destinado a atender os venezuelanos indígenas *Warao* e *Eñepa* em situação de vulnerabilidade. Os outros abrigos são alocados em Boa Vista - RR e Manaus - AM, e serão melhor descritos no próximo tópico do trabalho.

Além de servirem de espaço de recepção para os venezuelanos recém-chegados no país, os abrigos da Operação Acolhida também são direcionados para os venezuelanos que já estavam no país, sem documentação, muitas vezes nas ruas ou em ocupações espontâneas. De acordo com dados da OIM sobre a cidade de Boa Vista, em março de 2022, 516 venezuelanos vivem em espaços ocupados privados, 369 em espaços ocupados públicos, 778 no Posto de Recepção e Apoio (PRA)¹⁵, e 206 em situação de rua (OIM, 2022). Via de regra, os abrigos contam com serviços de alimentação, saúde, educação e atividades de lazer (GOVERNO FEDERAL, 2020).

¹⁵ Área de acolhimento estabelecida pela Operação Acolhida, oferece a possibilidade de pernoite (OIM, 2022). O PRA é localizado na rodoviária de Boa Vista.

Também no interior do PItrig, outra instalação é responsável por dar início na última etapa da Operação Acolhida: a interiorização. O Centro de Coordenação de Interiorização (CCI) é responsável por operacionalizar as etapas e colocar em prática o terceiro pilar da OA, com a finalidade de “diminuir a pressão sobre os serviços públicos do estado de Roraima” (BRASIL. Casa Civil), institucionalizando propostas a longo prazo - das quais a principal é a interiorização - e realocando os venezuelanos para outros estados brasileiros. As estratégias de interiorização são voltadas para os venezuelanos dentro e fora dos abrigos, sendo que a inscrição prévia no PItrig é a condição necessária para dar entrada ao processo.

Em relação a essas propostas estabelecidas pela Operação Acolhida, existem alguns formatos de “interiorização”, que dependem do perfil do migrante, grupo familiar, disponibilidade e interesse, visto que o processo é “voluntário”. Além disso, todas possuem critérios, como:

[...] estar legalmente regularizados no Brasil na condição de migrante ou refugiado; assinar um termo se voluntariando para participar da Estratégia de Interiorização; estar devidamente imunizado de acordo com esquema vacinal estabelecido pelo Ministério da Saúde e passar por avaliação médica (BRASIL. Casa Civil).

As modalidades de interiorização são: reunificação familiar, reunião social, vaga de emprego sinalizado (VES) e institucional (abrigo-abrigo)¹⁶. Todas elas contam com uma rede de atores que devem trabalhar em conjunto, como os estados, o próprio ACNUR, e a sociedade como um todo (ACNUR, 2021). Neste processo, além das estratégias criadas pela Operação¹⁷, encontram-se três contextos diferentes quanto à intenção dos venezuelanos. Enquanto parte dos migrantes desejam permanecer no Brasil, pelo processo de interiorização, outros possuem a vontade de permanecer no norte do país, visando uma proximidade com a Venezuela, e,

¹⁶As diferentes estratégias de interiorização são específicas para determinados grupos, e são divididas da seguinte forma: 1. Reunificação familiar: destinada a pessoas que têm parentes fora de Roraima, com parentesco comprovado, e condições financeiras e sociais de recebê-las; 2. Reunião Social: é muito semelhante à reunião familiar, a única diferença é que não é necessário ter familiares na cidade de destino, mas um amigo ou alguém em quem você confia e está disponível para recebê-lo(a); 3. Vaga de Emprego Sinalizado (VES): modalidade destinada a interiorizar venezuelanos que estão no estado de Roraima e que serão contratados por uma empresa; e 4. Institucional (abrigo-abrigo): modalidade voltada para os venezuelanos que estão em Roraima e que precisam de abrigo na cidade de destino. A interiorização de abrigo a abrigo permitirá que você se mude para uma cidade fora do estado de Roraima e alcance um espaço seguro (abrigo), onde você pode ficar até 3 meses (UNHCR).

¹⁷As instituições que atuam em conjunto com o ACNUR também realizam a interiorização dos venezuelanos, com outras modalidades. Um dos exemplos é a ONG Refúgio 343. A ONG atua com duas frentes: a primeira delas é a Reunião Pessoa Física, em que um receptor interessado se disponibiliza a acolher o migrante em um local que não seja a sua própria residência, fornecendo apoio financeiro. A segunda é a Reunião Social, que segue os padrões da Operação Acolhida, sendo o Refúgio 343 um facilitador na busca por receptores.

consequentemente, de seus familiares, em uma tentativa de trazer os mesmos para o país, ou, facilitar o envio do que foi conquistado no Brasil. Um outro grupo pretende retornar à Venezuela quando enxergarem um cenário mais favorável (PAREDES, 2022).¹⁸

O caso italiano é um outro exemplo de resposta para um aumento significativo do fluxo migratório. Ainda que, atualmente, o fluxo migratório na Itália esteja amplamente caracterizado pela presença dos ucranianos, é possível observar a continuidade de outros fluxos, com grandes grupos de migrantes que arriscam a passagem pelo Mar Mediterrâneo para chegar até a Europa. De acordo com dados da OIM, desde o início de 2020 até setembro do mesmo ano, a Itália recebeu mais de 20 mil migrantes (LIGERO, 2020), e de acordo com a Agência Italiana de Notícias (ANSA, 2022), quase 35 mil ucranianos já saíram de seu país em direção à Itália desde fevereiro de 2022.

O processo de recebimento de solicitantes de refúgio na Itália segue um fluxo semelhante ao ocorrido no Brasil, com processos obrigatórios no momento da chegada, alternativas de abrigo, e, por fim, “soluções duradouras”. No caso italiano, a alternativa de abrigo é voltada para as pessoas que não possuem condições financeiras para sua manutenção no país por conta própria, sendo que a gestão desses processos é feita pelo Ministério do Interior, em conjunto com prefeituras e ONGs, além da presença de empresas privadas (AIDA).

O plano de *accoglienza* realizado pelo Ministério do Interior da Itália para lidar com o crescente fluxo de migrantes e solicitantes de refúgio ucranianos inclui o processo de abrigo, de acordo com sua estratégia oficial. O governo disponibilizou 16 mil lugares nas estruturas destinadas aos migrantes no país, sendo 13 mil nos CAS (Centros de Acolhimento Extraordinário) e 3 mil na rede SAI (Sistema de Acolhimento e Integração). A maioria dos migrantes provenientes da Ucrânia chegam ao país para se reunir com familiares ou amigos que residem na Itália e não possuem a necessidade de permanecer nesses espaços, já que contam com uma situação financeira mais favorável, além do apoio familiar (ITALIANISMO, 2022).

No momento de chegada na Itália, os migrantes são recebidos nos Centros de Primeiros Socorros e Acolhimento (CPSA), com o objetivo de cadastramento, identificação, e questões de saúde - o tempo de estadia nesses espaços varia de acordo com o período necessário para

¹⁸Segundo Relatório do ACNUR, “a resistência à interiorização explica-se, sobretudo pela intenção de trazer ao Brasil familiares do núcleo primário – principalmente filhos e /ou cônjuges -, o que os vincula à região da fronteira: 54,9% daqueles que não desejam se interiorizar aguardam cônjuge, filhos ou filhas e cônjuges (ACNUR, 2021).”

essas intervenções - esses locais também são chamados de *Hotspots*¹⁹. Posteriormente, os grupos são transferidos para a primeira forma de abrigo, em estruturas acionadas pelas autarquias ou outras instituições, públicas ou privadas, atuantes na temática do asilo.

Com a indisponibilidade de vagas nesses locais, o país adota o modelo dos *Centri di Accoglienza Straordinaria* (CAS), espaços pensados, inicialmente, para lidar com questões emergenciais, mas que acabaram se tornando uma resposta mais permanente: “o facto de a maioria dos lugares disponíveis se encontrarem atualmente no CAS, ilustra uma política de acolhimento baseada em deixar os requerentes de asilo em alojamentos de emergência durante todo o processo de asilo (AIDA).”

O tempo de permanência nesses espaços depende diretamente da disponibilidade de vagas na segunda forma de acolhimento, o *System of Accommodation and Integration* (SAI): “O Decreto-Lei 130/2020, implementado pela L173/2020, absteve-se de definir prazos para a transferência para o sistema de alojamento adequado implementado no SAI, reforçando assim uma abordagem temporária e precária de acolhimento dos requerentes de asilo (AIDA, 2021).” Nessas estruturas, administradas por entidades locais, o trânsito é livre: “diferentemente dos demais, nos quais, em muitos momentos, a recepção dos estrangeiros assume caráter de um ‘acolhimento forçado’ (GARCIA; ZUIN, 2017, p. 86).”

Porém, no caso italiano, em um contexto de grande avanço da direita ultraconservadora e contra a entrada de migrantes²⁰, têm-se o que é chamado de Centros de Detenção Pré-remoção (CPR). Institucionalizado na política do país,

[...] introduziu no próprio ordenamento jurídico a possibilidade de limitar os movimentos dos estrangeiros irregulares com objetivo de identificá-los e permitir sua expulsão, e, simultaneamente, edificou um sistema de estruturas especializadas para sua retenção (ROMA apud GARCIA, ZUIN, 2017, p. 99).

¹⁹O *‘hotspot’* é o espaço identificado como “centro de recepção e processamento de pedidos de asilo”, instalado nos países mais afetados por uma crescente do fluxo migratório de sujeitos em situação de vulnerabilidade. Presente na Itália, outros países, como a Grécia, também possuem esse sistema. (EURONEWS, 2015). Disponível em: <https://pt.euronews.com/2015/09/21/o-que-sao-os-chamados-hotspots>.

²⁰ Um exemplo de tentativa de diminuir a entrada de migrantes e refugiados aliada às políticas conservadoras de direita pode ser visto quando, em 2019, Matteo Salvini, vice-primeiro-ministro da Itália, propôs para votação no Senado a aplicação de medidas anti-imigração para combater as “ONGs que continuam a transportar refugiados encontrados à deriva no Mediterrâneo para território italiano e que Salvini identifica como cúmplices dos traficantes de seres humanos.” A aplicação de um Decreto de Segurança deveria servir para colocar mais obstáculos às ONGs que resgatam os refugiados no Mediterrâneo e que Salvini identifica como criminosos e cúmplices dos traficantes de seres humanos. Entre outras coisas, a nova lei prevê sentenças de prisão e multas de até um milhão de euros para as embarcações que entram sem permissão em águas territoriais italianas (SOUZA, 2019)

Figura 6 - Centros de detenção ativos na Itália

Nome	Cidade e Estado	Status
Bari-Palese, Area Aeroportuale, Centro di Permanenza per il Rimpatrio (CPR) (formerly Centro di Identificazione ed Espulsione(CIE))	Bari-Palese, airport, Puglia	Em uso (desde 2019)
Brindisi, Restinco, Centro di Permanenza per il Rimpatrio (CPR) (formerly Centro di Identificazione ed Espulsione(CIE))	Brindisi, Restinco, Puglia	Em uso (desde 2019)
C.P.R. Palazzo san Gervasio (Potenza)	Potenza, Basilicata	Em uso (desde 2019)
CPR di Milano (formerly Milano, Via Corelli, Centro di Identificazione ed Espulsione (CIE) (formerly Centri di permanenza temporanea ed assistenza "Via Corelli"))	Milano, Lombardy	Em uso (desde 2021)
Gorizia, Gradisca d'Isonzo, Friuli-Venezia Giulia		Em uso (desde 2021)
Hotspot Messina, Ex Caserma Gasparro, Rione Bisconte	Messina, Sicilia	Em uso (desde 2019)
Lampedusa (Contrada Imbriacola) Hotspot	Lampedusa, Agrigento, Sicily	Em uso (desde 2019)
Macomer CPR	Macomer, Nuoro	Em uso (desde 2020)
Pozzallo Hotspot	Pozzallo, Ragusa	Em uso (desde 2019)
Roma, Ponte Galeria, Centro di Permanenza per il Rimpatrio (CPR) (formerly Centro di Identificazione ed Espulsione(CIE))	Roma, Ponte Galeria, Lazio	Em uso (desde 2021)
Taranto Hotspot	Taranto, Puglia	Em uso (desde 2019)
Torino, Corso Brunelleschi, Centro di Permanenza per il Rimpatrio (CPR) (formerly Centro di Identificazione ed Espulsione(CIE))	Torino, Corso Brunelleschi, Piedmont	Em uso (desde 2021)
Trapani Pre-Removal Centre (previously Centro di Identificazione ed Espulsione / Hotspot)	Trapani, Milo, Sicily	Em uso (desde 2019)

Fonte: Global Detention Project Disponível em: <https://www.globaldetentionproject.org/detention-centres/list-view>

Segundo a *Associazione per gli Studi Giuridici sull'Immigrazione* (ASGI) os métodos de detenção e os critérios de idoneidade não são especificados, ficando a critério exclusivo das autoridades de segurança pública, podendo estender a detenção até mesmo para outros espaços para migrantes, como os *Hotspots*, por exemplo (AIDA, 2022). Segundo Garcia e Zuin (2017, p. 86-87),

no entanto, como ocorre de modo sistemático na política italiana para migração e asilo, a defesa da ideia de emergência funciona como fator de legitimação de práticas excepcionais marcadas pela ausência de ações efetivas e de longo prazo que objetivem de fato o acolhimento, ou seja, predomina uma substancial ausência de programação e coordenação dos diversos sistemas mesmo diante de eventos previsíveis, ao passo em que o paradigma da ação emergencial condiciona toda a estrutura de acolhida.

Apesar das semelhanças com a Itália, o modelo de abrigamento no Brasil não é reconhecido como campo de refugiados. Segundo Simões e Franchi (2019) foi uma decisão da Operação Acolhida criar abrigos menores, ainda que em maior quantidade, ao invés de adotar o modelo de Campo de Refugiados. A discussão sobre as proximidades e distanciamentos de ambos os modelos será abordada no próximo tópico.

Segundo Souza (2022), a tendência é de continuidade dos trabalhos na fronteira entre Brasil e Venezuela pela Operação Acolhida. Dessa forma, o trabalho identifica a necessidade de abordar mais a fundo as decisões tomadas pelo Brasil para lidar com o fluxo migratório dos venezuelanos. Para fins de análise das relações entre os gestores humanitários e os venezuelanos, a próxima seção será destinada a explorar melhor a segunda etapa da OA: o abrigamento.

2 CAPÍTULO 2: OS ABRIGOS DA OPERAÇÃO ACOLHIDA

Durante a pré-candidatura do ex-presidente Jair Bolsonaro, no início do ano de 2018, o então deputado federal sugeriu que o Brasil buscasse a ONU para a criação de campos de refugiados no país, devido a entrada dos venezuelanos, e com a justificativa de que o estado de Roraima não poderia se responsabilizar com a entrada de um número bastante significativo de pessoas (MAIA, 2020).

Com o aumento do fluxo migratório na fronteira entre Brasil e Venezuela - além da permanência dos venezuelanos no país - a decisão trazida pelo Governo Federal foi a instalação de abrigos emergenciais como resposta para a recepção dos venezuelanos (ACNUR). Dessa forma, a instalação dos abrigos foi uma estratégia vinculada à Operação Acolhida para compor o segundo pilar da Força Tarefa: o abrigamento.

Em uma discussão sobre permanência e provisoriedade dos espaços de abrigamento no Brasil, Machado e Vasconcelos (2021) fazem a proposta de reconhecer as instalações em Boa Vista e Pacaraima, RR²¹, como campos de refugiados híbridos²². Essa caracterização leva em conta proximidades e distanciamentos da resposta humanitária emergencial adotada pelo Brasil para o abrigamento dos venezuelanos e os campos de refugiados reconhecidos a nível internacional e implementados na Europa e Oriente Médio.

A primeira característica que aponta proximidade entre ambos os modelos de abrigamento é a forte presença militar. O protagonismo das Forças Armadas, responsável pelo ordenamento da fronteira, e o apreço que o Governo Federal tem pela Operação Acolhida como principal política humanitária nos levam ao entendimento do uso da gestão humanitária como estratégia. A militarização das fronteiras por conta das FA reflete um duplo comprometimento na gestão dos abrigos:

[...] de um lado, com o acolhimento humanitário dos refugiados e, de outro, com a garantia da lei e da ordem aos cidadãos brasileiros. Este segundo ponto revela uma tendência internacional para a securitização das políticas migratórias, reproduzindo a visão de que os migrantes não são apenas um problema social, mas, acima de tudo, uma ameaça à segurança nacional (MACHADO, VASCONCELOS, 2021, p.2).

²¹ É importante lembrar que instalações com o objetivo de abrigamento também são encontradas em Manaus (AM), mas não serão abordadas neste trabalho.

²²As passagens retiradas do texto “*Military Reception and Venezuelan Migrants in Brazilian far North: New Policies of Securitisation and Hybrid Refugee Camps*” (2022) foram todas traduzidas por mim.

A segunda característica é a localização dos abrigos da Operação Acolhida, com terrenos murados, criando uma grande barreira física com a cidade (ALVES, 2019). A terceira característica, é o estabelecimento de regramentos internos, e a própria estrutura dos mesmos que reflete experiências internacionais. De acordo com Garcia (2016, p.205),

[...] a gestão concomitante das agências humanitárias e das forças de segurança pública aparece como uma espécie de remédio paliativo com o objetivo preciso de ocultar sua real intenção. A retórica humanitária é mobilizada enquanto um instrumento fundamental para legitimar e justificar a adoção das medidas emergenciais, uma vez que nos discursos que a utilizam, a menção a riscos e ameaças é componente fundamental.

Em contraponto, o envolvimento de Organizações Não Governamentais e da sociedade civil, a estrutura menor, e a disponibilidade de estratégias voluntárias de interiorização são, por exemplo, características que apontam uma diferenciação, em uma tentativa de negar a existência de um campo, de fato:

O campo de refugiados híbrido é uma tecnologia humanitária (Gilman, 2012, 174) desenvolvida em Roraima para ativar a ajuda humanitária militarizada, com todos os efeitos da securitização nos processos de gestão da migração: criminalização do movimento, por um lado, e ganhos políticos para as forças armadas, vistas como 'humanitárias', por outro (MACHADO, VASCONCELOS, 2021, p.13).

Quarantelli (1995 *apud* CARBONARI; LIBRELOTTO, 2020, p.23) propõe uma outra definição para espaços em cenários de emergência. De acordo com o autor, existem quatro modelos possíveis para estes espaços, que podem se sobrepor, ou anteceder um ao outro:

O abrigo de emergência, que tem curta duração, geralmente de algumas horas a um dia, e exige pouca infraestrutura e serviços. O abrigo temporário, com duração de dias a meses, que em muitos casos vai além do período emergencial e se estende por mais tempo, exigindo mais infraestrutura e serviços, porém, ainda sem se restabelecer a rotina diária. A habitação temporária, que se refere à retomada da rotina e das atividades diárias dos desabrigados e se estende por meses a anos. Por fim, a habitação permanente, referente ao retorno dos desabrigados para suas casas reconstruídas ou reparadas, ou o reassentamento / reintegração.

Portanto, é possível caracterizar os abrigos para venezuelanos entre dois modelos apresentados pelo autor. A primeira delas é o modelo de “abrigo temporário”, objetivo inicial da Operação Acolhida, e que se estende até o momento. A segunda, é o modelo de “habitação

temporária”, na medida que a permanência da Força Tarefa resulta na mudança no perfil dos abrigos, como veremos mais à frente.

Em relação aos diversos modos de classificação, Fassin (2012) aponta que a “a questão, portanto, é menos uma questão de decidir se este é um campo do que de questioná-lo.” (FASSIN, 2012, p.151).” Segundo o autor, a inserção das agências humanitárias, bem como de outras camadas da sociedade civil para lidar com o fluxo migratório, em detrimento de posições fixas do Estado, é uma das características da governança pela razão humanitária, discussão que pode ser vinculada aos abrigos da Operação Acolhida, e que será melhor abordada em momento oportuno. Ainda que o objetivo do trabalho não seja dizer se a resposta brasileira corresponde às respostas a nível internacional, a discussão dos paralelos é importante para aprofundar de que forma a Operação Acolhida e seus agentes atuam em meio a um certo padrão de gestão humanitária, ainda que com aproximações e distanciamentos.

2.1 Os abrigos: localização e estrutura

Os abrigos ocupam grande parte do terreno ao lado da rodoviária de Boa Vista - RR, formando um verdadeiro complexo, em conjunto com as instalações das outras etapas da Operação (PItrig e CCI, por exemplo). Separados por estruturas de ferro ou madeira, os abrigos e as outras instalações da Operação Acolhida são integrados por passagens para carros e pessoas - sem asfalto (Figura 7).

Segundo Alves (2019), a escolha da localização dos abrigos da OA é resultado de fatores ambientais, políticos e logísticos:

Em função das 32 áreas de reservas indígenas presentes em Roraima, entre as quais a Yanomami e a Raposa Terra do Sol, disputadas por empresas extrativistas de minério e madeira, as Forças Armadas e o governo federal, juntamente com as organizações internacionais, optaram por estabelecer os abrigos na própria cidade de Pacaraima e em Boa Vista, capital do Estado, onde se concentra a maior parte da infraestrutura e equipamentos públicos, bem como aeroporto e rodoviária que ajudam na articulação do programa de interiorização (ALVES, 2019, p.133).

Figura 7 - Complexo da Operação Acolhida: placa indicativa do local dos abrigos



Fonte: A própria autora

Como citado anteriormente, a rodoviária de Boa Vista evidencia o crescimento do fluxo dos venezuelanos e a incapacidade física dos abrigos oficiais em atendê-los, de modo que esta se tornou um anexo da Operação Acolhida. De acordo com dados de outubro de 2022, o PRA contava com espaço para 1.017 venezuelanos, divididos entre camas e beliches, além da possibilidade de receber ao menos duas refeições (ONU, 2021) e o acesso a serviços de proteção e orientação para retirada de documentos, por exemplo (ONU, 2020).

Em uma identificação da OIM sobre os venezuelanos fora dos abrigos da Operação Acolhida, existe uma diferenciação entre aqueles que estão no PRA e aqueles que estão em “situação de rua”. Ainda que fora dos abrigos, o espaço da rodoviária se tornou uma área de abrigo da Operação, enquanto o espaço da rua é tido como via pública, que engloba pessoas que moram fora dos abrigos oficiais (OIM, 2022).

Vale lembrar que a Operação Acolhida surgiu, para além do crescente no fluxo dos refugiados venezuelanos, para a contenção no número de migrantes em situação de rua. A retirada dos venezuelanos dos locais públicos de Boa Vista, como praças e os arredores da rodoviária, foi uma das primeiras atividades de resposta para o aumento do fluxo dos venezuelanos, em uma evidente prática higienista e segregadora para controle daquela população (PAIVA; GONÇALVES, 2021). Entre os anos de 2015 e 2016, diversos venezuelanos foram deportados na fronteira, em ações da Polícia Federal (RUSEISHVILI; CARVALHO; NOGUEIRA, 2018). Como consequência dessa ação, e do reconhecimento da situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório, criou-se a Operação Acolhida, e os migrantes foram alocados nos abrigos construídos. Segundo Vasconcelos e Santos,

[...] não se tratava, para o militar brasileiro, de prover bem-estar aos venezuelanos senão garantir, primeiramente, o bem-estar da população brasileira de Roraima. Faziam isso retirando os venezuelanos dos espaços públicos como praças, ruas, calçadas, canteiros de avenidas, terrenos baldios e prédios abandonados; e alojando toda essa população de rua em locais fechados, com hora para sair e voltar (2022, p. 247).

É importante ter em mente que a quantidade de venezuelanos fora dos abrigos da Operação Acolhida - ou do PRA - não é consequência, exclusivamente, do número de vagas nestes espaços oficiais. Segundo Vasconcelos e Santos (2022, p.248), “a sensação de aprisionamento dos abrigos, bem como o preconceito a eles associado na cidade, contribuiu para que muitas pessoas preferissem as ocupações espontâneas ou mesmo pagar aluguel de pequenos apartamentos divididos.” Através da descrição dos abrigos, será possível compreender essa decisão.

Em janeiro de 2023,²³ a Operação Acolhida contava com 7 abrigos oficiais em Boa Vista e Pacaraima, RR, divididos de acordo com características dos migrantes que os compõem (ACNUR, 2023). São eles: *Waraotuma a Tuaranoko* (71%)²⁴, Jardim Floresta (99%), *Janokoida* (87%), Rondon 5 (76%), Rondon 1 (90%), Pricumã (97%), e BV-8 (26%). Neste

²³Serão levados em conta os dados recolhidos até o momento da finalização da pesquisa. O ACNUR possui uma plataforma atualizada periodicamente com os dados dos abrigos da Operação Acolhida. Sendo assim, as informações são mutáveis. A plataforma pode ser acessada em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTRhOWVlOTgtYTkyMS00YmY3LWWEyY2YtMGM1Y2MzODFjMmVjIiwidCI6ImU1YzZM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBlTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOiJh9&pageName=ReportSection2f742043b456c18852a1>

²⁴As porcentagens (%) são referentes a taxa de ocupação dos abrigos da Operação Acolhida. Os dados são referentes ao dia 16/01/2023.

sentido, a distribuição dos migrantes não é realizada da mesma forma que no período da criação da OA - com divisões mais marcantes de gênero, faixa etária e composição familiar - sendo que a principal diferença se resume entre abrigos indígenas - *Waraotuma a Tuaranoko*, Jardim Floresta e *Janokoida* - e não indígenas (abrigos mistos). Segundo uma das interlocutoras, a decisão tomada pelo ACNUR teve como base o crescente fluxo dos migrantes venezuelanos, impossibilitando a segmentação dos abrigos em diversos perfis.

Uma subdivisão dentro dos abrigos não indígenas foi observada no abrigo Rondon 5, este voltado para os venezuelanos em processo de interiorização (ACNUR, 2021), antiga característica do abrigo Rondon 2. Inaugurado em setembro de 2021 e denominado Centro de Interiorização, tem a capacidade para 1.000 pessoas e atua por meio de dois fluxos: 600 vagas destinadas para as pessoas que serão interiorizadas na modalidade Institucional e 400 para as demais modalidades (ACNUR, 2021). Dessa forma, a permanência no abrigo Rondon 5 foi planejada para os migrantes que participam, de forma voluntária, da Estratégia de Interiorização da OA.

De acordo com a lógica proposta de funcionamento dos abrigos, segundo Jorge (TH), a partir do momento da confirmação da interiorização, todos os migrantes deveriam se deslocar para o abrigo Rondon 5. A intenção deste deslocamento seria dividir, de forma mais clara, as pessoas que ainda não estão no processo final de interiorização, e aquelas que já o finalizaram. Segundo o mesmo interlocutor, apesar deste fluxo existir, é comum que migrantes sejam interiorizados sem passar pelo Rondon 5. A discussão sobre o processo de interiorização será abordada mais à frente.

Outra subdivisão é encontrada no abrigo Pricumã. Sendo um dos abrigos visitados durante a pesquisa de campo, observei algumas diferenças claras entre os outros abrigos da OA. Destinado a atender as necessidades dos venezuelanos com alguma vulnerabilidade por questões de saúde, ou que sejam pessoas com deficiência (PCDs)²⁵, o abrigo é localizado ao lado do Núcleo de Saúde da Operação Acolhida e, até o momento da pesquisa, o único com total acessibilidade para deslocamento. O Núcleo de Saúde tem a função de tratar casos emergenciais, em que o tempo de deslocamento até o hospital de Boa Vista seria fatal. Além disso, é responsável por trocas de curativos e disponibilização de medicamentos. Qualquer outra questão de saúde é enviada para o hospital da cidade.

²⁵As pessoas com deficiência são acompanhadas por suas famílias, caso elas também estejam em situação de abrigo. Segundo a coordenadora do Pricumã, uma das premissas do ACNUR é não separar as famílias em abrigos diferentes, mesmo com a presença de algumas características específicas.

Uma característica comum de todos os abrigos está no formato de gerenciamento, sendo que todos eles são coordenados em uma operação conjunta entre os parceiros do ACNUR e os militares do Exército. Enquanto os abrigos *Waraotuma a Tuaranoko*, Rondon 5, Rondon 1 e BV-8 são coordenados pela AVSI, o Pricumã e o Jardim Floresta são coordenados pela Fraternidade sem Fronteiras, e, por fim, o abrigo *Janokoida*, pela Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento (PADF²⁶) (ACNUR, 2022).

Considerando a ação interagências da OA, as Forças Armadas atuam em conjunto com as organizações internacionais na gestão dos abrigos. Desempenhando funções administrativas, técnicas e também de saúde (SIQUEIRA, 2022), o Exército também é responsável pela segurança dos abrigos, porém, não atuam com armamentos, como é feito pela equipe da fronteira, por exemplo. Segundo Vasconcelos e Santos (2022, p.259), em análise realizada através de pesquisa de campo nas instalações da Operação Acolhida, “a negação do uso da força e/ou seu acionamento periférico eram recursos retóricos utilizados pelos militares para legitimar o caráter 'eminente humanitário' da Operação Acolhida.”

Segundo Maria (TH), em relação à segurança, os militares possuem a função de, por exemplo, controlar a entrada e a saída dos venezuelanos, e realizar rondas periódicas dentro dos abrigos. Em relação à infraestrutura, atuam no conserto das instalações, e citou como exemplo o conserto dos canos dos banheiros. Já na parte administrativa, atuam na constante atualização dos dados dos abrigos.

A atuação do Exército na Operação Acolhida, não somente nos abrigos, é feita através de um sistema de rodízio. Recrutados de forma voluntária de diversas localidades do país, formavam contingentes para trabalhar determinado tempo na FT Log Hum. Dessa forma, a cada 120 dias a equipe é trocada, sendo que deste total, a cada 40 dias ininterruptos eles tinham 10 dias de folga para visitar a sua família no local de residência (VASCONCELOS, 2021). Durante a experiência humanitária no Haiti, foi constatado que “a extensão do período de serviço na convivência com pessoas em situação de vulnerabilidade implica uma certa desestabilização emocional do militar” (VASCONCELOS, 2021, p.152).

²⁶A Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento (PADF) é uma organização sem fins lucrativos que trabalha desde 1962, com a visão de construir um hemisfério de oportunidades para todos. Presente em mais de 20 países, já beneficiou mais de 90 milhões de pessoas, por meio de iniciativas de desenvolvimento sustentável e empoderamento sustentável. No Brasil iniciou seu trabalho com o programa Integrando Horizontes em 2021, atendendo a população migrante venezuelana, onde baseia sua atuação no respeito às instituições, à democracia e aos direitos humanos (FOLHA WEB, 2022).

Por esta razão, a troca de contingentes faz parte das estratégias do Exército Brasileiro a fim de evitar o “efeito PINO”. A sigla “PINO” (Pena, Indiferença, Nojo e Ódio) representa diferentes fases emocionais desenvolvidas pelo indivíduo no contato prolongado com a vulnerabilidade alheia. (VASCONCELOS, MACHADO, 2021). Dessa forma, a fim de evitar o desgaste dos militares - muitos em sua primeira missão humanitária -, e o impacto negativo no trabalho com os venezuelanos, a estratégia permanece sendo implementada na Operação Acolhida.

Segundo Maria (TH) muitos militares chegam com experiências de outras missões, não humanitárias, o que leva um tempo para o entendimento e a adaptação a uma realidade diferente - mais comum para os funcionários das agências humanitárias. Comentou que muitos militares, em um primeiro momento, atuam com um olhar estritamente técnico, apenas com o objetivo de seguir as regras a que foram submetidos. Mas, a prática dentro dos abrigos era capaz de transformar os seus trabalhos, e resultaram em uma clara criação de empatia por parte dos militares, que, inclusive, não queriam ir embora, ou solicitavam a ampliação do seu tempo nos abrigos. Na formação do atual 15º contingente da Operação Acolhida, existem militares que já participaram da Operação (BRASIL. Ministério da Defesa, 2022).

Além dos espaços já citados, os abrigos contam com outras estruturas padronizadas, ou seja, presentes em todos os locais de abrigamento oficiais da OA. Entre elas estão: espaços administrativos para o Exército e ONGs parceiras, com estruturas de container, depósito de mercadorias, tendas de atividades educativas, espaços de recreação, área comum, refeitório, banheiros e lavanderias (PRADO, 2018). Dentro destes espaços, outros agentes da Força Tarefa realizam os seus trabalhos, direcionados a grupos específicos, como a ONG Pirlampos e sua atuação com crianças e adolescentes, por exemplo.

Segundo Maria (TH), algumas instalações são exclusivas de determinados abrigos, como os fumódromos, espaços de beleza, biblioteca e campos de futebol, frutos das demandas dos próprios venezuelanos. Segundo a mesma interlocutora, algumas necessidades são identificadas pelos próprios moradores do abrigo, que vivem o dia a dia naquele espaço, e sentem falta de atividades que antes eram comuns em seu país.

Outras instalações exclusivas estão presentes nos abrigos por questões culturais. Esse é o caso do abrigo indígena *Waraotuma a Tuaranoko*, que possui cozinha para a produção própria dos alimentos, ao invés da recepção das marmitas: “a população indígena não se adaptou às refeições em forma de marmita que o exército fornece diariamente aos outros abrigos, sendo necessária a delimitação de um espaço de cocção neste abrigo” (CARBONARI;

LIBRELOTTO, 2020, p. 31). Algumas outras diferenças são encontradas no novo abrigo e serão apresentadas a seguir.

2.1.1 As *carpas* como estruturas de habitação

O Brasil possui um esforço significativo na promoção de estruturas que atendam aos padrões humanitários (GHISLENI, 2020). A definição das estruturas para compor os abrigos para os venezuelanos veio ao encontro de respostas para crises humanitárias a nível internacional. Substituindo os modelos de tendas e containers, em uma parceria entre a empresa social *Better Shelter* e a Fundação *Ikea* - ambas empresas europeias - as “casinhas” foram idealizadas para se tornarem uma estrutura com “aspecto de uma casa do imaginário popular, ou seja, ainda que provisório, tem o apelo de um lar (ALVES, 2019, p. 135).” Levando em conta as diferenças significativas do contexto europeu e brasileiro é possível observar, novamente, um distanciamento entre as estruturas implementadas e as demandas dos venezuelanos em Roraima.

Oficialmente denominadas *Refugee Housing Unit (RHU)*, as estruturas que se tornam as casas dos venezuelanos são utilizadas pelo ACNUR em contextos de emergência ao redor do mundo, com a função de abrigamento para refugiados (UNHCR). Com o objetivo de seguir o que o ACNUR entende como condições mínimas²⁷ para atender as demandas de sujeitos em situação de vulnerabilidade, as *carpas*²⁸ - como são chamadas pelos venezuelanos, e como serão chamadas ao longo do trabalho - têm seus padrões de construção. A princípio, as *carpas* foram trazidas à Roraima de outras missões do ACNUR. Como não foram desenvolvidas especificamente para a realidade climática brasileira, sua estrutura não corresponde às necessidades locais. Durante a pesquisa de campo, ouvi dos trabalhadores humanitários e dos migrantes venezuelanos os comentários constantes sobre a inadequação das barracas ao calor de Roraima.

²⁷O ACNUR propõe uma série de condições mínimas para os espaços de abrigamento, entre elas: mínimo de 3,5 m² de espaço coberto por pessoa em climas tropicais ou quentes, excluindo cozinha (presume-se que a cozedura terá lugar no exterior); altura mínima de 2m no ponto mais alto; projeto do abrigo deve, se possível, permitir modificações por seus ocupantes para atender às suas necessidades individuais, entre outros (UNHCR). Além disso, leva em conta as condições presentes no Manual Esfera, para situações de emergência e sujeitos em situação de vulnerabilidade.

²⁸*Carpa* em espanhol significa tenda ou barraca.

As reclamações sobre o calor contrastam com a “Carta Humanitária e Normas Mínimas de Resposta Humanitária em Situação de Desastre” (ou Manual Esfera), que estabelece que: “as pessoas devem dispor de espaço coberto suficiente para se proteger dos efeitos adversos do clima. Devem gozar de condições adequadas de calor, ar fresco, segurança e privacidade para garantir a sua dignidade, saúde e bem-estar (Projeto Esfera, 2018, p.189).”

O presente tópico do trabalho busca demonstrar aspectos técnicos da habitação dos abrigos, com base na pesquisa documental e observações registradas no diário de campo, a fim de identificar de que maneira as orientações e normas estabelecidas pelos textos normativos foram implementados na prática em Roraima.

Uma *carpa* simples, com 17,5 m², possui espaço para até 5 pessoas - levando em consideração o Manual, a área mínima de um padrão humanitário deve ser entre 3,5 e 4,5 m², por pessoa (Figura 8). Com uma estrutura modular, têm a capacidade de produzir combinações para a construção de diferentes ambientes, com tamanhos distintos, com a união de suas partes (módulos). As estruturas não possuem piso, sendo que lonas são distribuídas para os venezuelanos no momento de entrada nos abrigos, para que possam cobrir o chão de brita presente em todo o espaço.

Figura 8 - Refugee Housing Unit (RHU)



Durante a conversa com Paula (TH), ela explicitou a motivação para a estrutura modular das tendas: em uma condição de emergência, como no caso da instalação dos abrigos da Operação Acolhida, é importante que os espaços de abrigo sejam facilmente montáveis e que o tempo de montagem seja curto. Também, que não sejam necessárias grandes habilidades de construção por parte das pessoas que vão participar do processo. De acordo com Kronenburg (1995 *apud* COSTA; PAVEZ, 2019), a arquitetura portátil pode ser definida através da sua capacidade de ser montada, desmontada e transportada para outro lugar, para ser útil quando necessário.

No caso das *RHUs*, o tempo necessário para montagem é de 5-6 horas, com a necessidade de 4 pessoas para realizar o trabalho. Portanto, a rapidez é um dos fatores extremamente relevantes para a escolha das *carpas* como modelo implementado, o que demonstra que os abrigos são organizados enquanto espaços provisórios.

Para os trabalhadores locais, as *carpas* não correspondem à realidade de Boa Vista e Pacaraima. Isso porque o clima quente do norte do país é um atributo que exige especificidades em relação aos outros locais de instalações das unidades. De acordo com dados técnicos das *RHUs*, a amplitude térmica dentro dos espaços é de 5 a 40°C (UNHCR). Em um estado em que as temperaturas chegam a 35°C, como é o caso de Roraima, a permanência dentro das *carpas* se torna extremamente desagradável.

A circulação de ar dentro das unidades é feita exclusivamente pelas janelas. Os módulos que compõem as *RHUs* têm como material de composição um polímero inflamável (Figura 9). Por isso, não há nas *carpas* qualquer instalação elétrica, o que evidentemente impossibilita a instalação de tomadas, ventiladores e ar-condicionado. Até mesmo a fonte de iluminação não é eletrificada: sendo feita através de lâmpadas que funcionam por meio de mini placas solares, instaladas em cada uma das *carpas*.

Figura 9 - Guia de segurança em caso de incêndio²⁹ na porta das *carpas* do abrigo Rondon 4



Fonte: A própria autora

Os migrantes não veem *carpas* como espaços confortáveis. Os abrigados preferem, muitas vezes, ficar na parte externa das Unidades (ALVES, 2019). Numa conversa informal, Pedro (V) (São Paulo - 11/02/2022) comentou sobre o espaço: “*Muito quente. Era melhor ficar na rua procurando serviço, estava muito calor*”³⁰.”

Do ponto de vista ambiental, a questão da sustentabilidade é um ponto de atenção, levando em conta que a vida útil das unidades é de três anos. Como o material das estruturas é o plástico, ou seja, dificilmente degradável pelo meio ambiente, a longo prazo, elas podem apresentar um grande problema para gestão de resíduos sólidos. Com a continuidade dos abrigos e da Operação Acolhida como resposta ao fluxo dos venezuelanos, o descarte da estrutura resulta, automaticamente, em um acúmulo de material inutilizável e não reciclável.³¹

²⁹ Segundo o manual, a unidade permite que os usuários evacuem em um tempo mínimo de dois minutos em caso de incêndio.

³⁰ Durante as falas de Pedro (V), é possível identificar a mistura entre os idiomas português e espanhol.

³¹ As estruturas das *carpas* (RHUs) estão sendo instaladas em Brasília, como formato de habitação para os venezuelanos indígenas da etnia Warao que vivem na cidade. Segundo a Agência Brasília (2023), 10 casas serão instaladas em um terreno já ocupado pelos migrantes. A perpetuação do modelo das *carpas* evidencia a continuidade da implementação de um modelo provisório de habitação para os venezuelanos, com os mesmos problemas relacionados ao clima e a falta de sustentabilidade das estruturas. Disponível em:

Para compensar esse desconforto, algumas ações estão sendo tomadas. Neste sentido, Paula (TH) possuiu um papel essencial e transformador nos espaços de abrigo dos migrantes e refugiados, na medida que buscou uma alternativa - ainda em processo de teste³² - que pudesse ser mais adequada à realidade brasileira, no caso, às altas temperaturas. Em conjunto com ex-alunos da Universidade Federal de Roraima (UFRR), criou um modelo de *TSU (Transition Shelter Unite)*³³. De acordo com a realidade local, o novo modelo de *carpas* feitas de madeira possui algumas características distintas das originais. Além do diferencial do material, as *TSU* são maiores, possuem controle de umidade por serem construídas mais alto do solo, e janelas ampliadas - com capacidade de aumentar a circulação do ar.

Por esta razão, responsáveis do ACNUR começaram a monitorar a temperatura dentro das unidades durante o dia, justificando a necessidade de pensar em alternativas melhores, o que teve como resultado, também, o giro da economia local, já que as unidades de madeira são construídas no próprio estado de Roraima. Segundo a profissional, a diferença no espaço interno entre o modelo de plástico e o modelo de madeira é de até 10°C de temperatura (Figura 10 e 11). Durante minha visita ao abrigo Rondon 4, a arquiteta do ACNUR iniciou uma breve conversa com uma das famílias que estava, no momento da pesquisa, vivendo no novo modelo de *carpa*. A mulher, mãe, com suas quatro filhas mulheres, deixou clara sua preferência pela estrutura de madeira, dizendo ser muito mais confortável que o outro formato, enquanto fazia uma expressão de alívio pela mudança.

Segundo Jéssica (TH), o critério para destinar as *carpas* mais agradáveis era de acordo com os casos identificados de maior vulnerabilidade. Por serem localizadas mais próximas das outras estruturas do abrigo, como refeitório e recepção, os novos espaços eram destinados a pessoas com dificuldade de locomoção, idosos, e famílias com crianças recém-nascidas, por exemplo.

O modelo em questão já é autorizado pelo escritório do ACNUR em Genebra para uso em casos de emergências humanitárias, o que revela um grande avanço quanto ao tratamento dos sujeitos refugiados. Segundo a responsável, para que o projeto fosse aceito, as novas *carpas*

<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2023/01/18/refugiados-venezuelanos-serao-abrigados-em-casas-temporarias/>.

³²Considerando o período de realização da pesquisa.

³³Existem diversos modelos de *TSU* ao redor do mundo. Segundo o *Transitional Shelter Guideline* (OIM), o abrigo transitório é um processo que apoia o acolhimento de famílias afetadas por conflitos e desastres, buscando alternativas para sua recuperação. Neste sentido, o diferencial das instalações é ser adaptado às diferentes realidades locais, necessidades dos sujeitos em situação de vulnerabilidade e possibilidades de construção.

deveriam cumprir alguns requisitos, para torná-las viáveis frente às originais. Isso levaria em conta alguns fatores, como: valores gastos para a construção e obtenção dos materiais, tempo necessário para a construção, capacidade de montagem sem grandes conhecimentos de marcenaria, e durabilidade, sendo que todos estes pontos deveriam ser semelhantes às *RHUs*. Até o momento da pesquisa, as *carpas* de madeira estavam presentes somente no abrigo Rondon 4, para a finalização da fase de testes³⁴.

Figura 10 - *Carpas* do abrigo Rondon 4: madeira (lado esquerdo) e plástico (lado direito)



Fonte: A própria autora

³⁴ No momento da pesquisa, o abrigo Rondon 4 contava com 189 carpas, sendo 18 delas de madeira.

Figura 11 - Carpa de madeira no abrigo Rondon 4



Fonte: A própria autora

No momento de entrada nas carpas, os venezuelanos recebem alguns objetos: colchões, lonas para forrar o chão de brita que compõe o abrigo, e lâmpadas, sendo que todos devem ser devolvidos no momento de saída. Dentro das *carpas*, é possível “customizar” os espaços, prática comum feita pelos venezuelanos com utensílios pessoais - alguns trazidos da Venezuela, ou outros adquiridos já no Brasil. Em conversa com Lúcia (12/02/2022, São Paulo), venezuelana interiorizada pela modalidade reunião social em São Paulo, ela me contou sobre sua *carpa*. Disse que havia feito algumas alterações, mais por motivos de segurança e privacidade do que por estética. A fim de delimitar o seu espaço, compartilhado com outra família até então desconhecida, fazia “cercas” para seus colchões, seus pertences, e suas crianças.

Ainda em relação aos objetos, Lucas (V) disse que uma prática comum entre os migrantes dentro dos abrigos é a transferência dos objetos. Segundo ele, quando algum de seus companheiros é transferido de abrigo, ou é “interiorizado”, aqueles que possuem objetos melhores - como um colchão mais confortável, por exemplo - fazem doações para famílias mais próximas, com as quais criaram um laço dentro do abrigo.

2.1.1.1 O novo abrigo indígena: *Waraotuma a Tuaranoko*

Em relação à estrutura dos abrigos, observei algumas especificidades em relação ao novo abrigo indígena. Durante a visita ao complexo da Operação Acolhida, o antigo abrigo Rondon 3, reconhecido como o maior abrigo para refugiados da América Latina, com capacidade para 1500 pessoas (TOLEDO, 2018), passava por um processo de transição para se tornar um abrigo exclusivo para a população indígena. Nesse sentido, a estratégia da Operação foi fechar os outros abrigos indígenas em Boa Vista (Pintolândia e Tancredo Neves) e concentrar toda a população no novo local.

Segundo a arquiteta do ACNUR que acompanhava a visita, a decisão foi tomada em conjunto com a população que seria afetada pela transição, e que existia, inclusive, uma preferência pelo novo espaço, por conta de algumas características específicas do abrigo. Assim sendo, foi criado o *Waraotuma a Tuaranoko*, nome escolhido pela própria população indígena, que significa “local de descanso para indígenas Warao”.

De acordo com relatos dos venezuelanos indígenas, a passagem dos antigos abrigos para o "super abrigo" não foi tão tranquilo. Lazzeri (2022), ao realizar entrevistas com líderes da etnia Warao, ouviu denúncias de remoção forçada e relatos de ameaças por parte dos militares. Em conversa com uma das interlocutoras da pesquisa³⁵, também ouvi sobre os relatos dos migrantes e ameaças de corte de água e energia para obrigar o deslocamento. Segundo reportagem realizada pelo Poder 360 (2023), ainda existem cerca de 340 venezuelanos indígenas vivendo no antigo abrigo Pintolândia, em uma recusa à transferência ao *Waraotuma a Tuaranoko* e às submissões às regras da Operação Acolhida. Segundo um dos chefes do abrigo improvisado:

Ficamos aqui porque nossos filhos já estavam estudando perto daqui. E nós já estávamos aqui antes. Também disseram que ia melhorar [nossa situação] mas não melhorou. É outra cultura, outra forma de convivência. Não havia respeito aos aidamos³⁶. Nunca nos consultavam. Nunca nos informavam (PODER 360, 2023).

Segundo ela, as constantes tentativas do ACNUR de fazer a transferência de todos os migrantes para o novo abrigo tinham o objetivo de evitar a existência de uma ocupação

³⁵A interlocutora preferiu permanecer em anonimato.

³⁶“Aidamo” é como são chamados os chefes das comunidades indígenas.

indígena, mesmo com um abrigo pensado para abrigá-los - ocupação essa que poderia existir pela resistência daqueles que não aceitaram a proposta.

Em relação à estrutura, a diferença entre os outros abrigos que visitei é perceptível - ainda que continue seguindo todos os padrões humanitários do ACNUR (Figura 12). As *carpas* são diferentes: todas duplas - ou seja, com o dobro de tamanho - com a capacidade total para 10 pessoas, possuem maior número de janelas e exaustores para maior circulação de ar. Outra diferença, no lado interno das carpas, é a presença dos redários (Figura 13), para que a população indígena possa dispor suas redes utilizadas para dormir, ao invés do uso dos colchões, na intenção de respeitar a cultura e os costumes dessa população.

Figura 12 - Carpas duplas do abrigo Waraotuma a Tuaranoko



Fonte: A própria autora

Figura 13 - Parte interna de uma carpa dupla do abrigo *Waraotuma a Tuaranoko*



Fonte: A própria autora

Além das diferenças apresentadas nas *carpas*, o abrigo conta com uma cozinha comunitária para que a população possa preparar as suas próprias refeições, e espaços para a produção de artesanatos. Segundo o ACNUR, as estratégias visam respeitar a cultura e os costumes da comunidade indígena (ACNUR, 2022). Em desconforto com os relatos do Alto Comissariado, a interlocutora disse que todas aquelas novidades - *carpas* diferenciadas, cozinha comunitária, etc - não foram modalidades acordadas com os indígenas, e sim, uma tentativa de “venda” de benefícios para convencer a comunidade.

Ao final de nossa conversa, restava entender se a estratégia de transferir os refugiados indígenas para o novo local foi de fato uma ação voluntária e consultiva. O certo é que este foi apresentado pelos responsáveis do ACNUR como mais adequado e equipado com as demandas da população indígena.

2.1.2 O processo de entrada e saída dos abrigos

O processo de entrada e saída dos abrigos oficiais da Operação Acolhida segue o fluxo formal estabelecido pela Força Tarefa. Após a chegada no Brasil, a passagem pelos trâmites do Posto de Recepção e Identificação e/ou do Posto de Triagem e Interiorização é o primeiro passo. A regularização migratória, imunização, e acesso a documentação é primordial para o encaminhamento ao abrigamento (CERÁVOLO, 2019). Após este momento, o ACNUR direciona para um dos 7 abrigos existentes em Pacaraima e Boa Vista, de acordo com o perfil do venezuelano, e disponibilidade de vagas, e possibilidades de interiorização.

De acordo com Kanaan (2019, p. 20), o “ingresso aos abrigos dá-se de duas formas: transferência do alojamento BV-8 ou passagem pelo Posto de Triagem em Boa Vista.” O número de vagas nos abrigos é um fator limitante para dar vazão à quantidade de venezuelanos que atravessam a fronteira. Assim, o Alojamento de Trânsito BV-8, em Pacaraima, e o Posto de Recepção e Apoio, na rodoviária de Boa Vista, são alternativas da FT Log Hum para a reunião dos venezuelanos, anteriormente a passagem para os abrigos oficiais.

Após conseguir uma vaga em um dos abrigos da OA, o ACNUR confecciona a carteirinha individual com foto, nome e um código de barras que identifica o venezuelano e o abrigo que foi direcionado (CARBONARI; LIBRELOTTO, 2020). A carteirinha é utilizada para o controle de entrada e saída nos abrigos, para atendimento médico, para receber as marmitas durante as refeições, entre outros. É um objeto intransferível, e, em caso de perda ou dano, o migrante deve imediatamente solicitar uma nova carteirinha. Em conversa com os refugiados venezuelanos em São Paulo (São Paulo, 10/02/2022), João (V) comentou: “por ejemplo, el (Lucas) estaba en el Rondon 2, yo estaba en el Rondon 3, yo no podía entrar en el suyo y el no podía entrar en el mio”.

Neste momento, Lucas disse para Pedro: “mostra el tuyo”, se referindo a carteirinha de identificação. Pedro me mostrou a sua identificação: um cartão plastificado, com sua foto, número de documento, *status* migratório no Brasil, e o abrigo que permanecia. O cartão que estava com Pedro não permanece com os venezuelanos depois de suas saídas, e o fato de ele ainda possuir o seu é por uma ocasião bem específica. Ele havia perdido o seu cartão original, e então, precisou pedir outro. Quando o primeiro cartão foi encontrado, dentro do abrigo, ficou com dois, e, na saída, devolveu somente um, para que tivesse algo de recordação do tempo que estava no abrigo. Os seus colegas não tinham os seus cartões.

No momento da entrada nos abrigos, além do cartão de identificação, os venezuelanos recebem um colchão, uma lona, e uma lâmpada, objetos que devem ser devolvidos na saída definitiva do abrigo. Além disso, kits de higiene pessoal e limpeza são distribuídos. No dia a dia do abrigo, bolsas e mochilas são revistadas, e materiais perfurantes e cortantes, apreendidos temporariamente (VASCONCELOS, SANTOS, 2022). De acordo com Vasconcelos (2021), em seu trabalho de campo realizado nos abrigos em Boa Vista, o controle de entrada e saída também é regulado por horários:

O dia-a-dia dos abrigos é regulado. O desjejum é oferecido às 7:00; como já mencionado, a alimentação chega pronta desde a base militar. Aqueles que têm trabalho vão às ruas, os demais devem ficar dentro das instalações. Equipes de trabalhadores/as voluntários/as fazem visitas periódicas: assistência de saúde bucal, aulas de português, atividades para crianças, apresentações artísticas, entre outros. Ao meio-dia, almoço. O jantar é servido pontualmente às 18:00. A entrada é permitida até às 22:00 (salvo situações comprovadas de trabalho em que o prazo pode ser estendido até às 24:00) (VASCONCELOS, 2021, p. 146).

O processo de saída dos abrigos, sem retorno, ocorre por dois motivos: inserção dos venezuelanos na estratégia de interiorização, ou seja, deslocamento para outras cidades do Brasil, ou expulsão dos espaços de abrigamento. Os casos de expulsão ocorrem por motivos considerados graves pela Operação Acolhida, e determinam a saída imediata, como: roubo, furto, agressão e uso de drogas (G1, 2018). Segundo o grupo dos venezuelanos, após a saída dos abrigos por estes motivos citados, o migrante é impossibilitado de adentrar qualquer outro espaço de abrigamento, estando assim, desassistido pela Operação Acolhida: “una vez que te sacan no puedes volver” (Lucas, São Paulo, 10 de fevereiro de 2022).

A possibilidade de expulsão de migrantes que desrespeitam as regras estabelecidas pela Operação Acolhida, resulta em um “ponto sem nó” do discurso de abrigamento dos sujeitos. Em uma situação em que os abrigos são os principais espaços destinados aos migrantes e refugiados venezuelanos, a expulsão resulta, de imediato, em um contingente de pessoas em situação de rua, desamparados pela OA. Segundo Paiva e Gonçalves (2021),

[...] há um híbrido entre a proteção humanitária internacional e a percepção de que os abrigos atendem uma população que se encontrava em situação de rua – são chamados de “usuários” pelos profissionais que atendem nos abrigos e possuem regras que lembram as instituições assistenciais destinadas à população de rua, podendo inclusive serem “advertidos” e “desligados” no caso de descumprimento dessas regras (envolvimento em brigas, furtos, etc) (PAIVA, GONÇALVES, 2021).

Sendo uma iniciativa “voluntária”, os venezuelanos buscam os responsáveis pela estratégia no Pltrig, ou por encaminhamento dos funcionários das instituições parceiras. Desta forma, a interiorização prioriza os refugiados e migrantes que estejam acolhidos nos abrigos federais, em Roraima. Porém, aqueles que estão em situação de rua, ocupações, ou em outros formatos de moradia também podem se beneficiar da prática (KANAAAN, 2019).

A partir da declaração de interesse no processo de interiorização, os venezuelanos precisam aguardar o momento em que serão inseridos em uma das estratégias: reunificação familiar, reunião social, vaga de emprego sinalizado, ou institucional (abrigo-abrigo). De acordo com dados da OIM, 91.952 pessoas já foram interiorizadas no Brasil, sendo que a maior parte (48%) realizou o processo via reunião social, seguida da reunificação familiar (17%)³⁷. Segundo Jorge (TH), o foco da Operação Acolhida é trabalhar cada vez mais com a modalidade de vagas de emprego sinalizadas, já que garante uma autonomia maior para o migrante, amplamente relacionada com a garantia de renda fixa³⁸.

A confirmação da viagem é feita a partir do momento em que uma das modalidades de interiorização é autorizada pelos procedimentos da Operação Acolhida, e assim, o migrante é avisado sobre a sua viagem, e os voos são agendados. Assim como para a entrada nos abrigos, existem alguns pré-requisitos para a entrada no processo, como a necessidade de regularização migratória, documentação e imunização. Além disso, é necessário o preenchimento do termo de voluntariedade, que atesta a vontade do migrante de participar da estratégia, e a avaliação clínica (*Fit-For-Travel Assessment - FFT*), que indica problemas de saúde que podem, eventualmente, causar empecilhos no trajeto.

A interiorização como principal alternativa a longo prazo estabelecida pela Operação Acolhida faz com que o processo voluntário seja questionado. Em um cenário em que a saída dos abrigos com o auxílio do ACNUR, OIM, ou ONGs voluntárias pressupõe a interiorização, esta acaba se tornando a única opção do migrante, e não uma escolha frente a diversas outras possibilidades.

O documento clínico é composto por um *check-up* médico, a fim de dar um parecer sobre a saúde do migrante, e, segundo Jorge (TH), é realizada uma consulta simples, apenas

³⁷ <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>

³⁸ Atualmente, de acordo com dados da OIM, a interiorização via VES representa apenas 10% da estratégia de interiorização.

para entender se o migrante tem capacidade para se locomover até a nova cidade, ou verificar a presença alguma doença contagiosa, como a Covid-19, por exemplo. Não são investigadas doenças crônicas ou aquelas que exigem um tratamento futuro, nem mesmo uma revisão do histórico médico, pois estas não impediriam a viagem.

Outra função da avaliação é a orientação sobre a viagem e o local de destino. Segundo o ACNUR (2021), os migrantes recebem informações sobre a modalidade, cidade de destino (distância da Venezuela, clima, entre outras características relevantes), etapas e condições do processo como um todo (não-garantia de oferta de emprego, logística, entre outras). Caso o tempo de espera entre a primeira consulta e a viagem demore mais de 15 dias, o migrante deve passar por uma nova avaliação médica.

Os meios para a viagem são facilitados por meio de algumas parcerias. Segundo Jorge (TH), existem algumas possibilidades de transporte, como os voos agendados pela FAB (Força Aérea Brasileira) ou pela OIM e ACNUR, aviões fretados - maior forma de deslocamento dos migrantes - e convencionais, e ônibus. Dessa forma, os responsáveis nas agências humanitárias pela “interiorização” devem trabalhar na questão logística para unir as disponibilidades de vagas e datas, com o número de migrantes aguardando para finalizar o processo. De acordo com o mesmo interlocutor, além da logística citada, no caso dos voos fretados, é necessário que haja um número mínimo de pessoas para que a viagem aconteça. Isso porque, segundo ele, é importante lembrar que a Operação Acolhida trabalha com dinheiro do Governo Federal, logo, é necessário levar os gastos em conta, além da ajuda humanitária.

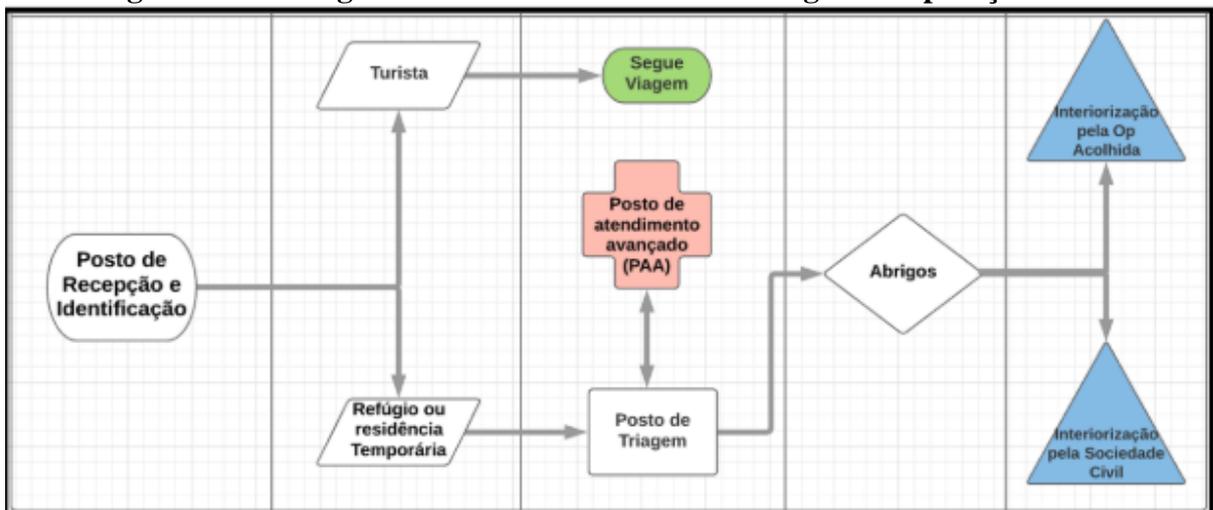
Figura 14 - Pulseira de identificação para interiorização



Fonte: OIM. Bruno Mancinelle. Disponível em: Guia de deslocamento - Estratégia de interiorização, 2021.

Após a confirmação de viagem, no CCI, o migrante com voo agendado recebe uma pulseira de identificação (Figura 14) - no momento da minha visita, a pulseira era da cor laranja - e, pouco antes de sua saída dos abrigos, recebe uma mochila das agências internacionais, para que possa organizar os seus pertences. Segundo Jorge (TH), receber a pulseira e a bolsa é um marco na vida dos migrantes, pois, mais do que meros objetos, significam uma ponta de esperança e uma perspectiva de iniciar uma nova vida.

Figura 15 - Fluxograma de entrada e saída dos abrigos da Operação Acolhida



Fonte: CERÁVOLO, Luis, 2019

3 CAPÍTULO 3: A DIALÉTICA DA PERMANÊNCIA-PROVISORIEDADE NA GESTÃO DOS ABRIGOS

3.1 O debate sobre permanência e provisoriedade

A fim de iniciar as discussões sobre a dialética da permanência e provisoriedade na gestão dos espaços de acolhimento, é necessário retornar brevemente à temática dos campos de refugiados a nível internacional. Sendo uma das soluções contemporâneas empregadas para lidar com o fenômeno do refúgio, os campos de refugiados são classificados, segundo o ACNUR, como “qualquer local construído, planejado e gerenciado para fins específicos ou assentamento espontâneo em que os refugiados sejam acomodados e recebam assistência e serviços de agências governamentais e humanitárias³⁹ (UNHCR, 2017, p. 12)”. Dessa forma, os campos no âmbito internacional, em uma primeira análise, são vistos como locais de transição, em que os refugiados aguardam o momento em que terão seu novo status definido pelo país de chegada.

A historicidade dos campos para refugiados pode ser remontada ao período da Segunda Guerra Mundial. Hannah Arendt, em seu célebre ensaio de 1943, “*Nós, refugiados*”, destacava que os refugiados, enquanto elementos inquietantes no ordenamento do Estado-nação, tenderiam a compor um contingente cada vez mais ampliado no contexto da proliferação de conflitos. Diante da existência desses indivíduos, em fuga de seu Estado ou em situação de apatridia, os primeiros campos foram construídos na Europa como espaços de controle de refugiados, e, como aponta Giorgio Agamben, “a sucessão campos de internamento - campos de concentração - campos de extermínio representa uma solução perfeitamente real (AGAMBEN, 2015, p. 26).”

Hoje, os formatos dos campos para refugiados se multiplicaram e constituem uma das principais respostas aos deslocamentos destes sujeitos. Com múltiplas funções, que variam entre proteção, abrigo, detenção, identificação, expulsão, e com as mais diversas denominações - zonas de trânsito, abrigos temporários, campos humanitários, campos de detenção, centros de permanência - os campos se tornam uma etapa na vida dos refugiados, que pode significar apenas uma passagem, ou, o início de uma vida inteira. Levando este ponto em consideração, na perspectiva de exclusão daqueles que se tornam os indesejáveis, os refugiados são alocados

³⁹Passagem traduzida pela autora.

no formato campo pelo “crime do não pertencimento”, e dessa forma, o campo permanece existindo porque continua sendo o único espaço possível para aqueles que não se inserem nas políticas vinculadas ao estado nação (RAHOLA, 2008).

O problema deste formato como alternativa de gerenciamento do fluxo de refugiados é que os campos, além de proverem um ambiente precário, resultado da premissa da provisoriedade, têm-se tornado, frequentemente, ambientes permanentes. No contexto de implementação dos abrigos da Operação Acolhida, ainda que existam as diferenças já citadas anteriormente, a característica da gestão da provisoriedade é evidente. Segundo Machado e Vasconcelos (2021, p. 9), “a responsável pela Cáritas Arquidiocesana em Roraima avisa que a Operação Acolhida é uma missão de curta duração que não pretende deixar qualquer estrutura permanente para o estado de Roraima”, ou seja, perpetua o discurso de provisoriedade, mesmo que ainda não exista nenhuma alternativa definitiva para lidar com o fluxo migratório.

No contexto da resistência dos venezuelanos indígenas, contra o deslocamento para o super abrigo *Waraotuma a Tuaranoko*, a necessidade de pensar em outras alternativas é evidente. Segundo um dos *aidamos* da etnia warao, a continuidade da dependência dos abrigos da Operação Acolhida reflete em um processo de submissão às organizações e o afastamento de seus costumes:

Não queremos ir para o abrigo [Waraotuma a Tuaranoko], queremos viver uma vida normal, de dignidade, uma casa, um terreno para plantar, essa é a nossa vida, não dirigida por instituições, não queremos, estamos em abrigo, não queremos ser condenados em abrigo [...]. Violaram nosso direito, nossos costumes tradicionais (Luckezie, 2022).

Neste sentido, é importante entender de que maneira a intenção de manutenção dos espaços como provisórios se perpetua nas ações humanitárias. O tópico a seguir é destinado a trazer discussões de autores clássicos sobre a temática da gestão humanitária, enquanto o seguinte aponta uma outra possibilidade de análise, de um ponto de vista logístico. Assim sendo, as discussões servirão de base para o que será apresentado na segunda parte do capítulo, com a ilustração das análises segundo a pesquisa de campo.

3.1.1 A gestão humanitária

Em sua análise da política migratória adotada na França nos últimos anos, e a relação com as solicitações de asilo e situação de refúgio, Fassin (2014) aponta a existência de um “novo critério baseado no humanitarismo”, onde a “compaixão deu lugar a novas relações paradigmáticas entre as figuras do campo e da polis.” A existência de um paradigma entre as políticas de controle adotadas no formato campo e o sentimento de compaixão revela que, enquanto o primeiro se vê, exclusivamente, a mando dos Estados, com o apoio das forças militares, o segundo é repassado para as agências humanitárias.

A entrada das agências humanitárias, bem como de outras camadas da sociedade civil para lidar com o fluxo migratório, em detrimento de posições fixas do Estado, é uma das características que Didier Fassin (2012) aponta como uma governança pela razão humanitária. Neste sentido, a entrada e permanência dos migrantes cria o sentimento de compaixão sobre aqueles que chegam. Como resultado, cria-se uma relação de dominação, em detrimento de uma relação de solidariedade.

Desta forma, a gestão da vida precária cria uma tensão entre a lógica da proteção oferecida pelo Estado e a lógica humanitária, esta que se torna uma justificativa para a manutenção de espaços provisórios. Entender os campos de refugiados, os centros de acolhimento, bem como as suas mais diversas denominações como espaços de gestão humanitária permite o afastamento de decisões propriamente políticas, vinculadas ao direito dos indivíduos migrantes:

Os campos de refugiados estão fora do lugar e da hora do mundo comum e previsível. Eles aplicam um regime excepcional, normalmente reservado para uma margem, uma borda do mundo mantida à parte, apenas mantida viva para que não tenha que ser pensada, para que nenhuma consideração geral precise ser elaborada (AGIER, 2008, p.40).

Na intenção de aproximar novamente a situação dos abrigos para refugiados venezuelanos no Brasil com o formato internacional, podemos destacar o papel da Operação Acolhida na reprodução de um espaço que vem a ser nova regra para lidar com o fluxo migratório. Podendo ser identificado como um legítimo exemplo da razão humanitária, os espaços são identificados com o objetivo de, além da aplicação de seu caráter humanitário, disciplinar os corpos, exercer controle e gerir a população “indesejada”. A tese de Agamben que aponta a forma campo como paradigma da biopolítica moderna discorre sobre este processo

de permanência, da exceção tornando-se regra, e, principalmente, da implementação de uma estratégia vinculada à segregação dos indesejáveis por tempo indeterminado.

Retornando à tese de Fassin (2014) é possível identificar três características do humanitário utilizadas como justificativa do estado de exceção. A primeira delas é referente ao tempo de implementação das ações humanitárias. Vinculadas a estados de guerra declarada ou a situações de crise e perturbação da ordem, requerem ações imediatas de contenção. No contexto da Operação Acolhida, a implementação do formato de abrigo - em detrimento da “interiorização” é um exemplo. Segundo Kanaan (2019, p. 20), a situação de vulnerabilidade das pessoas em situação de rua e o impacto na sociedade local fez com que a OA “dispensasse uma grande energia a fim de dar uma resposta rápida à situação caótica em que se encontravam as cidades de Pacaraima e Boa Vista.”

Como segunda característica, o autor aponta a possibilidade de o Estado passar a responsabilidade para as organizações humanitárias, devido ao risco iminente à vida dos indivíduos causado por situações emergenciais. Por fim, o apelo dos indivíduos em situação de vulnerabilidade e da população local, que confiam nestas agências para lidar com o fluxo migratório, resume a terceira característica.

A relação entre emergência e permanência vinculada à razão humanitária é capaz de acentuar, ainda mais, a exclusão dos grupos vulneráveis. Isso porque a existência no formato campo se torna possível somente com o status de vítima. Dessa forma, para aquele que perdeu (além de sua casa, familiares, trabalho), os seus direitos fundamentais, só resta o agradecimento pela vida “cedida” no país de chegada. A dependência da gestão humanitária como única alternativa possível, e o sentimento de gratidão que é esperado pelas condições mínimas e precárias que os recebem, reforçam, ainda mais, a gestão da vida nua:

O que acontece com essa legitimidade quando a emergência se transforma em um arranjo duradouro e permanente, e o humanitarismo baseado na exclusão da política se transforma em uma situação de poder, um instrumento de manipulação política ou um princípio internacionalmente aceito para governar os indesejáveis do planeta? (AGIER, 2008, p.43-44).

Agamben (2002), em sua análise sobre os campos de concentração durante o período da Segunda Guerra Mundial, apontou como é possível a existência de um território que se vê excluído das ordens jurídicas colocadas como normais. Como consequência, este espaço passa a ser regido por uma lógica de provisoriedade, no que o autor chama de *estado de exceção*.

Nessa lógica, tudo é possível em nome da segurança do Estado e da manutenção da ordem nacional:

Mas há a tendência, nesses espaços, de que os direitos humanos passem a ser vistos como “direitos humanitários”, ou seja, o direito de ser administrado por uma política humanitária. Um direito de ser tutelado e ocasionalmente expulso ou permanentemente mantido nos espaços de exceção dos campos de refugiados (VASCONCELOS; MACHADO, 2021).

Dessa forma, o estado de exceção torna-se um paradigma de governo na política contemporânea (AGAMBEN, 2002). Em um limiar entre o ordenamento jurídico e o direito dos indivíduos, transfere a prerrogativa de um status temporário, excepcional, para uma política de governo. Além disso, passa a ser utilizada, não mais apenas em tempos de guerra (tomemos como exemplo os campos de concentração no período da Segunda Guerra Mundial), mas, no formato de uma regra estabelecida, como uma estratégia de gestão, centrada na lógica do Estado-nação.

Também entendido como um paradigma da biopolítica moderna - a impossibilidade de desprender a vida biológica dos indivíduos de sua vida política - o campo assume um espaço em que o estado de exceção atinge a sua máxima. Na ausência de uma resposta a longo prazo e de políticas públicas de acolhimento, a forma campo, como estabelecida pelo ACNUR, passa da ideia de um dispositivo emergencial, para uma rotinização do estado de exceção.

A lógica da provisoriedade passa a ser reiteradamente aplicada, demonstrando a incapacidade dos Estados e dos demais sujeitos políticos em apresentarem soluções mais efetivas à situação dos refugiados. Assim, se consideramos que o que funda a necessidade de edificação de um campo de refugiado é a categoria “urgência” ou “emergência”, não seria estranho encontrar locais construídos dotados de extrema precariedade e provisoriedade, em condições muitas vezes indignas e insalubres, e de desrespeito aos direitos humanos.

Com efeito, o princípio da emergência serve como legitimação de arbitrariedades e desrespeito aos direitos humanos que afetam os sujeitos refugiados. Para Michel Agier,

Certa perenidade caracteriza os sítios humanitários, apesar do aspecto provisório e do tratamento de urgência de cada situação observada. Aliás, pode-se pensar que esse aspecto provisório e inacabado da gestão da vida na urgência, assim como o tratamento sistemático pelo humanitário dos estragos humanos das políticas guerreiras ou excludentes e a colocação sob controle das populações indesejáveis, tem um caráter experimental para o conjunto da sociedade. As técnicas de tratamento e de controle aplicadas nesses espaços

de exceção podem ser transferidas e servir para administrar todo tipo de “restos” do sistema econômico e social mundial (AGIER, 2006, p. 201).

Nesse sentido, é possível pensar em uma tensão entre a emergência e o humanitário, a partir da inserção do campo como espaço de exceção, e da necessidade de preencher as lacunas deixadas pela situação de permanência identificada como tática de governo. A diferença entre os interesses dos Estados, ligados à questão da ordem, e das agências humanitárias, envolve uma limitação de uma ação permanente e unificada. Dessa forma, é possível identificar que o humanitário, ao contrário de estar afastado do político, se vê como um dos componentes do mesmo, já que sua característica principal está no cuidado com o cerne da biopolítica, ou seja, o ser humano na sua esfera biológica.

Como citado anteriormente, Machado e Vasconcelos (2021) fazem a proposta de reconhecer os espaços de acolhimento para os refugiados venezuelanos como um modelo de campo de refugiados híbrido, devido às aproximações entre o humanitarismo e a securitização. Neste sentido, o comprometimento com o processo de acolhida, em conjunto com a necessidade de manter a ordem, são processos identificados nesses espaços, como um exemplo do que Fassin aponta como “compaixão e repressão”:

Podemos dizer que a experiência de administração de abrigos por militar em Roraima cria um sistema híbrido de campo de refugiados: um meio termo entre a política tradicional brasileira (a terceirização da assistência ao/a refugiado/a) em relação aos/as refugiados/as e as políticas europeias (que geralmente se apoiam em campos de refugiados nas fronteiras europeias), por exemplo (MACHADO; VASCONCELOS, 2021, p.119).

Segundo os mesmos autores, a presença do poderio militar nos espaços humanitários atesta a transformação da gestão dos abrigos da Operação Acolhida. Anteriormente à entrada do ACNUR, de seus “parceiros implementadores” e das Forças Armadas, os espaços de abrigamento para os refugiados venezuelanos eram organizados por instituições da sociedade civil, em uma mobilização com as organizações religiosas (MACHADO; VASCONCELOS, 2021). Após a institucionalização da FT Log Hum, a passagem da gestão dos abrigos para as mãos das agências humanitárias e dos militares foi caracterizada por uma intensa burocratização dos espaços, perpetuando uma relação de tutela com os venezuelanos:

É possível ver no tratamento dispensado aos/as migrantes e solicitantes de refúgio pelo Exército e Organizações Internacionais uma versão do modelo de “tutela” (presente também em campos de refugiados), no qual a autonomia

dos/as abrigados/as é retirada em nome de uma suposta proteção (MACHADO; VASCONCELOS, 2021, p.116).

A retirada dos migrantes venezuelanos indígenas das ocupações organizadas e gerenciadas pelos mesmos, é outro exemplo a ser citado. A ocupação espontânea denominada *Ka' Ubanoko* - que em Warao significa “meu espaço para dormir” - existiu em Boa Vista até o ano de 2020. Segundo uma das interlocutoras do trabalho, a ocupação foi criada em 2019 com a média de 900 pessoas abrigadas, e foi vítima de constantes ameaças de fechamento por parte do Exército Brasileiro e da Operação Acolhida. Segundo ela, o despejo teve a intenção de alocar os migrantes e refugiados indígenas em um dos abrigos pré-existentes - superlotados e sem as especificidades necessárias para a população indígena da Operação Acolhida. Além disso, em um período de agravamento da pandemia da Covid-19 em Roraima, os indígenas temiam, também, o contágio (MONTEL, 2021).

A decisão da OA foi, após a transferência dos povos indígenas para os abrigos pré-existentes, a criação do novo abrigo indígena - *Waraotuma a Tuaranoko* - já abordado neste trabalho. Segundo a interlocutora, anteriormente à construção do super abrigo, não existiam ocupações espontâneas indígenas - representando um sucesso quanto à estratégia de deslocamento dos povos indígenas. Dessa forma, toda a comunidade indígena em Boa Vista estava dentro dos abrigos da Operação - exceto um único grupo que, com o apoio de algumas organizações, conseguiu comprar um terreno para se estabelecerem, e sobrevivem através da reunião de benefícios sociais que recebem.

A análise de Agamben sobre o estado de exceção, explicitada acima, não pode, imediatamente, ser deslocada para a análise dos centros de acolhimento no Brasil, devido ao curto período de existência dos mesmos, que sofreram expansão muito recente, com a presença dos refugiados venezuelanos no país. Porém, é possível pensar que, na ausência de políticas públicas permanentes para lidar com o crescente fluxo de pessoas em situação de vulnerabilidade, sendo estes alocados e marginalizados dentro de espaços de abrigo, é necessária atenção para que a prática não se torne, posteriormente, uma política de governo, como pode ser observado em países em que a existência do formato campo perdura por anos.

Além disso, é necessário colocar em pauta o princípio da gestão humanitária, pois, segundo Agier (2008, p.49), “a aplicação deste princípio estabelece uma contradição entre a vida biológica mínima (proteção, alimentação, saúde) e a existência social e política dos indivíduos: os refugiados estão certamente vivos, mas já não 'existem'.” Com isso, é possível

identificar que a tensão entre a permanência e a provisoriedade dos espaços não significa uma contradição dentro da gestão humanitária, mas sim, apresenta a forma como o humanitarismo funciona de fato.

3.1.2 A lógica humanitária

Outra característica da OA como uma ação humanitária que gostaria de abordar aqui é a sua racionalidade logística. De acordo com Thomas e Kopczak (2005, p. 2 *apud* SILVA, 2011, p.12), a logística humanitária é “o processo de planejamento, implantação e controle do fluxo eficiente e eficaz de bens do ponto de origem ao ponto de consumo a fim de aliviar o sofrimento de pessoas vulneráveis”. A necessidade de infraestrutura, pessoas, gêneros alimentícios, saúde, transporte e alojamento fazem parte de uma ação logística que deve ser adequada às especificidades das situações emergenciais. Os estudos sobre esse tema no Brasil levam em conta, principalmente, os desastres ambientais, o que demonstra, mais uma vez, um novo desafio a ser enfrentado com a chegada dos migrantes venezuelanos, oriundos de uma crise sem precedentes:

A atuação dos países latino-americanos em crises humanitárias se dá predominantemente em cenários de desastres socioambientais. A distância geográfica das áreas afetadas por conflitos e o reduzido peso estratégico da região na geopolítica da guerra contra o terrorismo são as principais explicações para esta tendência (HIRST, 2017, p. 153).

Na intenção de trazer a discussão logística para outras áreas do conhecimento, Sandro Mezzadra afirma que a logística é considerada como algo técnico e neutro, reservada para a área de gestão e engenharia, e normalmente não é pensada para outros âmbitos, como o humanitário, por exemplo. Dessa forma, aponta que a logística oscila entre uma racionalidade militar e uma racionalidade civil, econômica e de negócios, não é neutra, e sim, um lugar de discórdia, conflitos e choques (TBA, 2021).

Importante observar, também, que a manutenção do acolhimento como algo duradouro tem estreita relação com a movimentação de verba em torno do humanitarismo. Enquanto existir a permanência da lógica da emergência, é permissível o uso de dinheiro para diversos atores e a criação de infraestruturas. Em uma diferença essencial entre a logística humanitária e a logística comercial, enquanto esta busca a diminuição de gastos por meio da criação de

novas estratégias, a primeira pode se orientar pela volúpia de recursos a serem aportados em ritmo e volume cada vez maiores:

Em primeiro lugar, um olhar logístico sobre o acolhimento permite apreender os processos de mercantilização do acolhimento que estão a transformar gradualmente a gestão dos requerentes de asilo num negócio rentável para vários atores. Estes incluem não apenas aqueles que recebem quantias substanciais de financiamento público para administrar instalações de acolhimento, mas todas as atividades econômicas relacionadas através das quais a reprodução, controle, movimento e conhecimento dos requerentes de asilo são assegurados (VIANELLI, 2022, p. 46.).

Nesse sentido, a logística humanitária propõe o uso efetivo dos conceitos logísticos adaptados às especificidades da cadeia de assistência humanitária: “uma resposta eficaz e eficiente depende da capacidade logística para adquirir, transportar e receber o material no local de um esforço de ajuda humanitária (HIRST, 2017).” Os princípios básicos da assistência humanitária: independência, imparcialidade e neutralidade são, na verdade, permeados por uma série de atores com seus interesses individuais, que refletem o novo contexto político e econômico global.

A lógica por detrás da racionalidade humanitária passa a ser um ponto de atenção a partir do momento em que certos padrões são estabelecidos, determinados atores são destinados para suas áreas específicas de atuação, um grande montante de verba é envolvido, e o foco deixa de ser, de fato, os beneficiários⁴⁰. A estruturação da Operação Acolhida pode ser vista como uma criação de uma operação logística, na medida que nasce com o foco no abrigo dos migrantes venezuelanos, e, a partir disso, passa a tomar decisões que visam ações a longo prazo, como o processo de “interiorização”.

A entrada do Exército Brasileiro na Operação é um dos fatores determinantes para o deslocamento de uma ação humanitária para uma ação logística, já que passa a determinar regramentos, hierarquia, trazendo grande parte do caráter administrativo de uma operação como essa. O Exército, cujo contingente também é observado no ordenamento da fronteira, nas ações

⁴⁰Os venezuelanos dentro dos abrigos da Operação Acolhida são chamados pelos trabalhadores humanitários e pelos militares do Exército de “beneficiários”. Segundo os interlocutores, o termo é utilizado para identificar os venezuelanos que fazem parte da série de “benefícios” que a Operação Acolhida oferece, desde sua chegada pela fronteira, até o processo de interiorização. Além de promover o discurso da ajuda humanitária, em uma perspectiva de caridade, reflete o discurso da provisoriedade. Dessa forma, os venezuelanos são aqueles que se beneficiam das atividades ofertadas pela Operação Acolhida, o que reflete, também, na criação - ou na esperança - de um sentimento de gratidão por parte dos migrantes. O reforço dessa fala é problemática no sentido de que retira as especificidades dos venezuelanos e os coloca em uma situação de subordinação.

da triagem, e no processo de interiorização, dentro dos abrigos, possui duas funções principais: segurança e infraestrutura.

A transformação do acolhimento dos refugiados em uma operação logística também se traduz na predeterminação da movimentação dos corpos e de suas escolhas a partir do momento da chegada ao país. Dois exemplos do trabalho de campo são importantes para exemplificar essa situação. O primeiro é o modelo de “linha de produção” instalado no PITrig, citado no início do trabalho, em que os migrantes têm suas ações direcionadas a mando das instituições humanitárias, com ações interdependentes. O segundo é a “escolha” do status na chegada, também supracitado, em que o migrante deve decidir se permanecerá legalmente no país como refugiado ou residente temporário.

O processo de “interiorização” também pode ser citado neste contexto, visto que a dependência da inserção em uma das modalidades oferecidas pela Operação Acolhida influencia diretamente no futuro dos indivíduos: “os sistemas de acolhimento procuram canalizar os requerentes de asilo ao longo de rotas pré-determinadas, impedindo-os de determinar ativamente o seu próprio movimento e selecionar o seu destino (VIANELLI, 2022, p. 46).”

Loescher (2001 *apud* Rocha; Moreira, 2010, p. 23) aponta que, apesar do ACNUR se considerar uma organização apolítica, ela está estreitamente conectada às demandas dos estados, principalmente quanto à sua gestão econômica, já que depende das doações dos grandes países para financiar todas as suas ações de ajuda humanitária⁴¹. Para o autor, essa situação de vulnerabilidade impede a organização de manter o seu principal foco: a proteção aos refugiados. Dessa forma, passa a mover suas ações de forma assistencialista, agindo apenas em meio a situações caóticas, e não propriamente na defesa efetiva dos refugiados, quanto a criação de políticas para este grupo, tentativa de acordo entre os países para a liberação de entrada, porte de documentos, etc. Segundo Vasconcelos (2021, p. 57),

Assim como as políticas humanitárias que escondem intenções de securitização, os “campos de refugiados” são controlados a partir de discursos humanitários que servem, ao fim e ao cabo, como afirmam vários autores, para produzir exclusão e contenção da diferença.

⁴¹No Brasil, com a atuação de duas grandes organizações multilaterais - OIM e ACNUR - a disputa por área de atuação e disponibilidade de verba é constante nas ações da Operação Acolhida, ponto destacado por uma das interlocutoras do trabalho. Em entrevista concedida pelo General Barros - ex-coordenador da Operação Acolhida - a OA tem um custo aproximado de R\$14 milhões por mês, o que equivale a quase R\$500 mil por dia (LIMA, 2021). Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADEDES/Capital/Operacao-Acolhida-tem-custo-de-quase-R-500-mil-por-dia/78044>

Podemos entender que o papel da ONU e mais propriamente do ACNUR se torna paliativo, emergencial. Tal circunstância resulta no abandono de um determinado grupo de pessoas, tornando-as indesejáveis. Sem subsídio de seu país de origem, e, muito menos, do país que solicita refúgio, ficam à mercê dos órgãos humanitários, que, por sua vez, refletem os interesses políticos e econômicos dos estados. Com a atuação das agências humanitárias em conjunto com os interesses políticos dos países, é possível identificar que humanitário e político não podem ser vistos como pontos opostos, e sim, como uma fusão que caracteriza, também, o paradigma da biopolítica moderna (FASSIN, 2014).

3.2 Os abrigos como espaços de provisoriedade

Os próximos tópicos do capítulo serão destinados a explorar as entrevistas realizadas com os trabalhadores humanitários e os migrantes venezuelanos. Isso para ilustrar a visão sobre permanência e provisoriedade nos processos de gestão da Operação Acolhida e o impacto nos migrantes e na manutenção da lógica humanitária. A descrição apresentada será o início da discussão que será abordada no quarto (e último) capítulo.

A presença dos trabalhadores humanitários como principais responsáveis pela gestão dos abrigos da Operação Acolhida é essencial para a perpetuação do discurso da provisoriedade. Em uma escolha do ACNUR de terceirização do serviço humanitário, a atuação das ONGs parceiras dentro dos abrigos segue determinados padrões.

Desde os abrigos da Operação Acolhida, até os espaços definidos no processo de deslocamento para outras cidades do Brasil, o discurso sobre a provisoriedade é a regra. Em uma intenção de diminuir o tempo de permanência para os sujeitos em situação de vulnerabilidade, as informações sobre as possibilidades dentro dos espaços de abrigo são manipuladas pelas agências humanitárias. Segundo funcionárias e ex-funcionárias das agências humanitárias, a todo momento deve prevalecer o discurso de que os abrigos fazem parte de uma alternativa emergencial. Esse fato reflete uma estratégia para incentivar os migrantes a sair dos abrigos, e não encontrar nestes locais um lugar de permanência.

Amit e Salazar (2020) apresentam o chamado “mito da escolha”, tomando como ponto de partida o que é classificado como mobilidade voluntária e forçada. Deste modo, apontam a necessidade de questionar a voluntariedade dos deslocamentos humanos. Levando em conta o contexto da interiorização, como alternativa a “longo prazo” da OA, é possível observar que a relação entre poder e agência na mobilidade, não se restringe à simples decisão de sair ou ficar.

Como ação ao mesmo tempo voluntária, uma das únicas opções de saída dos abrigos, e altamente incentivada pelos trabalhadores humanitários: “o voluntarismo restrito muitas vezes não lida com um ou/ou de se mover ou não se mover, mas do grau em que as pessoas podem exercer escolhas sobre a natureza e o ritmo das mobilidades nas quais estão envolvidas (AMIT, SALAZAR, 2020, p. 8).”

Os abrigos também fazem parte dessa estratégia, no sentido de manutenção dos migrantes para a interiorização. Em vista disso, não correspondem a uma política pública de moradia, na intenção de alocar os venezuelanos naqueles espaços por um longo período de tempo, mas sim, manter o espaço temporário - ainda que por tempo indeterminado. De acordo com as falas das funcionárias, é possível identificar que existe uma ilusão repassada para os venezuelanos no formato das *charlas*⁴², de que a Operação Acolhida vai chegar ao fim. Ainda que esse pensamento não faça parte do que elas mesmas acreditam, e até mesmo das discussões mais recentes dos responsáveis pela OA (SENADO, 2022), o efeito da provisoriedade é uma característica da ação humanitária, que ao mesmo tempo que cria a expectativa no sujeito migrante, mantém as instalações da forma que estão.

Ainda que o posicionamento da Operação Acolhida, no início de sua atividade, tenha sido focar no processo de abrigamento, a fim de retirar os migrantes venezuelanos das ruas de Boa Vista e Pacaraima, a continuidade do fluxo migratório resultou na necessidade de pensar em novas estratégias com o objetivo de, em um segundo momento, desafogar o norte do país. Mas, pelo mesmo motivo, há a impossibilidade de encerrar o trabalho de acolhimento. Segundo Silva e Albuquerque (2021), ainda que os abrigos não devam assumir um caráter definitivo, devem persistir “enquanto a situação apontada anteriormente permanecer.” Essa afirmação pode ser justificada por alguns fatores já expostos no trabalho, como o fechamento das fronteiras e a pandemia da Covid-19, além de questões que aumentam o tempo de permanência dentro dos espaços, como questões de saúde do migrante, por exemplo.

Além da alternativa de interiorização, os abrigos também devem ser pensados pela mesma perspectiva. Segundo Silva e Albuquerque (2021, p.66), é necessário “fazer com que parte das estruturas criadas para o funcionamento da Operação torne-se permanente na localidade, diferentemente de como são hoje, temporárias e provisórias.”, visto que inúmeros fatores demonstram a impossibilidade de encerrar as instalações de abrigamento. Como citado

⁴²Palestras, em espanhol.

anteriormente, o encerramento da OA não é uma possibilidade, e, ainda que o foco atual seja a interiorização, as outras etapas permanecem com alta relevância.

Um dos exemplos supracitados, são os grupos que não serão interiorizados, pelas dificuldades individuais dos migrantes, ou pela limitação dos formatos de interiorização, demonstrando uma clara contradição com o discurso da provisoriedade. Dessa forma, manter os abrigos da OA como espaços provisórios é ir em desencontro com todos os fatores que demonstram a continuidade da Força Tarefa no país. A visão dos trabalhadores humanitários e dos migrantes venezuelanos, além dos dados reunidos pelas instituições humanitárias, ilustram este argumento.

3.2.1 A visão dos trabalhadores humanitários

Segundo Maria (TH), no contexto dos abrigos, existe uma linha muito tênue entre o que é considerado um caráter assistencial e as ações da Operação Acolhida. Isso porque, segundo ela, a OA tem o objetivo de retirar os venezuelanos daqueles espaços, direcionando-os às iniciativas a longo prazo, como a interiorização. Também de acordo com a interlocutora, os funcionários precisam tomar cuidado para não tornar o espaço do abrigo tão cômodo a ponto de os refugiados não buscarem alternativas a longo prazo. Mesmo com esse discurso, dados de 2021 demonstraram que o tempo médio de permanência dos venezuelanos nos abrigos da Operação Acolhida era de 5,8 meses (ACNUR, 2021)⁴³.

Ainda que os dados da pesquisa levem em conta arranjos familiares diferentes, e que estes não estejam associados à disposição para a “interiorização”, eles estão conectados com a possibilidade de realizá-la. Neste caso, diferenças de gênero, faixa etária, saúde - além da própria vontade dos migrantes - são critérios decisivos. Além das características dos venezuelanos, é importante frisar que as possibilidades de interiorização são limitadas, de acordo com as opções disponibilizadas pela OA: reunificação familiar, reunião social, vaga de emprego sinalizado e institucional (abrigo-abrigo).

De acordo com o mesmo documento, donas de casa, estudantes, idosos e pessoas com problemas de saúde compõem o grupo com menos propensão para a interiorização. Isso porque, além da diminuição da mobilidade, que pode ocorrer com pessoas idosas ou com problemas de

⁴³Os dados em questão estão presentes no documento do ACNUR, do ano de 2021: “Autonomia e integração local de refugiados(as) e migrantes venezuelanos(as) acolhidos(as) nos abrigos em Boa Vista (RR)”.

saúde, mães que cuidam sozinhas de seus filhos ou que são responsáveis por cuidar de pessoas com algum tipo de doença, não são elegíveis para a interiorização, aumentando a permanência dentro dos abrigos.

A visão sobre a impossibilidade de manutenção da OA como espaço provisório também apareceu durante a conversa com a responsável pelo abrigo Pricumã - destinado a pessoas com deficiência e suas famílias. Naquele momento ouvi que algumas pessoas que estavam abrigadas naquele espaço possivelmente nunca sairiam dali. Casos de doenças terminais ou idade muito avançada fazem com que os destinos dos migrantes estejam traçados até o último momento de suas vidas. A interlocutora comentou que é algo triste a se dizer, pois essas pessoas foram obrigadas a estarem naquele local, e não terão a oportunidade de visualizar uma vida fora daquele espaço.

Além disso, ainda sobre as especificidades do abrigo Pricumã, a mesma interlocutora contou que a tentativa de retirar o estigma de que o local é somente um abrigo para pessoas com deficiência tem sido importante para o processo de interiorização. Isso acontece porque as modalidades disponíveis como alternativas a longo prazo podem causar um descrédito quando percebem que os grupos voluntários para serem interiorizados são do abrigo em questão. Assim, uma parcela significativa da população venezuelana abrigada nos espaços da Operação Acolhida não poderá ser interiorizada.

Em conversa com Jorge (TH), também ouvi que pessoas com deficiência enfrentavam dificuldades de interiorização. Segundo dados da UNFPA, em 2022, 61 pessoas com deficiência eram abrigadas no abrigo Pricumã, somando quase 11% do total de abrigados no local (UNFPA, 2022). Na modalidade Vaga de Emprego Sinalizado, a solução encontrada pelo Comitê de Interiorização foi buscar a inserção deste grupo nas empresas. Além da busca ativa, Jorge apontou que recebe algumas demandas de empresas que conhecem o trabalho da Operação Acolhida. Por consequência, desejam preencher as vagas de cotas obrigatórias, e buscam no banco de dados da OIM um modo fácil de conseguir esse preenchimento. Vagas para PCDs⁴⁴ são procuradas pelas empresas e preenchidas pelos migrantes, visto que de acordo com Jorge, elas não conseguem preencher essas vagas obrigatórias de outras maneiras.

Um fator importante presente nas estratégias de interiorização é o discurso de “autonomia” que elas revelam. Segundo o documento analisado “Autonomia e integração local

⁴⁴Lei de cotas para pessoas com deficiência. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-07/lei-de-cotas-para-pessoas-com-deficiencia-completa-30-anos>

de refugiados(as) e migrantes venezuelanos(as) acolhidos(as) nos abrigos em Boa Vista (RR)”, a inserção dos migrantes no Brasil está totalmente ligada a independência e autossuficiência financeira. No entanto, em um contexto de permanência dos abrigos e limitações nas possibilidades de interiorização, observa-se que o uso do termo autonomia enquanto sinônimo de independência é algo utilizado frequentemente e que possui como objetivo fundamental a promoção das iniciativas de saída dos abrigos, em detrimento de alternativas pós processo de interiorização.

Segundo uma das interlocutoras, os grupos indígenas enfrentam dificuldades ainda maiores no processo, levando em conta que, no início da Operação Acolhida, não estavam incluídos no programa de interiorização (PAIVA, GONÇALVES, 2021). Em primeiro lugar citou a dificuldade de aproximação com outras comunidades indígenas do Brasil, muito presentes também em outros estados. Depois, citou a mesma dificuldade com a população não indígena nas cidades - sendo que a maioria dos migrantes indígenas são do meio urbano. Por último, o fato da população indígena estar reunida em grupos grandes, faz com que as modalidades de interiorização não se adequem as suas especificidades⁴⁵.

Ainda que existam dificuldades por grupos específicos, como demonstrado acima, pessoas que possuem determinada qualificação profissional e que não estão enquadradas nestes grupos também enfrentam problemas. Como exemplo, é possível citar a os impasses no processo de validação dos diplomas dos venezuelanos, processo que pode levar anos, em alguns casos (ONU, 2021). Dessa forma, em Boa Vista, ou em outras cidades do país, acabam inseridos em subempregos, ainda que no mercado formal (BARBOSA et al., 2020).

Em uma conversa com Jéssica (TH), perguntei como ela enxergava a questão da provisoriidade e da emergência em relação aos abrigos. Ela disse que, no momento, não acreditava que os abrigos fossem emergenciais, ainda que o tratamento e os discursos passados para os refugiados perpetuem esse pensamento. De acordo com ela, os discursos dentro dos abrigos partem da ideia de que aquelas instalações são temporárias e que a manutenção das mesmas por um longo período é incerta. Por isso, os migrantes não deveriam tratá-las como se

⁴⁵O ACNUR lançou, em 2022, o projeto *Narunoko*, com o objetivo de pensar e implementar estratégias específicas de interiorização para a comunidade indígena. Focado em fornecer suporte por até 8 meses a famílias indígenas em sua transição para fora dos abrigos, tinha a previsão de atender, inicialmente, 30 famílias, com a disposição de treinamentos, auxílio em dinheiro, distribuição de itens não alimentares de primeiras necessidades e acompanhamento de proteção, com visitas mensais às famílias participantes (ACNUR, 2022). As notícias mais recentes dos veículos de mídia e documentos oficiais do ACNUR sobre o projeto datam dos meses próximos a sua criação. Assim, não é possível descrever, com este formato de análise, o alcance e eficiência do projeto atualmente.

fossem seus lares. No entanto, mesmo sendo esse o discurso, Jéssica disse que acreditava ser, no final das contas, uma estratégia permanente, e não mais excepcional.

Ainda durante o diálogo, Jéssica comentou que, na intenção de informar os migrantes sobre a impossibilidade de permanência a longo prazo, existem conversas com o objetivo de descobrir as motivações de uma permanência por um período longo. Até o momento da pesquisa, alguns venezuelanos estavam nos abrigos desde o início da Operação, em 2018, o que demonstra, mais uma vez, a impossibilidade de tratar a Força Tarefa como algo provisório. Em entrevista com os venezuelanos em São Paulo, conheci Mário (V) (11/02/2022) e Lúcia (V) (12/02/2022), que permaneceram nos abrigos da Operação Acolhida durante 1 ano e 6 meses e 1 ano e 11 meses, respectivamente. Além disso, Pedro, Lucas e João (11/02/2022) disseram que em nenhum momento havia sido dito sobre um limite de tempo nos locais de abrigamento, ainda em Boa Vista.

Em conversas distintas com outras duas interlocutoras das agências humanitárias, uma informação que eu não havia encontrado em nenhum documento ou notícia, foi apresentada. Segundo elas, a estratégia a longo prazo da Operação Acolhida seria transformar os abrigos de venezuelanos não indígenas em um “super abrigo” - em uma ação semelhante à que havia sido feita com o *Waraotuma a Tuaranoko*. De acordo com a segunda interlocutora, os abrigos Rondon 5 e Pricumã não farão parte da nova estratégia, por conta das suas características específicas - o foco na interiorização e a presença das pessoas com deficiência.

De acordo com Miranda (2023, p. 7), “a espera abre oportunidades para desencadear desvios de rota inesperados ou assentamentos temporários.” No sentido de permanência de diversos grupos de venezuelanos nos abrigos da OA, a lógica da provisoriedade se torna cada vez mais incoerente. A obrigatoriedade de permanecer nos locais de abrigamento, sem ter para onde ir, vai em desencontro aos constantes discursos aliados à necessidade de não entender os espaços como lar. Dessa forma, para além da interiorização, outras alternativas precisam ser levadas em conta para aqueles cuja solução duradoura continua sendo a permanência nos abrigos.

3.2.2 A visão dos migrantes venezuelanos

Diferentemente das abordagens realizadas com diversos trabalhadores humanitários, funcionários de instituições distintas, os diálogos com os migrantes venezuelanos são limitados.

Dessa forma, a visão dos venezuelanos interiorizados que será apresentada a seguir não busca refletir a totalidade dos migrantes no Brasil. Mas sim, ilustrar de que forma a percepção dos migrantes entrevistados se insere na temática da permanência e provisoriade dos abrigos da Operação Acolhida.

Será apresentado um resumo das anotações nos diários de campo que teve como base as entrevistas realizadas na Casa do Migrante, em São Paulo, entre os dias 11 e 12 de fevereiro de 2022, sendo o local uma das primeiras casas a acolher os refugiados venezuelanos do processo de interiorização da Operação Acolhida. Alguns pontos das conversas já foram abordados em outros tópicos deste trabalho. Dessa forma, serão apresentados os diálogos sobre o tempo nos abrigos da Operação Acolhida e as perspectivas de futuro.

Um dos interlocutores, Pedro (V), um homem de 45 anos, casado, com 3 filhos - esposa e filhos ainda em Boa Vista - era o que possuía maior domínio do português. Apesar da não fluência, conseguia identificar as palavras na língua portuguesa que eram muito diferentes do espanhol, e, além de interlocutor, passou a exercer o papel de tradutor, tanto das minhas falas, quanto das falas de seus colegas. Pedro repetia as minhas perguntas em espanhol para ter certeza de que todos estavam entendendo, e como isso aconteceu de forma natural nas primeiras interações, aqui se fez outro acordo não verbalizado: posteriormente as minhas perguntas, ele repetiria para o pleno entendimento dos outros.

Quando Pedro iniciou a sua fala, disse: “¿Puedo llorar? Con el mío puedes llorar”. Nesse momento entramos em um acordo, em tom de brincadeira, que primeiro ele iria contar a sua história, e no final da entrevista, depois do fim da gravação, nós íamos chorar todos juntos. E assim ele começou a contar:

“Tirei mi documento en Pacaraima, ya tenía permiso de entrada. Hice mi documento, *beleza*. Entonces, llegué a Boa Vista, buscando algo, ya pensando en irme aquí. Éramos mi hijo y yo, y estuvimos en la calle durante 6 meses. Llegamos el 12 de noviembre de 2020. En esos 6 meses estuvimos buscando refugio.” (Pedro)

A fala de Pedro (V) demonstrava alguns pontos da trajetória de acordo com as demandas da Operação Acolhida. Primeiro, assim como os outros, precisou passar pelos trâmites burocráticos, ainda em Pacaraima, para a definição de seu status migratório. Como citado anteriormente, com o relato de Lucas (V), também não sabia dessa necessidade, mas seguiu a obrigatoriedade. Já como refugiado, disse que o seu objetivo nunca foi permanecer dentro dos

abrigos, e quando disse “*pensando en irme aquí*” estava se referindo às outras cidades do país, citando posteriormente o exemplo de São Paulo e Florianópolis⁴⁶. Sem condições financeiras, a permanência dentro dos abrigos oficiais da OA se tornou a única opção. Isso, dificultado pela falta de vagas nos mesmos:

“Me dijeron que para un hombre solo no había abrigo. Me preguntaron si estaba solo y les dije que sí, que mi familia no *andava* conmigo. Y luego dijeron que no había *vaga*. Y entonces me robaron, mi celular, mis cosas. Sin trabajo, sin cosas, *é ruim*. En un momento me encontré con una amiga y me preguntó si tenía un documento, le dije que sí. Ella me dijo *que abrigo* es para gente con documentos, y dentro de los abrigos, hay gente sin documentos, *pilantras*, hombres solos, que están ahí. Me dijeron que tenía que decir esto, porque había *vaga* para hombre solo.” (Pedro)

A partir dessa informação de sua amiga - venezuelana que havia conhecido próximo ao complexo dos abrigos - iniciou a sua busca ativa por uma vaga. Ainda que não tenha dito qual era o abrigo, Pedro (V) fez o que sua amiga havia sugerido. Em uma espécie de denúncia para os responsáveis pelo local, explicitou sobre o fato de saber que naquele espaço havia sim vaga para homens solteiros, e que muitos lá dentro eram os chamados “pilantras”, sem documentação.

É importante a informação de que, neste momento, os abrigos da OA eram divididos de acordo com o perfil dos migrantes, discussão já abordada neste trabalho. Além disso, Pedro (V) disse para os gestores que estava buscando vagas por um longo período de tempo - 4 meses, em média -, e já estava cansado de ouvir que deveria voltar no dia seguinte. Mesmo com a sua inserção nos trâmites da Operação Acolhida, o espaço das ruas foi o seu abrigo durante um período:

“Le dije: ‘estoy solo, pero tengo una familia, tengo hijos y tengo que trabajar para ayudarlos. están con su madre, pero tengo que trabajar para ellos. Vivo en la *rua*, me robaron, ¿qué estás esperando? que me maten en la *rua*? para poder ayudarme? Quiero que me digas la verdad, si me vas a ayudar o no, y

⁴⁶Em minha primeira conversa com o responsável pela Missão Paz, ouvi sobre a vontade de deslocamento para o Sul do país por parte dos migrantes e refugiados. Essa afirmação se confirmou a partir de cada conversa ao longo do trabalho de campo. Ele disse que Santa Catarina é um grande desejo dos migrantes, pois empresas do ramo frigorífico - a JBS como maior exemplo - fazem propaganda de seus trabalhos para atrair os migrantes. Em conversa com alguns trabalhadores dos abrigos percebi que, além das ofertas de emprego, outros pontos chamam a atenção, como a beleza das cidades, as praias e o estilo de vida. Essas informações até os migrantes chegam antes mesmo da notícia sobre as possibilidades de trabalho, através de conversas com colegas que estão atualmente no sul do país.

no voy a volver aquí, y luego me dijo que volviera al día siguiente. Así pasei por Rondon 3 en el día 24 de junio de 2021.” (Pedro)

João (V) acrescentou que essas pessoas seriam “mal elementos”. Assim, disse que as pessoas que estavam bêbadas, por exemplo, ficavam na rua, já que eram proibidas de entrar no abrigo naquela situação. Também acrescentou que era possível permanecer fora dos abrigos por até três dias seguidos, e, caso ultrapassassem esse período, perdiam a vaga. Esses “mal elementos”, identificados por aqueles venezuelanos que não respeitavam as regras pré-estabelecidas pela Operação Acolhida, serão melhor abordados no último capítulo.

Com a abertura para falar diretamente sobre a permanência nos abrigos, perguntei sobre o dia a dia nos locais de abrigo, na intenção de entender um pouco sobre suas estruturas, instituições atuantes, e suas percepções. Todos eles concordaram, de imediato, que tinham um bom tratamento pelos trabalhadores humanitários e militares, e que isso era consequência direta de seus comportamentos. Disseram que colaboravam com a limpeza, e que tinham os abrigos apenas como um espaço de pernoite, pois saíam todos os dias em busca de emprego:

[...] hay reglas. pero, para una persona que se porta bien, no hay problema, es normal. por ejemplo, si yo fuera un tipo que le gusta la cachaça, y me pusieran una regla, no me serviría. Como no me gusta la cachaza ni nada, *é beleza*. (Pedro)

A saída do abrigo para buscar emprego tinha duas motivações: a primeira delas, a possibilidade de se tornar independente financeiramente, e, conseqüentemente, sair dos abrigos da Operação. A segunda se relaciona com a falta de conforto dentro das *carpas*, comentário comum também entre os trabalhadores humanitários. Também disseram que as condições na Casa do Migrante são bem melhores do que os abrigos em Boa Vista: “Hace menos calor aquí, hace mucho calor allá, en Boa Vista. Calor, calor, sol, sol.” (João). Neste momento, Lucas (V) fazia expressões de quem sente muito calor, enquanto mostrava o seu braço e dizia que o sentimento era de que a pele estava queimando.

3.2.2.1 O tempo e a ansiedade

Como citado anteriormente, o tempo médio de permanência nos abrigos da Operação Acolhida, no ano de 2021, era de 5,8 meses, resultando em uma diferença entre o objetivo dos

migrantes venezuelanos e a realidade encontrada. A expectativa de permanência nos abrigos apenas para passagem, e o desconhecimento dos trâmites da OA modificam as experiências migratórias. Muito mais do que a representação dos dias e horas dentro dos espaços de abrigo, o tempo dita o ritmo do fluxo migratório, e, conseqüentemente, reflete a dicotomia entre a permanência e a provisoriedade naqueles espaços.

Dessa forma, a gestão do tempo aparece como uma estratégia de gestão das agências humanitárias e tem algumas conseqüências, tanto para os migrantes, quanto para os trabalhadores. A primeira delas é o surgimento do sentimento de ansiedade por parte dos venezuelanos. Como observado nas entrevistas com os migrantes, o desconhecimento sobre a continuidade da OA, do tempo máximo para a permanência dos abrigos, e até mesmo a insegurança sobre o acolhimento do país, aparecem como fatores determinantes para suas perspectivas de futuro.

Durante a conversa com Pedro (V), ele perguntou se poderia me mostrar um áudio em seu celular. O áudio era do seu filho do meio, de 14 anos, e ele pergunta se o pai já está trabalhando. Sua família estava em Boa Vista, esperando uma oportunidade para interiorização. Este episódio demonstra que o fator da ansiedade também reflete nas famílias dos migrantes, visto que a dependência de uma fonte de dinheiro é decisiva para a construção de uma nova vida no Brasil. Na fala de seu filho, o questionamento sobre o trabalho do pai vinha por conta da necessidade de adquirir materiais escolares.

De acordo com os relatos citados anteriormente, a preocupação com o prazo de estadia nos espaços de interiorização, como a Casa do Migrante, por exemplo, era um reflexo do tempo prolongado nos abrigos. Além disso, como citado pelo mesmo interlocutor, o fato de presenciar outros venezuelanos seguindo suas vidas fora dos espaços de abrigo, conseguindo vagas de emprego e trazendo suas famílias da Venezuela gerava impaciência, e a incerteza de conseguir o mesmo.

Dessa forma, o primeiro ponto importante para a discussão do tempo neste contexto é desfazer a dualidade marcada entre mobilidade e imobilidade. A decisão do tempo de permanência nos abrigos da Operação Acolhida obedece a uma série de fatores. Enquanto alguns grupos de migrantes não têm a possibilidade de deslocamento - por dificuldade de mobilidade ou por questões de saúde - não enxergam perspectiva fora de um espaço que não seja os abrigos, outros só pensam em sair.

A espera, como categoria analítica, tem servido para os estudos migratórios como possibilidade de explicar a interação entre tempo, espaço e as políticas migratórias de asilo e refúgio (HERNÁNDEZ, MIRANDA, 2020). Ainda que a dualidade mobilidade/imobilidade não explique as motivações para o deslocamento, a espera e os territórios da espera são categorias utilizadas para examinar os espaços gerados em processos de (i) mobilidade. Assim, estes territórios "referem-se especificamente aos espaços onde as populações deslocadas ou em trânsito são mantidas à espera, quer esses espaços tenham sido designados para as conter, quer a sua espera não tenha sido planejada (MIRANDA, HERNÁNDEZ, 2022, p. 4)."

Deste modo, a espera - ou a imobilidade - não está dissociada da esperança (BRUN, 2015 *apud* MIRANDA, 2023). Isso reflete diretamente no sentimento de ansiedade por parte dos migrantes nos espaços de espera, na medida que o tédio e a incerteza se encontram em conflito com as perspectivas de futuro.

Em um momento em que os refugiados em São Paulo ainda não tinham uma perspectiva de emprego, perguntei sobre a continuidade da permanência na Casa do Migrante. Naquele momento percebi que a lógica da provisoriedade permanece sendo utilizada nos espaços de abrigo fora da Operação Acolhida. Eu queria saber como eles estavam se sentindo, em uma intenção de traçar um paralelo com a permanência em Boa Vista. Pedro (V) comentou: "Ya estoy un poco impaciente, esperando. Ya estoy esperando mucho tiempo y no estoy trabajando. A nosotros nos dijeron que tenemos 3 meses para quedarnos aquí."

Neste momento senti que cometi uma gafe. Eu não sabia ao certo quais informações eram repassadas para os migrantes, ainda que já tivesse entendido que algumas falas eram estratégicas a fim de incentivar a saída dos mesmos dos espaços de abrigo. Eu tinha conhecimento de que eles poderiam ficar até 3 meses na Casa do Migrante, como eles haviam dito, mas também sabia que, após este período, era possível ser transferido para outro local, com o mesmo objetivo. Assim, questionei: "Passando este momento, vocês podem ir para outros abrigos, certo?". E Lucas (V) respondeu: "Não sabemos, não nos falaram".

Eu percebi que eles não eram informados dessa possibilidade, em uma clara intenção de não trazer o suposto "comodismo" para aqueles que pretendem ficar mais tempo nas casas de acolhida. O responsável pela Casa do Migrante, em nossa primeira conversa, havia comentado ser comum acontecer, mesmo que em menor proporção, a ida de um abrigo de interiorização para outro. Isso acontece pela dificuldade - ou falta de vontade - em buscar uma vida fixa no Brasil, ficando à mercê dos abrigos e das atividades que eles oferecem. Em casos como esse,

os próprios responsáveis pelos locais incentivam o deslocamento dos migrantes para que eles possam passar por uma nova vivência, e tentem recuperar a vontade de seguir a vida.

Era claro que essa preocupação era comum entre os três interlocutores, já que eles tinham um prazo para resolver suas vidas, que não dependia somente deles. Eles disseram que essa ansiedade vem desde os abrigos, e por isso a questão do prazo de estadia se torna tão preocupante. Em decisão comum entre os três, nenhum deles pensa em voltar para a Venezuela, pois desejam permanecer com o objetivo inicial que lhes trouxe ao Brasil, ou seja, a busca por emprego e a possibilidade de refazer as suas vidas.

Outra interlocutora, ainda na Missão Paz, foi Lúcia, venezuelana de 48 anos, casada, e mãe de duas filhas, com 15 e 19 anos. Lúcia estava na Missão Paz por um motivo diferente dos rapazes que eu havia entrevistado no dia anterior. Ao contrário deles, não estava abrigada na Casa do Migrante, mas, pelo local ser uma referência para os migrantes, estava sempre atenta aos serviços que o local oferecia. No dia 12 de fevereiro de 2022, um evento inesperado acontecia naquele local, que justificava a presença de Lúcia.

Devido a disponibilidade de um benefício em forma de cartão alimentação, no valor de R\$300,00, as assistentes sociais da Missão Paz convocaram 6 famílias, escolhidas de acordo com o seu grau de vulnerabilidade, para recebê-los. Porém, por conta deste informe, um áudio circulou em um grupo do *Whatsapp* da comunidade venezuelana, informando sobre a distribuição do auxílio, ainda que sem informações sobre valores ou duração. No final, todos que receberam o áudio compareceram até a Casa. Uma dessas pessoas, era Lúcia (V).

Lúcia esteve nos abrigos Rondon 1 e Rondon 3, em Boa Vista, locais em que permaneceu por 1 ano e 11 meses junto ao seu esposo e filhas. Agora, vive em São Paulo com sua família, sendo que chegou na cidade com o auxílio da OIM, através do programa de interiorização, na modalidade reunião social. Dentro do abrigo, conheceu um homem, que veio a se tornar seu colega, e conseguiu se deslocar até a cidade de São Paulo, também através do programa da OA. Dessa forma, ele se propôs a abrigar a família de Lúcia (V), no intuito de tirá-la do abrigo.

Segundo ela, de início, os abrigos eram novos, limpos e bem arrumados, e agora são sujos e bagunçados - em uma comparação entre a situação em sua chegada, e em sua saída. Também disse que a situação dentro dos espaços é muito difícil. Assim como comentado pelos rapazes na primeira entrevista, Lúcia (V) disse que nunca imaginou que ficaria tanto tempo nos

espaços de abrigo. O fato de não saber ao certo o prazo de sua estadia era algo angustiante: “se a gente continuar aqui, e acontecer uma crise no Brasil, nós vamos pra onde?” (Lúcia)

Retornando ao assunto da permanência nos abrigos, ela começou a contar alguns pontos que considerou importantes. Além da questão da falta de privacidade, já citada anteriormente no trabalho, falou sobre o sentimento de insegurança para si, e para suas filhas. Segundo ela, tinha muito medo do que suas filhas poderiam ver ao circular pelos abrigos. Mesmo a circulação sendo livre, não gostava que suas filhas ficassem andando pelas *carpas*, pois nunca saberia dizer o que poderia encontrar. O seu medo era que elas visualizassem algo que poderia traumatizá-las pela vida toda, como cenas de violência, sexo, ou comércio/uso de drogas.

Logo entendi que ela era adepta das regras nos abrigos - temática que será discutida no próximo capítulo - pois, segundo ela, facilitavam a convivência em um espaço com pouca privacidade. Disse que o fato de ter muitas pessoas nos abrigos, de condições sociais diferentes, e culturas diferentes - no sentido de hábitos do dia a dia, que poderiam ser desde hábitos de limpeza até de convivência em grupo - as regras eram necessárias. Citou como exemplo as regras de entrada e saída, as filas para a alimentação, a limpeza das *carpas* e a divisão dos comitês.

Mesmo com o sentimento de insegurança, Lúcia (V) falou sobre a sua visão da presença do Exército Brasileiro. Disse que o fato de eles não estarem armados, passava um sentimento de segurança, e não de medo, o que amenizava as suas tensões. Ela sabia que, apesar das situações adversas dentro dos espaços, ela e suas filhas estariam protegidas de possíveis ameaças vindas de fora. Foi através dessa interlocutora que ouvi o primeiro relato sobre as buscas periódicas realizadas pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) dentro dos abrigos.

Segundo ela, em conjunto com a Polícia do Exército, eles fazem rondas dentro dos abrigos, sem aviso prévio, a fim de encontrar objetos que são proibidos nos locais: objetos cortantes, armas, drogas e bebidas. As buscas são feitas dentro das *carpas*, e enquanto as revistas são feitas, todos os refugiados devem aguardar no refeitório. Ela disse que sua carpa nunca foi revista, pois ela não tinha motivos para tal, e que as revistas eram feitas em *carpas* específicas, quando uma denúncia já havia sido feita, por exemplo. Neste contexto, disse sobre a importância da autovigilância, para que não houvesse furtos de bens pessoais, ou dos objetos disponibilizados pela OA durante a entrada nos abrigos.

Mesmo com os problemas apontados, Lúcia (V) disse possuir um forte sentimento de gratidão pelo acolhimento do Brasil e que, mesmo com a situação dos abrigos, ainda assim a permanência era positiva, em detrimento da possibilidade de permanecer em situação de rua. Questionei sobre a sua volta para a Venezuela, e, diferente dos outros interlocutores, Lúcia diz que pretende voltar, pois sua mãe continua no país. Ao contrário dela, suas filhas, ambas falantes da língua portuguesa, e uma delas cursando pedagogia, não pensam em voltar para o país.

4 CAPÍTULO 4: OS ABRIGOS COMO INSTITUIÇÕES DISCIPLINARES E DE CONTROLE SOCIAL

4.1 O comportamento dos migrantes em meio as regras de convivência

A temática das regras de convivência nos abrigos da Operação Acolhida assumiu um protagonismo durante as conversas com os refugiados venezuelanos e os trabalhadores humanitários, como demonstrado anteriormente. Isso porque, no primeiro grupo, a presença do tópico dos regramentos em suas falas resultou na criação de uma divisão dos venezuelanos a partir do critério de “obediência” e “desobediência”. Dessa forma, essa divisão apareceu como fator organizacional dentro dos abrigos.

As “regras falsas” que serão apresentadas, bem como aquelas de conhecimento dos migrantes, fazem parte da gestão humanitária dos abrigos da Operação Acolhida na medida que reforçam a hierarquia entre os trabalhadores humanitários e os migrantes e resultam na incorporação das mesmas pelos venezuelanos. No discurso dos trabalhadores humanitários, as práticas subjetivas dos migrantes são bem vindas, e até mesmo atendidas, mas, com certos limites: “no âmbito do fenômeno das migrações enquanto movimentos sociais, novos dispositivos de dominação e exploração são forjados, ao lado de novas práticas de liberdade e igualdade (MEZZADRA, 2012, p. 73).”

A partir das análises de Foucault (2014) sobre o poder disciplinar e as características apresentadas sobre as organizações elaboradas por Morgan (1996) e Clegg (1992), é possível realizar aproximações com o contexto dos abrigos para refugiados venezuelanos da Operação Acolhida. Justifica-se o uso de autores clássicos, pela possibilidade de interpretar os abrigos no Brasil como uma organização, de acordo com a perspectiva destes autores, e, a partir das análises teóricas, compreender o funcionamento da instituição abrigo em um contexto contemporâneo.

4.1.1 Segurança e vigilância: as cercas no abrigo Pricumã

Em visita ao abrigo Pricumã, em meio ao *tour* pelas instalações do abrigo, observei um amontoado de concertinas - cercas elétricas em formato circular - semelhantes às usadas em prisões. Além das cercas já instaladas nos muros que limitam o espaço de abrigamento, outras

ainda no chão. Ao perceber a atenção voltada para os objetos, o militar logo fez questão de justificar a presença das cercas, afirmando que “isso aqui não é uma prisão.” Segundo ele, as cercas elétricas são para impedir que pessoas de fora entrem no abrigo - principalmente aquelas que foram expulsas em algum momento. Mas, quando questionei quantas vezes este tipo de evento havia ocorrido, os responsáveis responderam que, na verdade, esse fato nunca aconteceu. Segundo eles, os venezuelanos sempre estão atentos a movimentações que possam ser consideradas estranhas, e logo reportam para os responsáveis dos abrigos para que tomem as devidas providências.

Esse episódio traz dois momentos importantes relacionados à disciplina dentro dos abrigos. Primeiramente, a presença das concertinas como antecipação para uma ação que nunca havia ocorrido: a “invasão” de migrantes que não estão no abrigo. Não como uma resposta para um acontecimento corriqueiro, a presença do objeto como instrumento de poder reforça o sentimento de medo nos migrantes.

A constante visibilidade passa a criar nos indivíduos uma sensação de permanente vigilância - mesmo que esta, de fato, não esteja em prática, seus efeitos perduram. O objetivo passa a ser, assim, a correção pela sujeição, a docilidade pelo medo (ARAÚJO, 2018). Como consequência, surge a importância da autovigilância, como uma forma de aplicação pelo sujeito nele mesmo de uma série de normas preestabelecidas pela instituição. Dessa forma, reduz os controles externos e multiplica a eficácia do dispositivo de controle:

A política pautada pelo arbítrio e pelo medo implica não apenas que as autoridades mantenham uma postura de desconfiança perante os imigrantes, mas também que estes sintam que estão sendo constantemente vigiados, monitorados, e que, no limite, sintam que sua presença é indesejável (GARCIA, 2014, p. 241).

Em um segundo momento, é possível analisar o incentivo à autovigilância dos migrantes nos espaços de abrigamento. Citado como uma ação natural dos migrantes, os trabalhadores humanitários reproduzem o discurso sobre a necessidade de cuidado com os seus pertences, suas *carpas*, e seus filhos/as. Em um terceiro momento, observa-se o fato de que os dispositivos de controle, ilustrados pela presença das concertinas, revelam um sentimento de segurança voltado, não para os migrantes dentro dos abrigos, e sim, para a população que se encontra fora deles. A lógica da segurança que limita a liberdade dos migrantes com o pretexto de protegê-los, na verdade, tem o intuito de proteger a sociedade ao redor, dos grupos vulneráveis.

4.1.2 As regras falsas

Nos abrigos existem regras que fazem parte do conhecimento dos migrantes, repassadas para os mesmos pelos funcionários das instituições humanitárias no momento de entrada. São elas: horário de entrada e saída, proibição de alguns objetos, com itens cortantes, armas, drogas e bebidas, e alimentos dentro das carpas, limpeza, etc. Porém, além dessas regras mais ou menos consensuais, os agentes humanitários se valem de “advertências falsas” que podem ser compreendidas como técnicas de controle.

Dentre as mais diversas determinações impostas pelos parceiros do ACNUR, em momentos de “desobediência”, existem as sanções. Denominadas pelos funcionários como advertências, são aplicadas para ações consideradas inadequadas no dia a dia dos abrigos. Segundo Maria (TH), levando em consideração as regras formais, após duas advertências verbais pelo descumprimento das mesmas, o indivíduo é expulso do abrigo, sendo impossibilitado de retornar. Já as regras falsas aparecem como estratégia de gestão.

De acordo com a mesma interlocutora, existe uma gestão pelo medo dentro dos abrigos, a fim de auxiliar na organização de um espaço com uma grande quantidade de pessoas. Como exemplo, citou a falsa advertência da limpeza. Em casos como esse, os funcionários das agências anunciam: caso os responsáveis não limpem os seus espaços - espaços comuns, como os *comedouros*⁴⁷, de convivência, ou as suas próprias *carpas* - eles vão receber uma advertência. Não sendo considerado uma infração grave, o chamado verbal realmente acontece, mas não é contabilizado, ou seja, não existe.

Segundo ela, a primeira advertência, ainda que falsa, muda o comportamento do migrante, que passa a realizar as atividades em uma espécie de chantagem. Isso acontece porque os refugiados sabem que o recebimento de uma segunda advertência pode levar à expulsão, risco que nenhum deles deseja correr. Sem o conhecimento de que a primeira advertência é inválida, qualquer deslize a partir daquele momento é correr o risco de não ter mais por onde *quedarse*⁴⁸.

Outro exemplo de regra verbalizada, porém inexistente, acontece durante a entrega dos materiais disponibilizados para os refugiados no momento de chegada nos abrigos: os colchões, as lonas, e as lâmpadas. Mesmo com o discurso da obrigatoriedade de devolução desses objetos

⁴⁷Refeitórios, em espanhol.

⁴⁸Ficar, em espanhol.

no momento da saída - ou para a troca de abrigo, ou para a interiorização - nada acontece caso estes não estejam com os migrantes. Segundo Maria (TH): “não podemos ficar segurando a pessoa dentro do abrigo por causa de uma lâmpada”.

Segundo a mesma interlocutora, as pessoas que estão saindo dos abrigos já estão com as suas malas prontas, voo agendado, e, a depender do formato de interiorização, prazos no local de chegada. Sendo assim, mantê-los dentro dos abrigos por conta dos objetos seria inviável para a continuidade dos processos da Operação. Maria (TH) disse que eles mesmos - funcionários responsáveis pela gestão do abrigo - perpetuam o “boato” sobre a necessidade de devolução dos objetos citados acima, com o discurso de que, caso o migrante não esteja com os objetos em mãos, terá problema na sua saída. Novamente retornamos ao fato de que, frequentemente, esses objetos já não estão nas mãos dos venezuelanos no momento, pois já haviam sido vendidos ou trocados fora dos abrigos.

As regras inexistentes, porém, verbalizadas, deixam os venezuelanos em constante estado de alerta. Essa realidade se aproxima com o que Domenech aponta como a possibilidade de expulsão do migrante, em uma situação de “deportabilidade”, que:

[...] opera como um mecanismo de chantagem social que mantém os residentes em um estado permanente de provisoriedade” – Esse mecanismo é essencial para o controle dos corpos dos migrantes, e, também, para “sustentar sua vulnerabilidade e docilidade como trabalhadores temporários (DOMENECH, 2017, p.35 *apud* RUSEISHVILI; CHAVES, 2020, p. 30).

O controle dos corpos dos migrantes, no sentido de aplicar a gestão pelo medo das “regras falsas”, se aproxima com o que Foucault (2014) entende como a criação dos corpos dóceis. Ainda que em um contexto de análise a partir do mundo do trabalho, em que a docilidade está ligada ao aumento da capacidade produtiva do indivíduo em meio ao capitalismo industrial, algumas aproximações podem ser feitas para o cenário da Operação Acolhida.

No sentido de entender a aplicação das regras na gestão dos abrigos como um exemplo de poder disciplinar, ou seja, como um mecanismo de controle dos indivíduos, a implementação das regras inexistentes tem como objetivo, da mesma forma que o poder disciplinar, de buscar uma “aptidão aumentada” dos indivíduos, mediante a “dominação acentuada” (FOUCAULT, 2014, p.137) sobre estes. Dessa forma, evidencia não somente o controle, mas a sujeição dos indivíduos. A partir das técnicas de controle e da gestão pelo medo, os trabalhadores humanitários determinam o que os corpos podem ou não fazer.

Dessa forma, as técnicas atuam para desvincular o uso da força bruta como modo de dominação e, ao contrário, inserir no sujeito um sentimento de vigilância contínua, suficiente para a manipulação dos corpos: "tem-se um mecanismo de poder disciplinar que fará nascer de uma relação 'fictícia' uma sujeição real (FOUCAULT, 2014, p. 226)."

Neste sentido, a presença das regras falsas é capaz de moldar o comportamento dos migrantes e, através do medo, faz com que a gestão dos abrigos seja facilitada. Sendo assim, a constante reprodução dos discursos sobre as possíveis sanções - indesejadas pelos migrantes - aparece como uma estratégia funcional, na medida que faz com que os venezuelanos obedeçam, concordem, e, eventualmente, retribuam com um sentimento de gratidão.

4.1.3 Arbitrariedade e micropoder

Ainda durante a visita ao abrigo Pricumã, percebi a presença de camas e colchões dispostos ao lado de fora das *carpas*. Segundo a responsável, as camas são comuns no abrigo em questão, já que facilitam a mobilidade para as pessoas que possuem alguma dificuldade. Além disso, sobre a disposição na área externa, disse que muitas vezes é necessário relevar essa ação - não permitida segundo as regras. Os funcionários entendem que o lado interno da *carpa* não é agradável quanto ao clima, e que essa foi a alternativa encontrada pelos migrantes para terem uma noite de sono mais confortável.

Apesar dos regramentos muito bem estabelecidos pelas agências humanitárias - incluindo as "regras verdadeiras" e as "regras falsas" - a responsável pelo abrigo Pricumã comentou que tudo dentro do abrigo é relativo. Segundo ela, a grande quantidade de pessoas convivendo no mesmo espaço, mesmo com a existência de regras, é necessário fazer "vista grossa" para determinadas ações.

Embora certas ações sejam consideradas um desvio das regras estabelecidas nos espaços de abrigamento, elas existem somente na medida que os trabalhadores humanitários permitem. Com a disposição das camas, por exemplo, ainda que como um comportamento desviante, a responsável pelo abrigo considera a "vista grossa" como uma estratégia de manutenção da ordem. Dessa forma, fica claro que o "verdadeiro poder" está nas mãos das organizações humanitárias, responsáveis por tomar as decisões mais importantes dentro daqueles espaços (MORGAN, 2006) e a arbitrariedade dos trabalhadores humanitários é entendida como outra técnica de poder.

De acordo com Morgan (1996, p. 197), “a capacidade de usar as regras em benefício próprio é uma importante fonte de poder organizacional e, no caso das estruturas organizacionais, define um terreno litigioso que é negociado, preservado ou transformado constantemente.” Assim, a estrutura organizacional regulamentada pode ser útil na medida que distribui certa vantagem entre aqueles que aplicam as regras, e aqueles que respondem a elas. De forma complementar, a existência de regras serve para, inclusive, ser passível de descumprimento, visto que o seu objetivo principal é proteger os seus criadores, e não os seus funcionários:

Muitas organizações têm sistemas abrangentes de regras que, como todo funcionário sabe, nunca podem ser aplicadas ou o sistema não terá o grau mínimo de eficiência. Embora seu propósito formal seja proteger os funcionários, os clientes, ou o público em geral, o significado real das regras é que elas também protegem os seus criadores (MORGAN, 1996, p. 197).

Dessa forma, é possível compreender que, quando há uma violação de conduta por parte do migrante, o funcionário das agências humanitárias tem algumas opções. Ou pode iludir o venezuelano, fazendo que ele acredite que já tem uma advertência, reproduzindo a estratégia das advertências falsas, ou pode fazer vista grossa na aplicação de uma advertência que deveria em tese ter sido aplicada, em busca de ganhar lealdade e a cooperação do infrator. Segundo Maria (TH), a relação de confiança entre os funcionários e os migrantes é um ponto muito importante, e nem sempre acontece. Dessa forma, estratégias como essa, e a escuta das demandas - que será abordada mais à frente - criam o sentimento de confiança ao mesmo tempo que geram cooperação. Ou ainda, pode formalizar e levar adiante a advertência ou punição.

Na primeira opção ele se vale do poder que lhe confere o acesso à informação - o infrator não sabe ao certo se recebeu ou não a advertência, o que o mantém em um estado de permanente ameaça. No segundo caso, significa que as regras estão sujeitas a uma aplicação seletiva e se tornaram um elemento de barganha entre o funcionário e o infrator. Caso a conduta deste último não melhore, o funcionário pode não mais fazer vista grossa, ou seja, o funcionário detém o poder de aplicar as regras e, conseqüentemente, as sanções, seletivamente, caso a caso. Por fim, caso efetivamente as aplique, está efetivamente amparado pelo poder da investidura de seu cargo e pelas regras pré-estabelecidas. Segundo Maria (TH), todas as ações consideradas problemáticas são ponderadas antes da decisão sobre advertência ou expulsão.

Nos três casos ele exerce um poder conferido por seu cargo. Utilizando os termos de Foucault (2014), os trabalhadores humanitários agem por meio da lógica do micropoder - este classificado pela heterogeneidade do exercício do poder na sociedade moderna, dissociado da centralidade do poder estatal, e com a possibilidade de estar atrelado à diversos formatos de instituições contemporâneas.

Fernando Motta, em seu texto “O poder disciplinar nas organizações formais” (1981), apresenta alguns elementos essenciais do poder aplicado nas organizações. O primeiro deles é o fato de toda organização moderna possuir um sistema de regras: “esse sistema deve ser capaz de garantir aos seus membros um sentimento de segurança e de potência pelo respeito que lhe devotam.” Em segundo lugar, é o fato de o sistema não ser apenas um “regulamento frio”, mas sim, se aproximar da realidade e das expectativas daqueles que o compõem.

Essa relação direta entre as regras e a moral dos indivíduos - no caso, dos funcionários das agências - tem um resultado importante para a sua perpetuação: a aceitação. Enquanto parte de um aspecto moral, transforma a aplicação das regras em um sentimento de satisfação para aqueles que as aplicam. Assim, insere outro aspecto da esfera do micropoder, quando aliado ao poder de escolha dos funcionários sobre a aplicação ou não de determinadas regras, embebidos de um sentimento moral.

Segundo Morgan (1996, p. 194), “o poder é o meio através do qual os conflitos de interesse acabam se resolvendo.” Neste sentido, não entende o poder como um recurso preexistente nas instituições, mas sim, como uma “relação social” capaz de gerar algum tipo de dependência. Entende o poder como uma estratégia, a fim de influenciar quem consegue o quê, quando e como. Dessa forma, dentro da organização, a dinâmica de poder é aplicada na medida que os membros entendem os modos pelos quais podem tentar exercer a sua influência.

Logo, em um exercício do micropoder, os trabalhadores humanitários podem, mais uma vez, modificar o comportamento dos indivíduos. A arbitrariedade de aplicação das regras tem o poder de gerar uma dependência entre o agente e o venezuelano que pode, ou nutrir um sentimento de medo, por não ter conhecimento sobre as consequências de suas ações, ou um sentimento de gratidão, sendo de alguma forma beneficiado pelas escolhas dos funcionários. Assim, os migrantes podem ser gratos e cumprir as regras como forma de adquirir a cumplicidade dos funcionários.

4.1.4 “Venezuelanos bons” e “venezuelanos malos”

Durante as entrevistas realizadas com os refugiados venezuelanos em São Paulo, ouvi uma classificação dos diferentes grupos de migrantes que me chamou bastante atenção. Para diferenciar aqueles que seguiam as regras de bom grado, e aqueles que tentavam, a qualquer custo, burlar as mesmas, os interlocutores utilizavam a denominação de “venezuelanos bons” e “venezuelanos malos”, respectivamente. Essa denominação surge a partir de uma autodenominação baseada em seus atos. Todos os venezuelanos entrevistados durante a pesquisa haviam passado pelos abrigos da Operação Acolhida em Boa Vista, como explicitado anteriormente. Assim sendo, todos eles se auto classificavam como parte dos “venezuelanos bons”.

De acordo com os entrevistados, um “venezuelano bom” era aquele que cumpria as regras da Operação Acolhida. Segundo os venezuelanos interiorizados em São Paulo, a classificação tem estreita relação com o comportamento. Quando questionei sobre a situação nos espaços de abrigo, Pedro (V) disse: “Lo encontré bueno. porque si te trato mal, me tratarás mal, ¿entiendes? Si te trato bien, me tratarás bien.” E João (V) acrescentou: “todo depende del comportamiento.”

Segundo Ester, venezuelana abrigada na Casa de Acolhida São José⁴⁹, em Pacaraima, os venezuelanos não respeitam as regras dos locais de abrigo - fazendo uma referência aos “venezuelanos malos”. Segundo ela, essas pessoas não estão acostumadas a seguir ordem em seu país de origem, e por isso, não se adaptam ao formato dos abrigos. Ela comentou que por este motivo é tão importante a existência de determinações, já que somente dessa forma é possível a manutenção da ordem. Neste contexto, fica claro a intenção do poder disciplinar, que atua no sentido de interiorizar no indivíduo a necessidade de adequação e perpetuação das regras preestabelecidas.

Durante o trabalho de campo na Missão Paz, em São Paulo, ouvi os mesmos relatos dos venezuelanos interiorizados. Em conversa com Lúcia (V), ela também disse que, apesar de saber da existência de “brasileiros maus”, e que qualquer tipo de cuidado deveria acontecer

⁴⁹A Casa de Acolhida São José, em Pacaraima, é um espaço de abrigo destinado a mulheres desacompanhadas e seus filhos/as. Fundada em 2020, o espaço criado pela Ir. Ana Maria da Silva é um braço da Pastoral dos Migrantes, e atua como espaço alternativo de abrigo, se tornando um espaço seguro para as mulheres venezuelanas em um contexto emergencial. <https://casadeacolhidasaojose.org.br/a-casa/>.

antes mesmo da chegada dos venezuelanos, por um motivo que ela não sabia explicar, entende que alguns venezuelanos se sentem no direito de desrespeitar as leis brasileiras.

Em uma breve conversa com uma venezuelana, no contexto da fila para a tentativa do benefício, ela disse: "o problema dos venezuelanos é que eles não respeitam as leis do Brasil". Neste sentido, ela disse que a tentativa de usar meios ilícitos para conseguir dinheiro faz parte de uma tentativa de não seguir os direcionamentos aqui do país, assim como a vontade de sair dos abrigos em Boa Vista - aqueles que não são expulsos - ou a dificuldade de encontrar trabalho nas outras cidades, fora de Boa Vista.

Dessa forma, os venezuelanos classificam, de acordo com os regramentos dos trabalhadores humanitários, aqueles que são pessoas boas ou más. Esse fato resulta em uma constante comparação entre os dois grupos, causando até mesmo um sentimento de superioridade por parte daqueles que respeitam as regras, evidenciado nos diálogos com os venezuelanos. A separação dos indivíduos entre grupos de valores opostos cria uma rivalidade entre eles. A partir da perspectiva da permanência nos abrigos, aqueles que se classificam como "venezuelanos bons" demonstram não querer problemas. Adicionalmente, apontam que a desordem nos espaços é causada pelo grupo com interesses distintos.

Em conversa com Lúcia (V), ela disse que não entendia a decisão de alguns venezuelanos de permanecer na rua ao invés dos abrigos, mas acredita que eles pensam ser mais fácil, por não ter regras a seguir. Considerando a dualidade entre os "venezuelanos bons" e "venezuelanos malos", este grupo citado por Lúcia seria facilmente classificado da segunda forma, já que, por não entenderem as regras como essenciais, não caberiam no espaço dos abrigos.

Como citado anteriormente, nos tópicos 2.1.1 e 2.1.2, é possível observar alguns casos de grupos de venezuelanos que não se inserem, ou que foram retirados dos processos da Operação Acolhida. Enquanto o primeiro aparece como uma espécie de resistência, o segundo se vê obrigado a lidar com as consequências da exclusão. Como exemplo destes dois grupos, é possível observar o caso da permanência dos grupos indígenas no antigo abrigo Pintolândia, resistindo ao deslocamento para o super abrigo *Waraotuma a Tuaranoko*, e os casos de expulsão, respectivamente, ambos já abordados anteriormente. Assim, é possível observar como certos casos levam ao limite a divisão entre os "venezuelanos bons" e os "venezuelanos maus". E, dessa forma, refletem a eficácia da incorporação das regras por parte daqueles que permanecem dentro dos abrigos.

4.1.5 Incorporação das regras

Durante minha visita à Missão Scalabriniana (09/02/2022 - São Paulo - SP), escutei da responsável que as únicas regras do local eram as “regras normais”. Como se não houvesse a necessidade de explicação, é possível identificar a incorporação das mesmas por parte dos trabalhadores humanitários, como exigências que deveriam ser óbvias em um espaço de gestão como aquele. O desrespeito às “regras normais” soa, na perspectiva da responsável, como um mau agradecimento por parte dos migrantes:

A gratidão reflete assim hierarquias sociais e coloca aquele que recebe o presente em uma posição de subordinação, a partir da qual se espera que irá obedecer às regras sociais e naturais como forma de reciprocidade. Logo, a gratidão é necessária para assegurar que indivíduos irão seguir as normas, cumprir seus deveres e, assim, ‘a gratidão soma forças com o sentimento de retidão’ (Gouldner 1960, p.176 apud Van Wees 1998, p.17 apud Moulin, 2009, p. 12).

Entendido como uma via de mão dupla por parte da instituição, todas as ações voltadas para o cuidado humanitário - abrigo, alimentação, higiene, saúde - devem, como que de forma lógica, ser retribuído com gratidão por parte dos migrantes, além do respeito às normas locais. A gratidão, como sentimento esperado pelos agentes, se torna um parâmetro para julgar as ações dos venezuelanos: “a lógica da gratidão é, nesse sentido, uma parte intrínseca do discurso internacional de proteção humanitária e de regulação da mobilidade internacional (MOULIN, 2009, p. 15).”

Dessa forma, é possível compreender outra característica dos chamados “venezuelanos bons”. Ao mesmo tempo que os venezuelanos - ao menos aqueles entrevistados durante a pesquisa - enxergavam o modelo implementado como necessário para a manutenção da ordem, reverberam um discurso de agradecimento pelo acolhimento das instituições da Operação Acolhida. A incorporação das regras pelos migrantes venezuelanos aparece como uma estratégia bem-sucedida das agências humanitárias. Enquanto isso, as instituições detêm o conhecimento do poder da coerção sobre os corpos em um espaço de emergência.

Desta forma, a criação e aplicação de regras aparece novamente como um critério essencial para as relações de poder. Não somente com o intuito de punir os indivíduos com práticas puramente coercitivas - como o exemplo das “regras falsas” - mas também de desenvolver neles práticas “aprovadas pela organização”, no sentido de fazer absorver as regras

e incentivar a reprodução das mesmas na forma de condutas entendidas como comuns (CLEGG, 1992).

Neste sentido, a existência dos diferentes grupos de venezuelanos torna as regras justificáveis por aqueles que se denominam “venezuelanos bons”. Enquanto se sentem seguros no convívio com os “venezuelanos malos”, passam a compreender e incorporar os regramentos estabelecidos pelas agências humanitárias.

A partir do entendimento de que as regras - para os que se autodenominam “migrantes bons” - são altamente necessárias, ainda que limitem as suas ações dentro dos espaços de abrigo, é possível observar a relevância dessa fonte de poder. As regras criadas pelas organizações passam a ser apropriadas pelos seus membros, que agem não mais somente por respeito às mesmas, mas como parte delas.

Segundo Clegg (1992), este formato de gestão faz com que os membros de determinado grupo passem a agir de acordo com o formato ideal das organizações. Este prevê que seus membros sejam “retransmissores” de seus pensamentos, e não contestadores. A partir do momento que as regras se tornam justificáveis, os membros permanecem sendo “retransmissores” confiáveis. É essa confiança nos membros das organizações e a implementação das regras que Foucault chama de poder disciplinar.

Como outro mecanismo de poder, a comparação entre os diferentes grupos incita a autovigilância dentro dos abrigos, reforçando o cumprimento e o reforço das regras pré-estabelecidas. Essa modalidade de poder é o que Foucault (2014) chama de sanção normalizadora. Segundo Araújo (2019, p. 253), “a manutenção do maniqueísmo que alimenta a sociedade atual é a essência da forma mais penetrada de manifestação do poder nas instituições sociais modernas.”

A disciplina, como formato de controle apresentado de maneira sutil e não violenta, resulta, então em um sentimento de gratidão vindo dos venezuelanos, uma aceitação e incorporação das regras, e na continuidade da subdivisão entre os grupos:

“Todavia, apesar de se falar muito em força, o poder disciplinar não será imposto com uma forma de violência explícita, mas totalmente discreto e sutil, para que não seja percebido, sobretudo pelo fato de já ter existido métodos violentos que não alcançaram resultados tão eficazes como a disciplina (DINIZ; OLIVEIRA, 2014, p. 150).”

Os três aspectos propostos por Foucault (1994, p.606 apud SABOT, 2017, p. 16) que caracterizam as relações de poder que existem na sociedade: “vigilância, controle e correção”, são apresentados nas práticas diárias nos abrigos. Desta forma, inserem nos indivíduos noções normalizadoras que resultam, além dos cumprimentos das regras, o sentimento de gratidão, ou seja, na “aquisição de hábitos que valem como normas sociais (FOUCAULT, 2013, p. 240 apud SABOT, 2017, p. 18).” Dessa forma, a recepção das regras, o sentimento de pertencimento e a gratidão dos migrantes refletem a estratégia do poder disciplinar na contemporaneidade.

4.1.6 A produção dos sujeitos nos abrigos

A partir das análises feitas neste tópico, é possível entender porque a disciplina, em suas variadas formas de poder, descreve a relação entre os trabalhadores humanitários e os migrantes venezuelanos no dia a dia dos abrigos. A formação de migrantes obedientes, ao mesmo tempo que gratos, se enquadra perfeitamente na gestão humanitária.

Dessa forma, ao contrário da discussão feita por Foucault em seu contexto original, da disciplina com a finalidade de gerar corpos produtivos, aqui, ela tem como propósito docilizar os sujeitos em situação de vulnerabilidade. Na medida que estes dependem da ajuda humanitária, como beneficiários de suas ações, a disciplina se torna essencial para transformá-los em sujeitos leais e gratos às técnicas da instituição.

Utilizando as discussões de Foucault sobre o poder disciplinar, no âmbito da Operação Acolhida, fica evidente que este se utiliza de uma série de estratégias para fins de gestão das populações. Segundo o autor, “a disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício (FOUCAULT, 2014, p. 165).”

De acordo com Clegg (1992, p. 79) “qualquer organização formalmente eficiente via de regra tentará construir algumas práticas estratégicas gerais de disciplina. Neste sentido, o entendimento dos sujeitos em termos “puramente instrumentais” revela a capacidade, e o intuito das organizações em manipular, ajustar e treinar os indivíduos, para que suas ações sejam direcionadas a atender os objetivos da organização. Isto é o que o autor chama de poder organizacional.

Neste sentido, um ponto importante da gestão humanitária e do modo como ela reflete na vivência dos migrantes é a forma de enxergar esses sujeitos. De acordo com Moulin (2009),

a chegada do refugiado representa, para o Estado receptor, um “acolhimento” em meio a fuga de perseguições e violências. Não estando mais em caráter de ameaça, “presume-se que os refugiados devem, diante da inexistência de obstáculos, serem capazes de autossuficiência socioeconômica.”

Além disso, em resposta a este primeiro “acolhimento”, espera-se que os migrantes retribuam com um sentimento de gratidão e obediência. Esse fator foi demonstrado pelos relatos dos trabalhadores humanitários, e ilustrados nos relatos dos migrantes: “Se os refugiados escolhem a proteção, espera-se que eles sejam gratos por isso. Se eles escolhem a liberdade (e autonomia dela derivada), espera-se que eles não mais sejam refugiados (MOULIN, 2009, p. 9-10).”

Com as técnicas do poder disciplinar, a vigilância constante, e as sanções normalizadoras, as instituições constroem um modelo eficiente de controle, de transformação dos indivíduos em corpos dóceis, e de aplicação de “técnicas para um bom adestramento”. Como Foucault conclui em sua obra *Vigiar e Punir*, “a penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza (FOUCAULT, 2014, p. 207).”

4.2 Comitês de autogestão e confinamento participativo

Organizados pelos parceiros do ACNUR dentro dos locais de abrigo, os comitês são formados pelas instituições humanitárias para atividades diversas. Compostos pela comunidade venezuelana, os grupos têm o objetivo de inserir os migrantes nas demandas do espaço, como limpeza, organização, alimentação e vigilância (AVSI BRASIL). Maria (TH) citou um exemplo deste formato de organização, explicando o funcionamento do comitê de limpeza, no abrigo Rondon 5.

No momento da pesquisa, o comitê de limpeza no abrigo em questão era composto por três membros, que deveriam planejar as divisões de tarefas - por pessoa, e por dia da semana - e cobrar os responsáveis da vez para cumpri-las. Os objetos para limpeza eram distribuídos pelos trabalhadores humanitários, diretamente para os membros do comitê. Maria (TH) disse que, se preciso, os representantes dos comitês batem de *carpa* em *carpa* pedindo para que as tarefas sejam realizadas, além de uma solidariedade entre os membros, caso algum deles

estivesse indisponível para a tarefa em determinado momento. O sentimento de pertencimento às regras do abrigo aparece aqui, mais uma vez.

A importância da criação destes grupos pode ser vista em diferentes pontos, de acordo com a ótica das agências humanitárias. Desde o envolvimento da comunidade na gestão dos espaços e na manutenção da ordem, até a criação de um sentimento de produtividade nos migrantes, a criação dos comitês é apontada pelos trabalhadores humanitários como indispensável dentro dos abrigos. Além disso, pelo fato de muitos não estarem inseridos no mercado de trabalho - formal ou informal - as atividades propostas servem, segundo os trabalhadores humanitários, para preencher tempo ocioso naqueles espaços. Segundo dados do ACNUR, no ano de 2021, os venezuelanos utilizaram 59,6% de seu tempo dedicado às tarefas relacionadas ao cuidado com as necessidades coletivas (ACNUR, 2021).

Retomando às análises de Foucault, com a identificação das técnicas de poder, o posicionamento dos indivíduos em determinado espaço se torna crucial para a implementação da disciplina. Segundo Foucault (2014, p. 169), “a disciplina organiza um espaço analítico” para, ao mesmo tempo que determina funções aos sujeitos, os posiciona no formato de rede, para que possam interagir com os outros grupos, a fim de, mais uma vez, tornar o espaço útil e perpetuar o poder disciplinar: “as disciplinas [...] criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos” (FOUCAULT, 2014, p. 174). Logo, a construção e a distribuição dos espaços se tornam essenciais para a manutenção do poder.

Da mesma forma que o espaço, o tempo é outro fator importante. A segunda técnica apresentada, “o controle da atividade”, é relacionada com o monitoramento das atividades dos indivíduos. Neste sentido, atua com o objetivo de ocupar os sujeitos de forma que eles não tenham espaços para o ócio. Também, para garantir a “qualidade do tempo empregado”: controle ininterrupto, pressão dos fiscais, anulação de tudo o que possa perturbar e distrair (FOUCAULT, 2014, p.175).

Para aqueles que auxiliam nas atividades dentro do abrigo - sendo que a participação dos comitês é uma prática voluntária - as agências humanitárias inserem algumas “compensações”. Essas podem variar desde aquelas aplicadas no dia a dia dos abrigos, como a criação de filas preferenciais nas refeições, por exemplo, ou até mesmo na priorização para a interiorização. Desta maneira, os espaços dos abrigos servem, para além de disponibilizar serviços de alimentação, saúde, educação, atividades de lazer, e proteção dos refugiados (GOVERNO FEDERAL, 2020), para administrar os candidatos para a interiorização.

Em vista disso, em um paralelo com a “escolha” entre a situação migratória de refugiado ou residente temporário, ou a entrada no pedido de interiorização, a participação - ou não - nos comitês tem suas consequências. Ainda que não exista nenhuma repercussão negativa para aqueles que não participam ativamente da organização, o fato de ela existir impacta diretamente nas ações de todos os migrantes dentro dos abrigos. Segundo Vasconcelos e Santos (2022), durante pesquisa de campo nos abrigos em Boa Vista, as “pessoas eram, de certa forma, empoderadas pela condição de realizar essas mediações”.

Chamados de “colaboradores” nos espaços dos abrigos, os migrantes participantes dos comitês, além de ocupar um lugar privilegiado na organização interna dos abrigos, recebem benefícios como alimentação extra e kits de higiene em troca dos serviços (VASCONCELOS; SANTOS, 2022).

A pesquisadora Martina Tazzioli (2021) traz um contraponto dessa participação dos refugiados nos processos de gestão de seus próprios locais de acolhimento. Ainda que reconhecido como algo extremamente positivo por parte dos funcionários das instituições humanitárias, com o discurso de que as práticas auxiliam não somente na criação de espaços mais adequados a realidade dos migrantes, mas também no comportamento dos mesmos, na medida que preenche o tempo ocioso, é necessário compreender de que forma essa estratégia foi implementada como parte da lógica humanitária.

Neste sentido, argumenta que há uma mudança na gestão humanitária, a fim de promover a autonomia dos sujeitos migrantes com o incentivo à participação nas atividades do dia a dia dos espaços de abrigamento. Porém, a implementação dessa estratégia reflete, na verdade, uma legitimação da lógica humanitária, na medida que não insere, de forma alguma, um processo de cogestão, mas a manutenção das práticas de controle. Um exemplo disso é a implementação do novo abrigo indígena, já discutido anteriormente. Por um lado, há o discurso do ACNUR sobre a consulta aos indígenas para a criação do novo espaço, demonstrando interesse na participação dos mesmos. Do outro, os relatos sobre a coerção da organização humanitária, a retirada dos meios de sobrevivência dos antigos abrigos, e a chantagem com o objetivo de convencimento.

A problemática deste tipo de resposta, com a sugestão de trabalhos voluntários por parte dos migrantes, acaba por resultar numa reprodução de trabalhos não remunerados. Isso porque estes se tornam muito mais coercitivos, do que por vontade dos refugiados. Estando em uma condição de vulnerabilidade, a estratégia se torna bem-sucedida, refletindo nos discursos das

agências como uma inserção dos beneficiários nas decisões tomadas dentro dos abrigos. Inserir os refugiados nas discussões apenas para "aprimorar" as decisões previamente tomadas pelas agências não é inserir de fato na criação de estratégias que funcionem para os refugiados:

[...] não só os objetivos e as formas de participação são muitas vezes pré-estabelecidos e sub-repticiamente impostos, mas os indivíduos também são de fato pressionados a corroborar, contribuir e aprimorar mecanismos de confinamento e coerção⁵⁰ (TAZZIOLI; PÂRVAN, 2021).

Aqui, o paradigma da permanência e da provisoriedade se vê novamente presente. A necessidade de obter informações com o objetivo de "aprimorar" as práticas da Operação Acolhida traz a perspectiva de uma experiência duradoura, que deve então se adequar, de alguma forma, às demandas dos migrantes. O exemplo deste processo, com a finalidade de tornar um espaço mais agradável - ou menos desagradável - para uma permanência a longo prazo é o que Tazzioli (2021) chama de *participatory confinement* (confinamento participativo). Nesse sentido, os indivíduos são encorajados à participação ativa do seu próprio confinamento e governabilidade "para o seu próprio bem".

A participação nos comitês traz um sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, de gestão dos seus comuns. A autora Tiziana Terranova (2004, *apud* TAZZIOLI; PÂRVAN, 2021, p.2) usa o termo *soft control* (controle suave) para denominar essa forma de participação implementada pelo humanitarismo. Assim, além de criar o sentimento de pertencimento, reproduz os objetivos, não dos migrantes, mas sim, das agências humanitárias:

Assim, os requerentes de asilo não são apenas encorajados a fornecer *feedback* e informações sobre a sua experiência como pessoas deslocadas; eles também são encorajados a consertar o sistema quebrado e a se recusarem a ser "beneficiários" passivos. [...] o confinamento participativo é, portanto, também sobre a extração de trabalho oculto e não pago, que os requerentes de asilo são coagidos a fazer para preencher as lacunas deixadas pelas falhas do humanitarismo (TAZZIOLI; PÂRVAN, 2021, p.2).

Em uma análise sobre os campos de refugiados, que pode ser transferida para a realidade dos abrigos da OA, a autora diz: "Nos campos de refugiados, os requerentes de asilo não estão apenas confinados espacialmente; eles também são mantidos em um estado de dependência prolongada de ajuda humanitária e regras disciplinares (TAZZIOLI; PÂRVAN 2021, p.4)." O

⁵⁰As traduções das passagens do texto "Technologies of Control and Infrastructures of Redistribution" (TAZZIOLI; PÂRVAN, 2021) foram feitas por mim.

discurso de gratidão expresso pelos venezuelanos abrigados, previamente apresentado, reflete o quão bem-sucedidas se tornam as práticas das agências em uma situação de emergência.

4.2.1 Estratégia para negociar o tempo

No sentido de ocupar os migrantes venezuelanos no dia a dia dos abrigos, os comitês aparecem como uma estratégia adotada pelos trabalhadores humanitários para negociar o tempo. Diante da alta demanda dos migrantes que procuram se inserir nos locais de abrigamento, e o tempo de permanência dos mesmos nos espaços, os agentes adotam uma resposta para negociar a permanência dos venezuelanos já inseridos: a implementação de regras - aspectos já trabalhados - e a criação de comitês de coparticipação.

Em conversa com Maria, funcionária do abrigo voltado para a interiorização, questionei sobre a motivação de participação dos venezuelanos nos comitês. Segundo ela, no Rondon 5, a participação dos mesmos era muito efetiva e as atividades ocorriam de acordo com o esperado. Neste sentido, perguntei se existia uma relação entre a participação nos comitês e a perspectiva de saída dos abrigos, visto que o espaço em questão era voltado para a interiorização. Maria disse que não, e que a efetividade das participações se relacionava, na verdade, com a esperança que lhes foi dada, no momento em que já haviam sido informados sobre a saída dos espaços de abrigamento.

O resultado do processo de espera prolongada ocorre pela dependência das instituições governamentais e das organizações humanitárias (Khosravi, 2014 apud Hernández; Miranda, 2020). No caso dos venezuelanos que chegam via fronteira terrestre em Pacaraima, as primeiras instalações da Operação Acolhida são responsáveis por dar início aos trâmites burocráticos para a entrega legal no país. Com base nas análises de Hernández e Miranda (2020), a espera - dentro ou fora dos abrigos temporários - funciona como uma técnica paternalista, de geração de dependência, ao mesmo tempo que controla e gera obediência por parte dos migrantes, da mesma forma que a aplicação dos regramentos.

De acordo com Miranda (2023, p. 6), a “espera tornou-se uma técnica poderosa para regular as interações sociais entre indivíduos, bem como entre indivíduos e autoridades”. Isso reflete a ordem hierárquica entre o Estado e as agências humanitárias, e os migrantes. Além disso, justifica, por mais esta via, a inserção das forças militares no fluxo migratório. A

dependência dos sujeitos às instituições com “exigências ambíguas, arbitrárias e mutáveis (Auyero, 2012:9 apud Miranda, 2023)”, aumenta a incerteza por parte dos migrantes:

A irregularidade migratória ocorre no estado por meio de disposições arbitrárias da política imigratória que mudam repentinamente as regras do jogo, e fazem com que pessoas que vêm de milhares de quilômetros de viagem esperem e tenham muitos mais pela frente (Miranda, 2023, p. 6).

Além disso, o tempo como estratégia está altamente ligado com o fato de os venezuelanos não saberem muitas informações sobre os limites de permanência nos espaços de acolhimento, discussão já abordada anteriormente. Dessa forma, reforça o sentimento de ansiedade, é capaz de mudar/moldar certos comportamentos, além de justificar a implementação das regras e da participação ativa dos migrantes em seu próprio acolhimento.

4.2.2 As demandas dos migrantes venezuelanos

Além da participação dos migrantes nos comitês, com a implementação de regras pré-estabelecidas pelas agências humanitárias, outro ponto importante a ser destacado é a implementação das demandas provenientes dos venezuelanos. Segundo Maria (TH), as solicitações dos migrantes dentro dos abrigos são sempre ouvidas pelos funcionários, e são essenciais para o bom funcionamento do processo de abrigamento.

De acordo com a interlocutora, a AVSI possui alguns formatos para ouvir as demandas dos migrantes, todos de acordo com procedimentos padrão. Assim, os migrantes devem preencher um documento da instituição - disponibilizado pelos trabalhadores - explicando o motivo de sua solicitação, o motivo pelo qual aquela mudança é relevante para a comunidade, e o porquê da situação atual não estar favorável. A partir desse procedimento, a demanda é enviada para o ACNUR, que pode, ou não, aceitar o pedido. Segundo Maria (TH), alguns pontos são considerados para o aceite, ou não, da solicitação. Entre eles estão a disponibilidade de verba proveniente do ACNUR, e a relevância do pedido para toda a comunidade, e não para um grupo restrito de pessoas dentro dos abrigos.

Maria (TH) comentou que as iniciativas que partem dos refugiados são muito importantes, já que eles enxergam demandas que, possivelmente, os trabalhadores das ONGs implementadoras e do ACNUR não percebem. Um exemplo dado pela interlocutora foi a solicitação de implementação de uma área de fumantes no abrigo Rondon 5. Até o momento de nossa conversa, o abrigo em questão não possuía esse espaço, presente nos outros abrigos da

Operação Acolhida. Outro exemplo apresentado foi a demanda de criação de um espaço de lazer destinado às crianças, no mesmo abrigo, como campos de futebol, também existentes nos outros locais de abrigamento.

Levando em conta o contexto de implementação do abrigo Rondon 5 como espaço para interiorização, Maria (TH) comentou que este foi montado com as estruturas consideradas essenciais: as *carpas*, os banheiros, e os *comedouros*, e que, a partir disso, foram levadas em conta as demandas dos migrantes para a implementação de novos locais. Mesmo sendo um abrigo de interiorização, ou seja, que na teoria os migrantes deveriam passar um curto período de tempo, as demandas para um espaço mais confortável - e mais duradouro - refletem a realidade de permanência, já discutida anteriormente no trabalho. A noção de um confinamento participativo (Tazzioli, 2021) é ilustrada através dos relatos da interlocutora.

Segundo a responsável pelo abrigo Pricumã, as pessoas que por algum motivo - na maioria das vezes por questões de saúde - necessitam de tratamento especial, devem pedir autorização para os responsáveis das ONGs implementadoras. Como exemplo, citou a necessidade das camas, em detrimento dos colchões, por uma dificuldade de mobilidade, ou restrições alimentares, relacionadas com alergias ou problemas de saúde. Segundo ela, esse processo é feito através de uma solicitação formal, que deve ser avaliada pelo ACNUR, e então, possivelmente atendida.

Assim, os abrigos da Operação Acolhida são espaços em que os indivíduos passam a habitar, realizar atividades básicas (alimentação e higiene) e lúdicas (brincadeiras e oficinas), além do trabalho “voluntário”. Essa é uma das características de espaços que Goffman (1987) classifica como instituições totais. Na medida que as funções do espaço se confundem, em uma condição de permanência a longo prazo, algumas características aproximam os abrigos da análise do autor.

A primeira característica que aproxima os abrigos da Operação Acolhida de uma instituição total é o fato de todos os aspectos da vida dos migrantes estarem concentrados em um mesmo local. Ainda que o fluxo de entrada e saída seja possível, mesmo que controlado, as principais atividades do dia a dia ocorrem nos espaços de abrigamento. A necessidade de expor suas demandas para os trabalhadores humanitários para realizar ações comuns do dia a dia ilustra este controle.

A segunda característica está na obrigatoriedade de uma vida coletiva, e na presença de normativas gerais. A falta de privacidade dentro dos abrigos, evidenciado nas discussões sobre as *carpas*, torna quase impossível uma vivência individual. Por fim, a presença das regras e, conseqüentemente, das sanções, representa uma terceira característica (GOFFMAN, 1987), aliada a um discurso do bem comum das agências humanitárias para os migrantes e para os cidadãos fora daqueles espaços.

Essa coparticipação dos migrantes venezuelanos nas atividades dos abrigos, em conjunto com os trabalhadores humanitários e os militares foi relatada durante o trabalho de campo. Segundo o militar responsável pelo abrigo Pricumã: “aqui é a casa deles, então eles cuidam da casa deles.” Também, segundo uma interlocutora no abrigo Rondon 4, a participação da comunidade na gestão dos abrigos é essencial, e faz parte da “centralidade do processo de resignificação deles (dos migrantes)”.

Motta (1981, p. 39), em sua análise sobre o exercício do poder nas organizações, aponta que “o exercício sutil do poder disciplinar na empresa é algo que diz respeito muito mais ao universo dos colarinhos-branco do que ao universo dos operários.” No contexto da formação dos comitês, aponta o participacionismo, utilizando exemplos como os comitês de empresa franceses, ou a cogestão alemã, mostrando que o poder disciplinar encontra formas sempre novas de ação. Segundo o autor, “todos os expedientes são utilizados, sejam eles econômicos, políticos, repressivos ou ideológicos (MOTTA, 1981, p. 39)”. Transferindo a análise para o caso brasileiro, reforçamos o argumento de que o poder disciplinar é utilizado como forma de manutenção da lógica humanitária.

Através das discussões expostas, conclui-se que a disciplina, a hierarquia, as regras e as sanções são fatores característicos das organizações como formato de gestão de grandes populações. Seja em contextos de privação de liberdade, como nas prisões ou alas psiquiátricas, ou em contextos administrativos, como em grandes empresas, as características apresentadas são semelhantes. Deste modo, é possível transferir algumas análises, também, para o formato de gestão dos sujeitos em situação de vulnerabilidade, como os abrigos para os venezuelanos no Brasil, em um contexto humanitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Operação Acolhida como resposta para o aumento do fluxo dos venezuelanos em Roraima, na fronteira entre o Brasil e a Venezuela, se viu como um acontecimento sem precedentes. Considerando as experiências do Brasil com o contato de pessoas em situação de vulnerabilidade devido aos processos migratórios, como no caso do Haiti, a OA surge em meio a uma demanda nova, com a necessidade de respostas rápidas, e uma aproximação entre diversos atores - humanitários, militares e sociedade civil. Apesar de uma resposta humanitária caracterizada como emergencial, a Força Tarefa carrega características encontradas nos campos de refugiados a nível internacional, e a execução da gestão humanitária resulta em ações já conhecidas pelas agências que a implementam.

Neste sentido, os locais escolhidos para o abrigo dos migrantes venezuelanos - os abrigos da Operação Acolhida - refletem uma escolha estratégica desde a sua arquitetura. Locais pensados para situações de emergência, desconfortáveis, sem privacidade, permanecem sendo a única opção para aqueles que chegam por vias formais na fronteira entre Brasil e Venezuela. A dinâmica de alocar os sujeitos em situação de vulnerabilidade em um único espaço repleto de restrições aciona a discussão entre o humanitarismo e a securitização. A forte presença das agências humanitárias e do Exército Brasileiro na gestão desses espaços é a primeira característica que evidencia, não uma tensão entre ambos, mas sim, uma resposta ordenada. Enquanto as agências humanitárias são responsáveis pela gestão dos espaços de abrigo, evidenciando o fator humanitário da Operação Acolhida, os militares são responsáveis pelos fatores logísticos e de segurança.

O novo critério baseado no humanitarismo citado por Fassin (2014), em que a necessidade de gerir os sujeitos “indesejáveis” reforça o sentimento de compaixão por parte das instituições humanitárias, e, conseqüentemente, o sentimento de gratidão por parte dos sujeitos vulneráveis representa outra característica da gestão humanitária. Em contrapartida, práticas de dominação são exploradas pelos mesmos atores humanitários, a fim de indicar, dentro de um sentimento de “ajuda”, o que é possível e o que não é possível para os grupos, dividindo-os entre “desejáveis” e “indesejáveis”, e os indivíduos entre “venezuelanos bons” e “venezuelanos malos”.

O sentimento de gratidão, característica intrínseca da gestão humanitária, também aparece nas instituições de controle. De acordo com o conceito de disciplina de Foucault (2014),

as relações de poder criadas nestes espaços e colocadas em prática no dia a dia dos mesmos, resultam em uma aceitação das regras pré-estabelecidas. Para além disso, cria um sentimento de gratidão pelas práticas de vigilância, por parte daqueles que as incorporam. O controle social, que insere os abrigos para refugiados em um paralelo com as instituições disciplinares, não é de responsabilidade de um, ou outro, ator da OA. Mas sim da caracterização de uma gestão humanitária pensada estrategicamente para o controle dos sujeitos em situação de vulnerabilidade, amparado por um discurso de cuidado e zelo pelos mesmos.

A ausência de ações contrárias aos regramentos da OA ao longo do trabalho, ou seja, ações realizadas pelos venezuelanos abrigados contra as imposições dos funcionários das agências humanitárias, retoma a hipótese de caracterização dos abrigos como espaços para administrar os venezuelanos candidatos à interiorização. Apesar dos episódios que podem destoar do ideal contexto de implementação da Operação Acolhida, como a resistência dos venezuelanos indígenas no antigo abrigo Pintolândia e os possíveis casos de expulsão citados pelos funcionários, a convivência dos venezuelanos que permanecem dentro dos abrigos com os trabalhadores e as regras pré-estabelecidas parece ser amigável.

Isso porque, como espaços considerados provisórios, ou seja, de passagem, os abrigos servem como espaços que vão direcionar os venezuelanos para a interiorização, ou seja, para a saída dos abrigos - situação de muito desejo dos migrantes, de acordo com as entrevistas com os mesmos. Dessa forma, os dados da pesquisa sugerem que este fato pode ser uma resposta para a ausência de ações de micropoder por parte dos venezuelanos que, inclusive, respondem com o sentimento de gratidão. Assim, isso alimenta a lógica da provisoriedade, na medida que mantém os abrigos da forma que estão, sem a busca por soluções realmente duradouras.

Tendo em vista as discussões realizadas ao longo dos capítulos, o trabalho é capaz de contribuir com as discussões teóricas de três maneiras. A primeira delas é a discussão entre a suposta dualidade entre a permanência e a provisoriedade em locais considerados emergenciais. Ainda que muitas pesquisas sociológicas discutam a fundo essa questão, a inserção da mesma em um período de transformações da Operação Acolhida - algumas já realizadas, e outras ainda em planejamento - revela a continuidade da importância de abordar a resposta humanitária sob essa perspectiva. A segunda contribuição é a inserção da temática da logística humanitária, não somente aliada a processos de administração, de análise de riscos, ou balanço entre perdas e ganhos, mas em sua conexão com processos logísticos e de securitização administrados por militares.

A terceira contribuição aparece na inserção da temática dos ordenamentos pré-estabelecidos pelas agências humanitárias na gestão dos espaços de abrigo. Sendo um tópico inserido na pesquisa como consequência das entrevistas com os trabalhadores humanitários e os venezuelanos, fez-se necessário buscar referências que pudessem explicar a relação entre as regras, as sanções e o comportamento dos indivíduos. Neste sentido, a pesquisa traz a identificação dos abrigos da Operação Acolhida como instituições sociais de controle, tendo como resultado a disciplina dos sujeitos em situação de vulnerabilidade, e inserindo mais um ponto da gestão humanitária.

Com o presente trabalho, também é possível compreender alguns limites das análises, bem como novas perspectivas da continuidade de exploração da temática migratória nas subsequentes estratégias do Brasil para o contínuo fluxo dos migrantes venezuelanos.

Um dos principais limites desta pesquisa foi o exíguo número de interlocutores venezuelanos a que tivemos acesso. No terceiro capítulo da dissertação, é possível encontrar tópicos direcionados às visões dos dois atores centrais do trabalho: os trabalhadores humanitários, e os refugiados venezuelanos. Porém, ao contrário da abordagem realizada com diversos trabalhadores humanitários, de instituições distintas, os diálogos com os migrantes são limitados. Dessa forma, a visão do segundo grupo não é capaz de refletir uma amostra significativa dos migrantes venezuelanos no Brasil. Outra limitação é em relação ao tempo da pesquisa de campo, sendo que um período mais extenso dedicado às observações das instalações da Operação Acolhida e às entrevistas poderiam resultar em relatos mais densos.

Também é importante citar que os relatos reunidos na pesquisa, bem como a pesquisa de campo nas instalações da Operação Acolhida são referentes à estrutura encontrada em fevereiro de 2022. A permanência da OA e do fluxo migratório dos venezuelanos revelam a necessidade de constantes mudanças e adaptações que, como explorado, são muito mais relacionadas às demandas dos agentes, do que dos próprios sujeitos migrantes. Um exemplo citado é a mudança do antigo abrigo Rondon 3 e a criação do novo "super abrigo" indígena *Waraotuma a Tuaranoko*, em processo de construção durante o trabalho de campo. Outro, segundo o relato da Maria, sobre a criação do abrigo Rondon 5 como espaço voltado para a interiorização, característica antes destinada ao abrigo Rondon 2.

O trabalho aqui apresentado não possui a intenção de denunciar os feitos da Operação Acolhida ou de outros atores envolvidos no processo, como os militares e os funcionários dos

abrigos. O intuito é entender o funcionamento do processo de abrigamento, quem são as pessoas envolvidas, e quais são os resultados obtidos por meio das ações de caráter humanitário.

Além da possibilidade de realizar novas pesquisas no âmbito restrito da Operação Acolhida, no sentido de comparar os seus avanços e retrocessos desde sua criação, em 2018, a seguinte pesquisa pode se desdobrar em comparações sob a perspectiva internacional. Como citado na introdução, a realização da Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE), ainda que em um curto espaço de tempo, foi capaz de ampliar as visões sobre as respostas para os fluxos migratórios a nível internacional. Assim, buscar identificar outras respostas humanitárias na contemporaneidade em comparação com o caso brasileiro, pode representar uma nova possibilidade de pesquisa.

Também, um trabalho semelhante, porém realizado atualmente, em 2023, muito provavelmente apresentaria outras dinâmicas, outras instalações, e outras informações dos migrantes e dos trabalhadores humanitários. Isso fica claro quando, ao buscar as referências utilizadas ao longo da pesquisa, bem como trabalhos de campo sobre a Operação Acolhida, identifiquei diversas mudanças em relação à realidade que encontrei.

A Operação Acolhida não possui previsão de finalização de suas atividades. Neste sentido, a permanência da Força Tarefa Logística Humanitária, a continuidade do fluxo dos venezuelanos na fronteira entre o Brasil e a Venezuela, a troca dos governos de ambos os países, e a inserção de novos atores na gestão dos espaços de abrigamento são perspectivas cambiáveis. Nesse sentido, esses acontecimentos podem alterar, ou não, as perspectivas da Operação Acolhida, resultando em novas dinâmicas da perspectiva migratória e, conseqüentemente, em novos objetos de pesquisa sociológica.

REFERÊNCIAS

ACNUR. ACNUR e Ministério da Cidadania renovam parceria em prol das pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela. jan 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2022/01/26/acnur-e-ministerio-da-cidadania-renovam-parceria-em-prol-das-pessoas-refugiadas-e-migrantes-da-venezuela/>. Acesso em: 11/01/2023.

ACNUR. ACNUR parabeniza Brasil por reconhecer condição de refugiado de venezuelanos com base na Declaração de Cartagena. 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/07/29/acnur-parabeniza-brasil-por-reconhecer-condicao-de-refugiado-de-venezuelanos-com-base-na-declaracao-de-cartagena/>. Acesso em: 9 jan 2023.

ACNUR. Brasil reconhece mais 7,7 mil venezuelanos como refugiados. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/08/28/brasil-reconhece-mais-77-mil-venezuelanos-como-refugiados/#:~:text=Em%20junho%20de%202019%2C%20o,Corte%20Interamericana%20de%20Direitos%20Humanos..> Acesso em: 8 out. 2020

ACNUR. Autonomia e integração local de refugiados(as) e migrantes venezuelanos(as) acolhidos(as) nos abrigos em Boa Vista (RR). Brasi, 2021. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/07/relatorio-operacao_acolhida-Final.pdf.

ACNUR. Brasil torna-se o país com maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos na América Latina. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/01/31/brasil-torna-se-o-pais-com-maior-numero-de-refugiados-venezuelanos-reconhecidos-na-america-latina/>. Acesso em: 5 set. 2020.

ACNUR. Conheça os abrigos que acolhem refugiados e migrantes em Roraima. set 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/09/25/conheca-os-abrigos-que-acolhem-refugiados-e-migrantes-no-norte-do-brasil/>. Acesso em: 12/01/23.

ACNUR. Estratégia de meios de vida: 2019-2021. Brasil. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/10/Estrategia-Meios-de-Vida-2019-2021-.pdf>. Acesso em: 11/01/2023.

ACNUR. Meios de Vida e Interiorização: Relatório setembro e outubro 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/12/A-Boletim-Meios-de-Vida-Interiorizacao-setembro-e-outubro-2021.pdf>. Acesso em: 12/01/23.

ACNUR. Informativo ACNUR em Manaus: outubro - nov 2020. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/02/201217_ACNUR_Factsheet_final_manaus.pdf. Acesso em: 9 jan 2023.

ACNUR. Perfil dos Abrigos em Roraima. 2023. Disponpivel em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTRhOWVlOTgtYTlk2MS00YmY3LWYyY2tMGm1Y2MzODFjMmVjIiwidCI6ImU1YzZM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBJLTY1NDNkM>

mFmODBiZSIsImMiOjh9&pageName=ReportSection2f742043b456c18852a1. Acesso em: 12/01/23.

ACNUR. Relatório de atividades para populações indígenas: abril, maio e junho de 2022. Disponível em: <https://www.r4v.info/sites/default/files/2022-08/ACNUR%20Brasil%20-%20Relat%C3%B3rio%20Ind%C3%ADgena%20%E2%80%93%20Abr-Jun%202022.pdf>. Acesso em 16/01/2023.

ACNUR. ACNUR em Roraima: Relatório de Atividades. jan/abr de 2022.

ACNUR. Refugiado ou Migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto. out 2015. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/#:~:text=Dizemos%20%27refugiados%27%20quando%20nos%20referimos,na%20de%20fini%C3%A7%C3%A3o%20legal%20de%20refugiado>.

ACNUR. Refugiados. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. Meios sem fim: notas sobre a política. Autêntica, 2015.

AGIER, Michel. On the margins of the World: the Refugee Experience Today. Polity Press, 2008.

AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. Tradução de Paulo Neves. Tempo Social, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 197-215, nov. 2006.

AGÊNCIA BRASÍLIA. Refugiados venezuelanos serão abrigados em casas temporárias. Edição: Saulo Moreno, Brasília, jan 2023. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2023/01/18/refugiados-venezuelanos-serao-abrigados-em-casas-temporarias/>. Acesso em: 20/01/2023.

AIDA. Types of Accommodation Italy. Disponível em: <https://asylumineurope.org/reports/country/italy/reception-conditions/housing/types-accommodation/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

AIDA. Place of detention. 2022. Disponível em: <https://asylumineurope.org/reports/country/italy/detention-asylum-seekers/detention-conditions/place-detention/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

ALVES. Júlia de Queiroz Pereira Luiz. Cotidiano e coletividade: dinâmicas nos abrigos para refugiados venezuelanos em Roraima. PUC-RIO, 2019.

AMIT, Vered; SALAZAR, Noel B. Pacing mobilities : timing, intensity, tempo and duration of human movements. Introduction. First edition, New York : Berghahn Books, 2020. ISBN 978-1-78920-725-5.

ANSA. Quase 35 mil ucranianos já fugiram para Itália. Brasil, mar 2022. Disponível em: https://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/italia/noticias/2022/03/12/quase-35-mil-ucranianos-ja-fugiram-para-italia_1c2bc3ce-b04c-4587-a85a-06ca9fd9ea4b.html. Acesso em: 5 abr. 2022.

ARAÚJO, Laércio Eduardo de; SPARTA, Danielle Morais Bourguignon. Força-tarefa logística humanitária “Operação Acolhida”: a atuação do Exército Brasileiro. *Brazilian Journal of Development*. Curitiba, v. 6, n. 9, p. 74024-74043, sep. 2020. ISSN 2525-8761. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/17599>. Acesso em: 10/01/2023.

ARAÚJO, L. G. N. RESENHA Vigiar e punir: poder, punição, disciplina e indústria. Primeiros Escritos, São Paulo, n. 9, 2018.

ARENDT, Hannah. Nós, os refugiados. Tradução de Ricardo Santos. Universidade de Beira Interior: 2013. 20 p. Tradução de: We, refugees.

ARRUDA-BARBOSA, L. de; NETA, E. L. M. da S.; TEIXEIRA, L. D. G.; E SILVA, S. M.; BRASIL, C. O.; LEAL, N. A. C. Aspectos gerais da vida de imigrantes em abrigos para refugiados. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, [S. 1.], v. 33, 2020. DOI: 10.5020/18061230.2020.10734. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/10734>. Acesso em: 14 fev. 2023.

ASSOCIAÇÃO ESFERA. O Manual Esfera: Carta Humanitária e Normas Mínimas para Resposta Humanitária, 4 edição, Genebra, Suíça, 2018. Disponível em: www.spherestandards.org/handbook. Acesso em: 9 jan 2023.

AVSI BRASIL. Gestão de abrigos e assistência multissetorial à população venezuelana. Disponível em: <http://www.avsi brasil.org.br/projeto/centros-de-abrigod-e-assistencia-multissetoria-de-venezuelanos/>. Acesso em: 31/01/2023.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Operação Acolhida alcança marca de 84,4 mil venezuelanos interiorizados no Brasil. GOV.BR, nov. 2022. Acesso em: 24/02/2023.

BRASIL. Casa Civil. Sobre a Operação Acolhida. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2>. Acesso em: 5 set. 2020.

BRASIL. Casa Civil. Base Legal. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/base-legal-1>. Acesso em: 12/01/2023.

BRASIL. Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm. Acesso em: 14/01/2023.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm.

BRASIL. Ministério da Defesa. AMAZONLOG: Começa em Tabatinga (AM) maior exercício de logística humanitária do Brasil. Brasília - DF, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/amazonlog-comeca-em-tabatinga-am-maior-exercicio-de-ajuda-humanitaria-do-brasil>. Acesso em: 9 jan 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. Militares despedem-se de familiares rumo à Operação Acolhida. Curitiba - PR, 2022. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/znUQcGfQ6N3x/content/id/16436717. Acesso em: 18/01/2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Especificidades – Haiti e Venezuela. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/refugio/especificidade-haiti-e-venezuela>. Acesso em: 9 jan 2023.

BRASIL. Medida Provisória nº 820/2018 de 15 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/Mpv/mpv820.htm.

BRASIL. Casa Civil. Portaria nº652 de 25 de janeiro de 2021. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 9, de 14 de março de 2018. Dispõe sobre a concessão de autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados, a fim atender a interesses da política migratória nacional. Publicado no DOU nº 51 de 15/03/2018, Seção 1, Página 57. 14 de março de 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria normativa nº84/GM-MD, de 15 de setembro de 2020, Aprova a Doutrina de Operações Conjuntas - MD30-M-01/Volumes 1 e 2 (2ª Edição/2020). Publicado no DOU. nº 178 de 15/10/2020.

BRAUN, Julia. 'Tudo por eles': Mães solteiras venezuelanas enfrentam saga da migração em busca de vida melhor para filhos. BBC News, maio de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61358998>. Acesso em: 27/01/2023.

CAPDEVILLE, Júlia. *Llegar, Estar y Salir: da Venezuela ao Brasil*. Brasília, 2021. 225 p.

CARBONARI, Luana Toralles; LIBRELOTTO, Lisiane Ilha. Resposta brasileira aos refugiados venezuelanos desabrigados - estudo de caso de um abrigo temporário em Boa Vista, Roraima. VIII ENSUS: Encontro de Sustentabilidade em Projeto. UNISUL, Palhoça, maio de 2020. Acesso em: 17/01/2023.

CASTRO, Mariana. Militarização e Necropolítica da Fronteira: as respostas do Brasil à crescente migração venezuelana. Mural Internacional, Rio de Janeiro, v. 11, e48787, 2020. DOI: 10.12957/rmi.2020.48787| e-ISSN: 2177-7314.

CERÁVOLO, Luiz Eduardo Santos. Respostas do Governo Brasileiro frente à migração de venezuelanos para Roraima (2015 – 2018). Rio de Janeiro, 2019. 102 p.

CLEGG, S. R. Tecnologia, instrumentalidade e poder nas organizações. RAE-Revista de Administração de Empresas, [S. l.], v. 32, n. 5, p. 68–95, 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38481>. Acesso em: 15 mar. 2023.

CONECTAS. Fechamento de fronteiras para migrantes contraria discurso oficial de Bolsonaro na ONU. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/fechamento-de-fronteiras-para-migrantes-contraria-discurso-oficial-de-bolsonaro-na-onu>. Acesso em: 8 out. 2020.

CONECTAS. Governo Bolsonaro desconsidera orientação da ANVISA sobre fechamento de fronteiras. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/governo-bolsonaro-desconsidera-orientacao-da-anvisa-sobre-fechamento-de-fronteiras>. Acesso em: 24 mar. 2021.

COSTA, Emily. Inaugurado posto de triagem para imigrantes em Boa Vista. G1. Boa Vista, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/09/24/inaugurado-posto-de-triagem-para-imigrantes-em-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 9 jan 2023.

COSTA, Roberto; PAVEZ, Cristienne. Habitação Temporária para refugiados: as características do povo venezuelano e suas necessidades no habitar. XI Encontro Nacional sobre Migrações, Museu da Imigração do Estado de São Paulo, São Paulo, 2019.

CORAZZA, Felipe; MESQUITA, Lígia. Crise na Venezuela: o que levou o país ao colapso econômico e à maior crise de sua história. BBC News. abril, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45909515>. Acesso em: 14/01/2023.

CRUZ, Isabela. Como refugiados ficam vulneráveis na pandemia do coronavírus. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/07/Como-refugiados-ficam-vulner%C3%A1veis-na-pandemia-do-coronav%C3%ADrus>. Acesso em: 9 set. 2020.

DINIZ, Francisco Rômulo Alves; OLIVEIRA, Almeida Alves de. Foucault: do poder disciplinar ao biopoder. Scientia. vol. 2, n° 3, p. 143 - 158. nov. 2013/jun.2014.

DOMENECH, Eduardo. O controle da imigração "indesejável": expulsão e expulsabilidade na América do Sul. Cienc. Cult. [online]. 2015, vol.67, n.2, pp.25-29.

DUARTE, Álvaro. O papel do Exército Brasileiro frente à crise migratória venezuelana no estado de Roraima: considerações sobre as Operações "Acolhida", "Controle" e "Tucuxi". Boa Vista, RR, 2019. 151 p.

EURONEWS. O que são os chamados 'hotspots'?. 2015. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2015/09/21/o-que-sao-os-chamados-hotspots>. Acesso em: 23/01/2023.

FASSIN, Didier. Compaixão e Repressão: A Economia Moral das Políticas de Imigração na França. Ponto Urbe, v.15, 2014

FASSIN, Didier. Humanitarian Reason: a moral history of the present. University of California Press, 2012.

FELDMAN-BIANCO, Bela. “Apresentação: deslocamentos, desigualdades e violência do estado”. *Cienc. Cult.* 67(2): 20-24, 2015.

FELDMAN-BIANCO, Bela. O Brasil frente ao regime global de controle das migrações: Direitos humanos, securitização e violências. *Travessia - Revista do Migrante*, n° 83, maio-ago/2018.

FIGUEIREDO, Janaína. Acuados pela fome, venezuelanos burlam fronteira fechada e engrossam fila de imigrantes sem documentos no Brasil. *O Globo*, 202. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/acuados-pela-fome-venezuelanos-burlam-fronteira-fechada-engrossam-fila-de-imigrantes-sem-documentos-no-brasil-24901917>. Acesso em: 09/01/2023.

FOLHA WEB. Posto de Triagem de imigrantes passa a contar com a Fundação Pan-Americana. *Folha de Boa Vista*, ago 2022. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Posto-de-Triagem-de-imigrantes-passa-a-contar-com-a-Fundacao-Pan-Americana/89797>. Acesso em 16/01/2023.

FOLHA WEB. Brasil tem maior entrada mensal de venezuelanos em 12 meses. *Folha BV*, mar/2023. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Brasil-tem-maior-entrada-mensal-de-venezuelanos-em-12-meses/95929>. Acesso em: 08/03/2023.

FOLHA WEB. Brasil tem recorde de entrada de venezuelanos pelo 3º mês seguido. *Folha BV*, mar/2023. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/ECONOMIA/Economia/Brasil-tem-recorde-de-entrada-de-venezuelanos-pelo-3o-mes-seguido/97769>.

FOLHA WEB. Xenofobia representa 89% dos casos de preconceito vividos por venezuelanos. *Folha BV*, abril/2023. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Xenofobia-representa-89--dos-casos-de-preconceito-vividos-por-venezuelanos/97223>. Acesso em: 13/04/2023.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRATERNIDADE. O Manual Esfera fica disponível em Português Brasileiro. *Fraternidade Internacional*, dez 2020. Disponível em: <https://www.fraterinternacional.org/o-manual-esfera-fica-disponivel-em-portugues-brasileiro/>. Acesso em: 03/02/2023.

G1. Venezuelanos são expulsos de abrigo em Boa Vista após suposto furto de pacote de aveia. *Boa Vista*, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/11/22/venezuelanos-sao-expulsos-de-abrigo-em-boa-vista-apos-suposto-furto-de-pacote-de-aveia.ghtml>. Acesso em: 19/01/2023.

GARCIA, F. D. F; ZUIN, J. C. S. Entre a detenção e o acolhimento: as consequências do estado de emergência permanente na Itália. *Mediações*, Londrina, v. 22, n. 1, p. 80-104, jan./2017. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/28835/pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

GARCIA, Fernanda Di Flora. *Sobre os Centros de Permanência Temporária na Itália e a construção social da não-pessoa*. Campinas, 2016. 316 p.

GARCIA, Fernanda Di Flora. A exceção é a regra: os centros de detenção para imigrantes na Itália. REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, Ano XXII, n. 43, p. 235-250, jul./dez. 2014

GHISLENI, Camila. "O papel da arquitetura na questão dos refugiados e migrantes latino-americanos" 07 Set 2020. ArchDaily Brasil. <<https://www.archdaily.com.br/br/946872/o-papel-da-arquitetura-na-questao-dos-refugiados-e-migrantes-latino-americanos>> ISSN 0719-8906. Acesso em: 01/04/2021.

GOFFMAN, E.. Manicômios, prisões e conventos. 1987, 2ª ed. São Paulo: Perspectiva.

HERNÁNDEZ, Aída Silva; MIRANDA, Bruno. La espera como mecanismo de disuasión de la política de asilo de Estados Unidos. Nexos, jul/2020. Disponível em: <https://migracion.nexos.com.mx/2020/07/la-espera-como-mecanismo-de-disuasion-de-la-politica-de-asilo-de-estados-unidos/>.

MAIA, Gustavo. Bolsonaro propõe que Brasil procure ONU para criar campos de refugiados. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/08/24/bolsonaro-sugere-campos-de-refugiados-para-abrigar-venezuelanos.htm>. Acesso em: 3 set. 2020.

MORAES GUIMARÃES, D. Relações de força e disciplina: a tecnologia do poder em Foucault. Argumento, [S. l.], n. 15, p. 65–76, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/argum/article/view/34598>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MORGAN, Gareth. Imagens da organização. Tradução de Geni G. Goldschmidt. 2º ed. São Paulo, Editora Atlas S.A., 2006.

MEZZADRA, Sandro. Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes. Revista Eco-Pós, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 70-107, jan. 2012. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/900/840. Acesso em: 31 out. 2022.

MINAYO, M. C. D. S. et al. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 51-80

MIRANDA, Bruno. Migración africana en situación de espera: nuevo alcance y dimensión de la contención migratoria en México. Revista Pueblos y fronteras digital, v.18, jan/2023. ISSN 1870-4115. DOI: 10.22201/cimsur.18704115e.2023.v18.633.

MIRANDA, Bruno; HERNÁNDEZ, Aída Silva. Gestión desbordada: solicitudes de asilo en Estados Unidos y los mecanismos de espera allende sus fronteras. Migraciones Internacionales, v. 13, art. 4, fev/2022. e-ISSN 2594-0279. DOI: <https://doi.org/10.33679/rmi.v1i1.2385>.

MOTTA, F. C. P. O poder disciplinar nas organizações formais. RAE-Revista de Administração de Empresas, [S. l.], v. 21, n. 4, p. 33–41, 1981. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/39566>. Acesso em: 15 mar. 2023.

HIRST, Monica. Conceitos e práticas da ação humanitária latino-americana no contexto da securitização global. Estudios Internacionales. Universidad de Chile, p. 143-178, 2017. ISSN 0716-0240. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/rei/v49nspe/0719-3769-rei-49-00143.pdf>.

ITALIANISMO. Itália deve receber até 900 mil refugiados da Ucrânia. 2022. Disponível em: <https://italianismo.com.br/italia-deve-receber-ate-900-mil-refugiados-da-ucrania/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

KANAAN, Georges Feres. Operação Acolhida: a Maior Operação Conjunta-Interagências e de Natureza Humanitária no Brasil. Doutrina Militar Terrestre em revista. Abril a Junho/2019. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/DMT/article/download/2351/1904/>. Acesso em: 16/01/23.

LAZZERI, Thais. Indígenas denunciam ‘remoção forçada’ em abrigo para refugiados de Boa Vista. Repórter Brasil, mar 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/03/indigenas-denunciam-remocao-forcada-em-abrigo-para-refugiados-de-boa-vista/>. Acesso em 21/01/2023.

LIGERO, Bárbara. Itália volta a abrir as portas para refugiados que chegam pelo Mar Mediterrâneo. Jovem Pan, set 2020. Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/mundo/italia-volta-a-abrir-as-portas-para-refugiados-que-chegam-pelo-mar-mediterraneo.html>. Acesso em: 5 abr. 2022.

LIMA, Yana. Operação Acolhida tem custo de quase R\$500 mil por dia. FOLHA BV, set 2021. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Operacao-Acolhida-tem-custo-de-quase-R-500-mil-por-dia/78044>. Acesso em: 24/01/2023.

LOESCHER, Gil. UNHCR and the erosion of refugee protection: subtítulo do artigo. FMR Online. n. 10, p. 28-30, 2001. Disponível em: <https://www.fmreview.org/unhcr-convention-50/loescher>. Acesso em: 2 mar. 2020.

LUCKEZIE, Lucas. Warao que resistem deixar antigo abrigo temem passar fome. Folha BV, 2022. Disponível em: <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Warao-que-resistem-deixar-antigo-abrigo-temem-passar-fome/89959>. Acesso em: 29 mar 2023.

MACHADO, I.R., VASCONCELOS, I. Military Reception and Venezuelan Migrants in Brazilian far North: New Policies of Securitisation and Hybrid Refugee Camps. *Int. Migration & Integration* 23, 1217–1234 (2022). <https://doi.org/10.1007/s12134-021-00891-5>.

MACHADO, I.R.; VASCONCELOS, I. Uma missão eminentemente humanitária? Operação Acolhida e a gestão militarizada nos abrigos para migrantes venezuelanos/as em Boa Vista-RR. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília*, v. 29, n. 63, dez. 2021, p. 107-122. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880006307>.

MAIA, Gustavo. Bolsonaro propõe que Brasil procure ONU para criar campos de refugiados. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/08/24/bolsonaro-sugere-campos-de-refugiados-para-abrigar-venezuelanos.htm>. Acesso em: 3 set. 2020.

MENDES, Denise Figueiró; FERNANDES, Duval Magalhães. Interiorização de Venezuelanos para Minas Gerais: instituições que atuam em redes sociais. *Revista Brasileira de Sociologia*. v 09, n. 22. Mai-Ago/202. p. 222-245. DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.753>.

MONTEL. Ana Lucia. Forças Armadas desalojam indígenas venezuelanos de comunidade Ka'Ubanoko. Amazônia Real, jan 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/forcas-armadas-desalojam-indigenas-venezuelanos-de-comunidade-kaubanoko/>. Acesso em: 26/01/2023.

MUNDT, Heloísa Traiano. Entre a governança humanitária e o desenvolvimento neoliberal: um olhar crítico sobre narrativas internacionais do acolhimento a refugiados. PUC, Rio de Janeiro, 2020.

OIM. Guia de deslocamento - Estratégia de interiorização, 2021. Deslocamento voluntário de refugiados e migrantes. 2021. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2021/04/Guia-de-Interioriza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 19/01/2023.

OIM. Glossário sobre migração. Direito Internacional da Migração, n°22, 2009. ISSN 2075-2687.

OIM. Painel Interiorização. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>.

OIM. Migração Venezuelana: janeiro 2017 - fevereiro 2022. 2022. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Subcomit%C3%AA_federal/publica%C3%A7%C3%B5es/informe-migracao-venezuelana-jan2017-fev2022-v5.pdf. Acesso em 10/01/2023.

OIM. População Venezuelana refugiada e migrante fora de abrigos em Boa Vista. Brasil, 2022. Disponível em: <https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/Populacao%20venezuelana%20fora%20de%20abrigos%20boa%20vista%20outubro%202022.pdf>. Acesso em: 9 jan 2023.

OIM. Transitional Shelter Guideline. 2012. Disponível em: https://www.iom.int/sites/g/files/tmzbd1486/files/migrated_files/What-We-Do/docs/Transitional-Shelter-Guidelines.pdf.

ONU. Espaço de atendimento da OIM em Boa Vista supera 2.300 atendimentos em cinco meses. set 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91862-espaco-de-atendimento-da-oim-em-boa-vista-supera-2300-atendimentos-em-cinco-meses>. Acesso em: 12/01/23.

ONU. Refugiados e migrantes venezuelanos de Boa Vista recebem refeições da OIM em parceria com Igreja Católica. maio 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/126502-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-de-boa-vista-recebem-refeicoes-da-oim-em-parceria-com>. Acesso em: 12/01/23.

ONU. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 9 jan 2023.

ONU. Com apoio da OIM, venezuelanos revalidam seus diplomas no Brasil. jun/2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/129409-com-apoio-da-oim-venezuelanos-revalidam-seus-diplomas-no-brasil>. Acesso em: 14/02/2023.

PAIVA, Ariane; GONÇALVES, Ana. Operação Acolhida: Entre a Militarização e a Assistência Social. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, v. 13, n° 26, jan/jun, 2021.

PAREDES, Norberto. Por que venezuelanos estão voltando ao país após êxodo histórico. BBC News Mundo. jul 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62064570#:~:text=Segundo%20o%20governo%2C%20desde%20a,venezuelanos%20provenientes%20de%2020%20pa%C3%ADses.&text=Desde%20novembro%20de%202021%2C%20tamb%C3%A9m,uma%20mudan%C3%A7a%20no%20fluxo%20migrat%C3%B3rio>. Acesso em: 9 jan 2023.

PNUD Brasil. Relatório do Desenvolvimento Humano 2014: Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-hdr_portugues-2014.pdf> Acesso em: 23 de março de 2021.

PODER 360. Venezuelanos vivem dificuldades em abrigo improvisado em Roraima. Poder 360, fev/2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/venezuelanos-vivem-dificuldades-em-abrigo-improvisado-em-roraima/>. Acesso em: 08/03/2023.

PRADO, Ana Beatriz Caetano. Catálogo do acampamento Rondon 2 em Boa Vista. UFSC, out 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/239792>. Acesso em: 17/01/2023.

R4V. Refugees and Migrants Response Plan (RMRP) 2020. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/document/rmrp-2020>. Acesso em: 5 set. 2021.

RAHOLA, Federico. A máquina da detenção. In: Seminário Migrações Internacionais e Direitos Humanos, Brasília. maio/2008.

ROCHA, Rossana Reis; MOREIRA, Julia Bertino. Regime internacional para refugiados: mudanças e desafios. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 37, p. 17-30, out. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/6H5HTgLSFhc5VpTKnRbvzrd/?format=pdf&lang=pt>.

RUSEISHVILI, Svetlana; CARVALHO, Rodrigo; NOGUEIRA, Mariana. Construção social do estado de emergência e governança das migrações. O decreto estadual nº 24.469-E como divisor de águas. Migrações Venezuelanas, UNICAMP, 2018. p. 57-67.

RUSEISHVILI, S.; CHAVES, J. Deportabilidade: Um novo paradigma na política migratória brasileira?. Plural, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 15-38, 2020. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcso.2020.171526. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/171526>. Acesso em: 12 fev. 2023.

RUSEISHVILI, Svetlana; FERNANDES, Cario. “Brazilian Migration Regime and Differential Control of International Mobility during the COVID-19 Pandemic”, Revue européenne des migrations internationales [Online], vol. 38 - n°1 et 2 | 2022, Online since 02 January 2024, connection on 05 September 2022. URL: <http://journals.openedition.org/remi/20099> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/remi.20099>

SABOT, Philippe. O que é uma sociedade disciplinar? Gênese e atualidade de um conceito, a partir de Vigiar e Punir. Dois Pontos. Curitiba, São Carlos, v. 14, n° 1, p. 15-27, abril de 2017.

SENADO, Agência. Debatedores pedem continuidade da 'Operação Acolhida', de apoio a venezuelanos. Senado Notícias, nov/2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/11/23/debatedores-pedem-continuidade-da-operacao-acolhida-de-apoio-a-venezuelanos>. Acesso em: 20/03/2023.

SERRA, Caio. A Lei de Migração e o Decreto de regulamentação: entraves e desafios. MigraMundo, maio/2022. Disponível em: <https://migramundo.com/a-lei-de-migracao-e-o-decreto-de-regulamentacao-entraves-e-desafios/>. Acesso em: 08/03/2023.

SILVA, João Carlos Jarochinski; CASAGRANDE, Melissa Martins. Brasil: de líder em acolhimento de refugiados para uma das maiores filas do mundo. Latinoamérica 21. dez 2022. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/br/brasil-de-lider-em-acolhimento-de-refugiados-para-uma-das-maiores-filas-do-mundo/>. Acesso em: 11/01/2023.

SILVA, João Carlos Jarochinski. Indeferimento prima facie, uma triste inovação. Consultor Jurídico, fev. 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-fev-12/opiniao-indeferimento-prima-facie-triste-inovacao>. Acesso em: 24/02/2023.

SILVA, João Carlos Jarochinski; ALBUQUERQUE, Élysson Bruno Fontenele de. Operação Acolhida: avanços e desafios. Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania, v.16, n.16, nov/2021. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos. v.1, n.1 (2006). ISSN: 1984.2104

SILVA, Luiza de Castro Ferreira da. Gestão da Logística Humanitária: proposta de um referencial teórico. UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

SIQUEIRA, Suellen. ONU considera exemplar atuação humanitária das Forças Armadas na Operação Acolhida. BRASIL, Ministério da Defesa. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/onu-considera-exemplar-atuacao-humanitaria-das-forcas-armadas-na-operacao-acolhida>. Acesso em: 18/01/2023.

SIMÕES, Luciano Correa; FRANCHI, Tássio. Operação Acolhida: um balanço do executado até 2019. Observatório Militar da Praia Vermelha. Rio de Janeiro, 2020.

SOUZA, António Freitas de. Itália: Salvini consegue passar lei mais restritiva do auxílio aos refugiados. 2019. Disponível em: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/italia-salvini-consegue-passar-lei-mais-restritiva-do-auxilio-aos-refugiados-475987>. Acesso em: 01 abr. 2022.

SOUSA, Jorge de. Qual é o futuro da Operação Acolhida, que auxilia refugiados venezuelanos no Brasil há 5 anos. Gazeta do Povo. 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/operacao-acolhida-auxilio-venezuelanos-futuro-lula/>. Acesso em: 10/01/2022.

TAZZIOLI, Martina; PÂRVAN, Oana. Technologies of Control and Infrastructures of Redistribution. E-FLUX JOURNAL, 2021. Disponível em: <https://www.e-flux.com/journal/123/436863/technologies-of-control-and-infrastructures-of-redistribution/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

TBA. Lessons on Logistics I. Youtube, 27 de janeiro de 2021. Teatro do Bairro Alto. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=Bf5NDk8IBZc&embeds_euri=https%3A%2F%2Fteatrodobairroalto.pt%2F&feature=emb_logo. Acesso em: 29/11/2022.

TOLEDO, Marcelo. Acnur e Forças Armadas abrem maior abrigo para venezuelanos em Roraima. FOLHA, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/10/acnur-e-forcas-armadas-abrem-maior-abrigo-para-venezuelanos-em-roraima.shtml>. Acesso em: 17/01/2023.

UNFPA BRASIL. Ninguém para trás: pessoas refugiadas e migrantes com deficiência devem ter seus direitos assegurados. UNFPA Brasil, set 2022. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/ningu%C3%A9m-para-tr%C3%AAs-pessoas-refugiadas-e-migrantes-com-defici%C3%Aancia-devem-ter-seus-direitos>. Acesso em 26/01/2023.

UNHCR. Diagnostic Tool for Alternatives to Camps 2017 Global Results. Disponível em: <https://www.unhcr.org/59b2a6f07>. Acesso em: 21 fev. 2020.

UNHCR. Emergency shelter standard. Emergency Handbook, 4th edition. Disponível em: <https://emergency.unhcr.org/entry/36774/emergency-shelter-standard>. Acesso em: 03/02/2023.

UNHCR. Estratégia de Interiorização. Disponível em: <https://help.unhcr.org/brazil/informativo-para-a-populacao-venezuelana/programa-de-interiorizacao/>.

UNHCR. Reception Centres and Integration Services. Disponível em: <https://help.unhcr.org/italy/asylum-italy/reception/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

UNHCR. Shelter and Settlement Section: Division of Programme Support and Management. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5c1127d24.pdf>. Acesso em: 10/01/2022.

UOL. Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral da ONU. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/09/22/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-assembleia-geral-da-onu.htm>. Acesso em: 8 out. 2020.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. “Desejáveis” e “indesejáveis”: diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas. São Carlos, 2021. 296 p.

VASCONCELOS, I.; SANTOS, S. Sobre afetos e fardas: gestão militar e emocionalidade em abrigos para venezuelanos em Roraima, Brasil. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 30, n. 66, dez. 2022, p. 243-264. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880006614>.

VASCONCELOS, C. Q; LIBRELOTTO, L. I. O impacto social humanizado de abrigos na cidade de Manaus/AM. Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental., v. 11. n. esp., p. 160-176, out. 2022.

VIANELLI, Lorenzo. Warehousing asylum seekers: The logistification of reception. Environment and Planning D: Society and Space, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 41-59, 2022. DOI 10.1177/02637758211056339. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/02637758211056339>. Acesso em: 18 jul. 2022.